



imds
instituto mobilidade e
desenvolvimento social

Relação entre a educação de pais e filhos

Mobilidade intergeracional de educação no
Brasil e no mundo

Sinopse de Indicadores

Nº 02, dezembro de 2021



INSTITUTO MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

DIRETOR-PRESIDENTE

Paulo Tafner

DIRETOR DE PESQUISAS

Sergio Guimarães Ferreira

COORDENADORA DE PROJETOS

Giovanna Ribeiro

GERENTE ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

Carolina Roiter

Responsável técnica

Giovanna Ribeiro

Pesquisadora Principal

Luana dos Santos Fraga

Equipe de elaboração de conteúdo

Luana dos Santos Fraga
Sergio Guimarães Ferreira
Giovanna Ribeiro
Marcson Azevedo

Produção de Dados

Eloah Fassarella*
Frederico Guilherme Nogueira*
Larissa Kemil Casotti*
Pedro Ximenes Mesquita Simões*
Samuel Franco*
Tamires dos Santos de Oliveira*
Yuri Bellucio Schneider*

Diagramação

Gr2 Comunicação

Imds

Rua Abreu Fialho, nº 9 Jardim Botânico
22460-240 Rio de Janeiro – RJ

Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social

Sinopse de Indicadores | nº 2

Relação entre a educação de pais e filhos: Mobilidade intergeracional de educação no Brasil e no mundo

Rio de Janeiro, RJ, 2021. 66 p.

*Oppen Social

Apresentação

O Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social – Imds disponibiliza, por meio desta síntese, a análise de indicadores de mobilidade social, posicionando o Brasil entre diversos países e grupos de países. Esses e outros números podem ser acessados no Portal do Imds, na internet, no menu Indicadores, Mobilidade Social, Internacionais, para encontrar os painéis “Panorama Global” e “O Brasil comparado às nações desenvolvidas”. Com esta publicação, o Imds dá continuidade à disseminação de conteúdos referentes à mobilidade intergeracional de educação.

Na Síntese de Indicadores nr. 01, foi tratada a mobilidade intergeracional no Brasil e algumas subdivisões territoriais. Lá apresentam-se os resultados educacionais dos filhos e outras de suas realizações na vida adulta. Aqui, focamos em dados da educação de pais e filhos de diversos países do mundo, o que permite a comparabilidade da mobilidade intergeracional de educação no Brasil com países de diferentes níveis de desenvolvimento.

As principais fontes de dados utilizadas para a construção dos indicadores são a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2014), os relatórios da OCDE - *Education at a Glance* (2014) e “*A Broken Social Elevator? How to Promote Social Mobility*” (2018) a partir de uma base de dados construída e disponibilizada pelo Banco Mundial – *Global Database on Intergenerational Mobility* (2018). Os dados da OCDE (2014; 2018) possibilitam a análise da mobilidade em cerca de 25 países desenvolvidos e os dados do Banco Mundial (2018) contêm informações de 148 países, que contemplam 96% da população mundial.

Além do número de países, destaca-se a análise da mobilidade de filhos de diferentes faixas etárias (dados da OCDE (2014; 2018)) e nascidos em diferentes décadas, de 1940 a 1980, (dados do Banco Mundial, 2018). Assim, verifica-se a evolução dos casos de mobilidade intergeracional ascendente de educação ao longo do tempo. Além disso, são apresentados resultados comparativos entre homens e mulheres.

Evidencia-se, por meio desta síntese, que os brasileiros vêm conquistando níveis de escolaridade cada vez maiores em relação aos seus pais. Há, no entanto, um longo caminho a percorrer para que o Brasil se aproxime dos países desenvolvidos em termos de mobilidade ascendente, e, principalmente, em relação ao acesso ao ensino superior de filhos de pais menos escolarizados. Além disso, destaca-se que as mulheres estão se sobressaindo, em relação aos homens, no que concerne ao maior nível de escolaridade, inclusive aquelas que são filhas de pais menos escolarizados.

Os achados também mostram que o Brasil está bastante à frente de países de renda baixa e renda média-baixa, quando se trata de mobilidade intergeracional ascendente de educação. Quando, porém, comparado aos países de renda média-alta, grupo ao qual pertence, o Brasil apresenta resultados piores em alguns indicadores. Esse é um ponto a ser constantemente acompanhando.

Essas e muitas outras evidências estão apresentadas e comentadas na presente síntese.



Sumário

APRESENTAÇÃO	3	1.5 Mobilidade ascendente e imobilidade: Brasil e países da OCDE.....	38
GLOSSÁRIO	8	1.5.1 Caracterização da mobilidade intergeracional ascendente de educação.....	38
SUMÁRIO EXECUTIVO	9	1.5.2 Caracterização da imobilidade intergeracional de educação.....	41
INTRODUÇÃO	12	2 Mobilidade intergeracional de educação: panorama global.....	44
1 Mobilidade intergeracional de educação: comparando o Brasil com as nações desenvolvidas a partir dos dados da OCDE.....	14	2.1 Descrição dos dados.....	45
1.1 Descrição dos dados.....	15	2.2 O avanço da escolaridade ao longo das gerações: anos de estudo e desigualdade	46
1.2 Relação entre a escolaridade dos pais e dos filhos: matrizes de transição.....	16	2.3 Taxas de conclusão do ensino médio e ensino superior dos filhos.....	50
1.3 Desigualdades de resultados educacionais: indicadores derivados da matriz de transição	25	2.4 Mobilidade educacional ascendente	56
1.4 Um indicador sintético de mobilidade relativa: a persistência intergeracional.....	32	2.5 Persistência intergeracional de educação	60
1.4.1 Relação entre a escolaridade média e a persistência intergeracional.....	34	Referências	63
1.4.2 Relação entre desigualdade e persistência intergeracional: Great Gatsby Curve	35	Apêndice	66



Lista de Tabelas

Tabela 1	Matrizes de transição educacional: filhos em relação aos seus pais, Brasil e média dos países da OCDE.....	16	Tabela 5	Percentual de pais em cada nível de escolaridade, segundo o quintil de renda do filho....	24
Tabela 2	Matrizes de transição educacional - filhos com idade entre 55 e 64 anos e 25 e 34 anos em relação aos seus pais: Brasil e média dos países da OCDE.....	18	Tabela 6	Posição dos brasileiros no ranking de mobilidade educacional ascendente de acordo com o recorte de idade dos filhos	41
Tabela 3	Matrizes de transição educacional: filhos em relação aos seus pais, Brasil (com recorte de cor ou raça) e média dos países da OCDE (sem recorte)	21	Tabela 7	Cobertura do Banco de Dados Global sobre Mobilidade Intergeracional (GDIM)	45
Tabela 4	Matrizes de transição educacional dos filhos em relação aos seus pais, segundo o sexo: Brasil e média dos países da OCDE (ambos com recorte de sexo)	23	Tabela 8	Média (\bar{x}) e Desvio Padrão (σ) dos anos de estudo dos países que compõem o G20	48
			Tabela 9	Percentual de pais e filhos com ensino médio completo ou mais anos de estudos.....	55



Lista de Gráficos

Gráfico 1	Percentual de filhos com até ensino médio incompleto, segundo o nível de escolaridade dos pais: Brasil e países da OCDE.....	25	Gráfico 8	Relação entre a média de anos de estudo e a persistência intergeracional de educação: Brasil e países da OCDE.....	34
Gráfico 2	Percentual de filhos com até ensino médio incompleto, segundo o nível de escolaridade dos pais: Brasil e países da OCDE Homens (A) e Mulheres (B).....	27	Gráfico 9	Relação entre o Coeficiente de Gini educacional e a persistência intergeracional de educação: Brasil e países da OCDE.....	36
Gráfico 3	Percentual de filhos com superior completo ou mais, segundo o nível de escolaridade dos pais no Brasil e países da OCDE.....	28	Gráfico 10	Relação entre desigualdade de renda e desigualdade educacional.....	37
Gráfico 4	Percentual de filhos com ensino superior completo ou mais, segundo o nível de escolaridade dos pais: Brasil e países da OCDE Homens (A) e Mulheres (B).....	29	Gráfico 11	Mobilidade Intergeracional Ascendente de Educação: Brasil e países da OCDE.....	39
Gráfico 5	Filhos com ensino superior completo ou mais: razão entre o percentual daqueles com pais mais escolarizados (que concluíram o superior ou mais) e daqueles com pais menos escolarizados (que não concluíram o ensino médio).....	30	Gráfico 12	Relação entre a persistência intergeracional de educação e a mobilidade ascendente: Brasil e países da OCDE.....	40
Gráfico 6	Filhos com ensino superior completo ou mais: razão entre o percentual daqueles com pais mais escolarizados (que concluíram o superior ou mais) e daqueles com pais menos escolarizados (que não concluíram o ensino médio), segundo o sexo.....	31	Gráfico 13	Imobilidade Intergeracional de Educação: Brasil e países da OCDE.....	42
Gráfico 7	Persistência intergeracional de educação-coeficiente da regressão: Brasil e países da OCDE.....	33	Gráfico 14	Percentual de filhos que apresentam um nível de escolaridade que se encontra na mesma categoria de nível de escolaridade dos pais nos três níveis analisados: Brasil e Países da OCDE.....	43
			Gráfico 15	Evolução da média de anos de estudo no Brasil e da média dos países que compõem cada grupo de renda.....	47
			Gráfico 16	Relação entre os anos de estudo e desigualdade educacional.....	50



Gráfico 17	Taxas de conclusão do ensino médio ou mais no Brasil e conjuntos de países	51	Gráfico 23	Percentual de mobilidade intergeracional ascendente e posição relativa do Brasil na mobilidade intergeracional ascendente de educação	59
Gráfico 18	Taxas de conclusão do ensino médio ou mais Homens (A) e Mulheres (B).....	52	Gráfico 24	Relação entre os anos de estudo dos pais e a mobilidade educacional ascendente	59
Gráfico 19	Taxas de conclusão do ensino superior ou mais no Brasil e conjuntos de países	53	Gráfico 25	Países com a maior variação no coeficiente de persistência intergeracional de educação entre as gerações nascidas na década de 1940 e 1980	61
Gráfico 20	Taxas de conclusão do ensino superior ou mais - Homens (A) e Mulheres (B).....	54	Gráfico 26	Evolução da persistência intergeracional de educação nos BRICS	62
Gráfico 21	Mobilidade Intergeracional Ascendente de Educação: filhos nascidos na década de 1980, grupos de países e Brasil.....	56			
Gráfico 22	Mobilidade intergeracional ascendente de educação: Brasil e média dos países de renda média-alta	58			



Glossário

“Armadilha” de baixa escolarização¹: ocorre quando mais de 50,0% dos filhos de pais sem instrução alcançam, no máximo, o fundamental incompleto.

Grau de mobilidade intergeracional de educação²: associação entre a escolaridade do filho (filha) e do pai, da mãe ou daquele com maior escolaridade. Existem diferentes medidas de mobilidade intergeracional de educação. Nesta sinopse, adotaremos aquelas também utilizadas nos estudos comparativos da OCDE e do Banco Mundial. A mobilidade intergeracional pode ser absoluta ou relativa. A mobilidade absoluta refere-se à proporção de filhos com nível de escolaridade superior ou inferior ao do seu pai, seja qual for a escolaridade do pai. A mobilidade relativa, em geral, está relacionada a diferenças de escolaridade entre pais e filhos, ou seja, qual escolaridade dos filhos condicionada ao nível de escolaridade dos pais.

Imobilidade intergeracional de educação: é a situação em que filhos têm o mesmo nível de escolaridade ou anos de estudo do pai (ou mãe ou ambos).

Mobilidade intergeracional ascendente de educação: refere-se à situação em que filhos têm nível de escolaridade superior ao do pai (ou mãe ou ambos). Em países passando por processos de forte escolarização, esse indicador tenderá a ser mais alto.

Mobilidade intergeracional descendente de educação: refere-se à situação em que filhos têm nível de escolaridade inferior ao do pai (ou mãe ou ambos).

Mobilidade social³ é a variação que ocorre no status socioeconômico (educacional, ocupacional, de renda e outras medidas correlacionadas com o bem-estar) de indivíduos. Ela pode ser intergeracional - entre pais e filhos, ou netos - ou intrageracional - no curso de vida do próprio indivíduo.

Persistência intergeracional da educação⁴: mede o grau de determinação que o nível de escolaridade dos pais possui sobre o nível de escolaridade dos filhos, em anos de estudo. É obtido através do coeficiente da regressão de mínimos quadrados ordinários em que a variável dependente é o número de anos de estudo do filho(a) e a variável independente é o número de anos de estudo do pai (ou mãe ou ambos). Valores mais próximos de zero indicam menor persistência (menor dependência entre os anos de estudo de pais e filhos) e, conseqüentemente, alta mobilidade intergeracional de educação, enquanto valores mais próximos de um indicam maior persistência e baixa mobilidade.

Privilégio intergeracional⁵ expressa a parcela dos filhos cujos pais tinham superior completo ou mais, que alcançaram superior completo ou mais.

¹ Elaboração própria.

² Conceito apresentado, entre diversas fontes, por World Bank (2018) e OECD (2018).

³ Conceito apresentado, entre diversas fontes, por World Bank (2018) e OECD (2018).

⁴ Adaptação do indicador Intergenerational persistence (World Bank, 2018).

⁵ Adaptação do indicador Intergenerational Privilege (World Bank, 2018).



Sumário Executivo

Mobilidade intergeracional de educação: comparando o Brasil com as nações desenvolvidas a partir dos dados da OCDE

Na seção 1 desta sinopse, é realizada a comparação da mobilidade intergeracional de educação no Brasil e nos países da OCDE. Para tanto foram utilizados os dados do Education at a Glance (2014), OCDE (2018) e Pnad (2014). Os níveis de escolaridade dos pais e filhos de todos os países analisados são divididos em três categorias: ensino médio incompleto ou menos, ensino médio completo ou superior incompleto e ensino superior completo ou mais. As principais análises de mobilidade educacional foram realizadas para diferentes faixas etárias dos filhos, são estas: 25 a 64 anos (a mais ampla), 25 a 34 anos (faixa etária de indivíduos mais novos) e 55 a 64 anos (faixa etária dos indivíduos mais velhos que compõem a amostra). Alguns resultados também foram analisados de acordo com o sexo (para todos os países) e a cor ou raça dos filhos (somente para o Brasil). Os principais resultados evidenciaram que:

- O nível de escolaridade no Brasil, apesar de estar aumentando entre os filhos mais jovens, é inferior ao da média dos países da OCDE. Enquanto no Brasil a probabilidade de os filhos com idade entre 25 e 64 anos, terem mais escolaridade que seus pais quando esses têm ensino médio incompleto ou menos, é de 41,7%, na média dos países da OCDE é de 66,6%. Além disso, somente 10,4% dos filhos de pais com ensino médio incompleto ou menos, completam o ensino superior no Brasil, cerca da metade do percentual nos países da OCDE.
- A maioria dos filhos de pais com ensino superior completo ou mais tem este mesmo nível de ensino. Este percentual no Brasil é maior do que na média dos países da OCDE (69,8% frente a 65,2%). No entanto, se considerados apenas os brasileiros negros, o mesmo percentual é menor do que na média dos países da OCDE (sem considerar o recorte de cor nesses países) (54,3% frente a 65,2%).
- No Brasil, assim como na média dos países da OCDE, as mulheres têm mais chances de alcançar um nível de ensino mais elevado que seus pais, do que os homens. No entanto, a diferença entre homens e mulheres é maior no Brasil do que na média dos países da OCDE. Além disso, a diferença no nível de escolaridade entre brasileiros e indivíduos dos países da OCDE, é maior entre os homens do que entre as mulheres. A probabilidade dos homens, filhos de pais com ensino médio incompleto ou menos anos de estudo, possuírem esse mesmo nível de ensino é 30,6 p.p. maior no Brasil, do que na média dos países da OCDE. Essa diferença é menor entre as filhas mulheres (19,7 p.p.).
- No Brasil e nos países da OCDE analisados, a chance de os filhos terem ensino médio incompleto ou menos é maior se os pais também têm esse nível de ensino, quando comparado a aqueles que os pais têm ensino superior completo ou mais. Porém, cabe destacar a diferença nessas duas situações. Enquanto na Rússia e na Estônia a diferença é de 15,0 p.p., no Brasil, Itália e Espanha é de mais de 45,0 p.p.
- A chance de um filho de pai com baixa escolaridade (ensino médio incompleto ou menos) completar o ensino superior ou mais, no Brasil, é de 10,4%, percentual maior do que em países como República Tcheca, Eslováquia e Itália. Todavia, é muito menor do que Rússia, Canadá e Finlândia, os países que dão mais chances aos filhos de pais de baixa escolaridade completar o ensino superior.
- No Brasil, a chance de um filho homem atingir o nível superior se seu pai tem nível superior é 8,4 vezes maior do que o daqueles que



os pais não concluíram o ensino médio. Entre as mulheres essa razão é 5,8. Na Polônia, Itália, Eslováquia e República Tcheca esse número é ainda maior, o que representa maior desigualdade entre aqueles que têm pais menos escolarizados e mais escolarizados nas chances de o filho concluir o ensino superior.

- Quando analisada a mobilidade através do coeficiente de persistência intergeracional de educação, que mede o quão determinante é a escolaridade do pai na escolaridade do filho, verifica-se que os países em que o coeficiente é maior (indicando menor mobilidade intergeracional) são Espanha, Itália, Alemanha e Brasil. Na Austrália, Estônia, Canadá, Japão e Estados Unidos o coeficiente de persistência é mais próximo de 0 do que nos demais países da OCDE, indicando maior mobilidade intergeracional de educação.
- Considerado um ranking de mobilidade ascendente, em que em primeiro lugar é o país com maior percentual de mobilidade ascendente, os brasileiros passaram da penúltima posição (considerando os filhos com idade entre 55 e 64 anos), ou seja, segundo país com menor percentual de mobilidade educacional ascendente, para 4ª posição (considerando os filhos com idade entre 25 e 34 anos).
- O Brasil, comparado aos países da OCDE, apresenta um dos piores cenários em termos de imobilidade intergeracional, onde 57,6% dos filhos apresentam nível de escolaridade que se encaixa na mesma categoria de nível de escolaridade dos pais. Além disso, dentre esses casos de imobilidade, 83,5% apresentam o mesmo nível de ensino dos pais, interrompem os estudos antes de concluírem o ensino médio, sendo que este percentual é ainda maior entre os negros (90,1%). Os países da OCDE nos quais situação semelhante ocorre (imobilidade intergeracional no menor nível de escolaridade considerado) são a Itália (81,5%) e a Espanha (80,1%).

Mobilidade intergeracional de educação: panorama global

Na seção 2 desta sinopse, é realizada a comparação da mobilidade intergeracional de educação no Brasil e em mais 148 economias. A fonte de dados utilizada é a Global Database on Intergenerational Mobility (GDIM, 2018), criada pelo Banco Mundial, que contém informações da escolaridade de indivíduos nascidos entre os anos de 1940 e 1980 e de seus pais. Os níveis de escolaridade dos pais e filhos de todos os países analisados, são divididos em cinco categorias: não completou os anos iniciais do ensino fundamental; não completou o ensino fundamental; não completou o ensino médio; completou o ensino médio ou mais; completou o ensino superior ou mais.

As principais análises de mobilidade educacional foram realizadas para as diferentes coortes de nascimento dos filhos, sendo que cada coorte compreende um período de dez anos. A coorte de indivíduos mais velhos se refere aos filhos nascidos na década de 1940, e os mais novos são nascidos na década de 1980. A maioria das análises foram realizadas através da comparação do Brasil com grupos de países: Renda Baixa, Renda Média-Baixa, Renda Média-Alta, Renda Alta, BRICS, OCDE e G20. Além disso foram explorados alguns resultados de acordo com o sexo do filho. Os principais achados foram:

- A média de anos de estudo no Brasil vem crescendo, ao longo das gerações, porém, se mantém abaixo da média dos países do grupo de renda-média alta, ao qual pertence. Na geração de filhos nascidos na década de 1940, a média de anos de estudo no Brasil era de 5,3, comparado à 7,7 dos países de renda média-alta (distância de 2,4 anos de estudo do Brasil para a escolaridade média dos países em seu grupo). Essa diferença diminui a cada coorte mais nova, e é de 1,4 anos na coorte nascida nos anos 1980.
- Enquanto entre os indivíduos nascidos na década de 1940 nos países de renda alta, cerca de 57,5% concluíram o ensino médio, nos países de renda baixa, o percentual é de 4,5%. Já entre os



nascidos na década de 1980, cerca de 88,9% concluíram o ensino médio nos países de renda alta, e 15,5% naqueles de renda baixa. No Brasil, a proporção de pessoas com ensino médio completo mais do que triplicou entre as gerações de 1940 e 1980, passando de 18,8% para 66,6%.

- Verifica-se que na média dos países de renda alta o percentual de filhos com ensino superior é bem mais alto que nos demais grupos de países ao longo de todas as gerações, sendo que essa diferença se acentua se considerados os filhos nascidos a partir de 1960.
- Se comparado o Brasil ao demais países de renda-média alta, verifica-se que o percentual de filhos que completaram o ensino superior é bem próximo para todas as coortes, ficando mais atrás somente na última coorte. Entre os nascidos nos anos 1980, na média dos países de renda média-alta, 33,0% completaram o ensino superior ou mais e no Brasil 26,0% completaram este nível de ensino.
- Considerando os países de renda baixa, 31,5% dos filhos nascidos na década de 1980 alcançaram níveis de escolaridade mais elevados do que seus pais – menos da metade do observado no Brasil e nos países de renda média-alta e renda alta, da OCDE, do G20 e dos BRICS. A desigualdade educacional (desvio-padrão dos anos de estudo) do Brasil e da grande maioria dos países que compõem o G20 tem caído, em linha com o que se espera de nações que aumentam a escolaridade média.
- A relação entre desigualdade educacional e escolaridade média se assemelha a um U invertido, ou seja, a desigualdade educacional aumenta à medida que aumenta a média de anos de escolaridade, até atingir um pico, em torno de 6,0 a 7,0 anos. Após esse pico, a desigualdade começa a diminuir, à medida que a escolaridade média aumenta ainda mais.

- Também em U invertido é a relação entre mobilidade educacional ascendente e a escolaridade média. As coortes mais jovens, apresentam mais anos de escolaridade que seus pais (pouco escolarizados). O Brasil ainda estaria no trecho ascendente do U invertido.
- Na geração dos anos 1940, 54,1% dos brasileiros tinham escolaridade maior do que a dos seus pais, enquanto na geração dos anos 1980 esse percentual era de cerca de 84,2%. Se considerado um ranking de países, sendo que o primeiro é o país com maior mobilidade, verifica-se que o Brasil saiu da 48ª posição na geração dos nascidos nos anos 1940 (considerando a existência de dados disponíveis para 97 países) e chegou a 6ª posição na geração dos anos 80 (considerando os dados disponíveis para 138 países).
- Entre os nascidos na década de 1980, no Brasil, assim como em outros países da América Latina, como México, Peru, Bolívia, Panamá e Colômbia, o coeficiente de persistência intergeracional de educação indicou um grau intermediário de mobilidade. O país da América Latina com menor persistência intergeracional de educação e maior mobilidade é o Chile, igualando-se aos Estados Unidos, Japão, Rússia e grande parte dos países europeus.
- Em alguns países, principalmente entre os situados no Continente Africano, leste Europeu e sul da Ásia, o nível de escolaridade dos filhos é fortemente determinado pela escolaridade dos pais. Na Etiópia, Mali e Benin, na África, e na Guatemala, América Central, o coeficiente de persistência intergeracional indica um grau de mobilidade bastante inferior ao dos demais países.
- O Brasil está entre os cinco países com maior redução da persistência intergeracional de educação entre os filhos nascidos na década de 1940 e 1980. Isso indica que a escolaridade de filhos nascidos em décadas mais recentes está menos atrelada à escolaridade dos pais.



Introdução

A mobilidade intergeracional de educação, que ocorre quando indivíduos alcançam níveis de escolaridade diferentes dos alcançados por seus pais, é um tema de grande relevância quando se pensa no bem-estar da sociedade e no desenvolvimento econômico. Isso ocorre, pois a mobilidade intergeracional ascendente de educação em sociedades menos escolarizadas indica menor desigualdade de oportunidades entre famílias mais pobres e mais ricas, progresso e mais oportunidades no mercado de trabalho e na sociedade como um todo, principalmente para os indivíduos pertencentes a famílias de renda baixa e média.

Por outro lado, a mobilidade descendente, situação em que os filhos apresentam menor escolaridade que os pais, tende a reduzir a satisfação com a vida, a autoestima individual, a coesão social e o sentimento das pessoas de que sua voz conta, o que pode ser muito negativo para o desenvolvimento de um país (OCDE, 2018). Diante disso, diversos estudos vêm sendo feitos para se analisar a mobilidade em um determinado país e entre países⁶ e a partir disso serem pensadas políticas públicas que promovam a mobilidade.

Em grandes estudos, como o “A Broken Social Elevator? How to Promote Social Mobility” (Um elevador social quebrado? Como promover mobilidade social, em tradução livre) desenvolvido pela OCDE (2018) e “Fair Progress? Economic Mobility across Generations around the World” (Progresso Justo? Mobilidade Econômica entre Gerações ao redor do Mundo, em tradução livre) desenvolvido por Narayan e coautores (2018), em que se compara a mobilidade em diferentes economias, coloca-se em evidência a desigualdade, que é de grande proporção entre os países mais ricos e mais pobres e mesmo entre países de rendas parecidas. Por exemplo, enquanto em alguns países, como Canadá, Estados Unidos,

Alemanha, Rússia, Áustria, entre os outros, se considerados os indivíduos nascidos nos anos 1940, cerca de 80,0% completaram o ensino médio, em outros, localizados no continente africano, considerando os nascidos na década de 80, esse percentual não chega a 10,0%.

No entanto, apesar dessa realidade, é possível dizer que os anos médios de escolaridade vêm aumentando ao longo das gerações em quase todos os lugares, sendo que em alguns a passos mais estreitos e em outros mais largos. No Brasil, se tem avançado muito nas últimas gerações em termos de mobilidade intergeracional ascendente, principalmente porque as gerações mais novas, filhos(as) de pais menos escolarizados, estão alcançando o ensino médio. Além disso, as mulheres estão indo mais além que os homens, inclusive aquelas filhas de pais com baixa escolaridade.

Todavia, se comparado o Brasil aos países desenvolvidos, verifica-se que ele fica atrás de muitos países, principalmente ao se analisar o percentual de filhos de pais menos escolarizados que concluem o ensino superior ou mais anos de estudo, a alta persistência intergeracional e em relação ao percentual bastante elevado de imobilidade intergeracional na categoria mais baixa de ensino. Evidencia-se ainda a diferença entre brasileiros brancos e negros em termos de realização educacional tanto de filhos de pais com baixa escolaridade como de filhos de pais com alta escolaridade. Se consideramos apenas o Brasil negro (pessoas adultas que reportam raça ou cor preta ou parda), com os demais países da OCDE (sem segmentação racial), a distância do Brasil para os países desenvolvidos é ainda maior.

Quando analisado o panorama global sob a ótica de grupos de renda, verifica-se que em alguns aspectos o Brasil está mais próximo dos países de renda média-baixa do que de renda média-alta (categoria a que

⁶ Alguns dos estudos são o de Karlson e Landersø (2021)- Dinamarca; Azomahou e Yitbarek (2021)- África; Alesina et al. (2021)- África; Urbina (2018)- México; Sen and Clemente (2010) e Latif (2019)- Canadá; Li and Zhong (2017) e Lam and Liu (2019) - China; Heckman & Landersø (2021); Landersø and Heckman (2017)- Dinamarca; Heineck e Riphahn (2009)- Alemanha; Daouli et al. (2010)- Grécia; Checchi et al. (1999, 2013)- Itália; Niimi (2018)- Japão; Kalil et al. (2016)- Noruega; Güell et al. (2015)- Espanha; Azam and Bhatt (2015) e Emran and Shilpi (2015)- Índia; Amin et al. (2015); Lindahl et al. (2015); Heidrich (2017) - Suécia; Bauer and Riphahn (2006)- Suíça; Checchi et al. (1999); Landersø and Heckman, 2017 - Estados Unidos; Lee e Lee (2021)- 30 países.

pertence), situação que sinaliza a importância de se dar a devida atenção à mobilidade intergeracional de educação e meios para que ela aconteça, para não ficarmos para trás. Quando analisadas as diferenças entre homens e mulheres, evidencia-se que desde aquelas nascidas nos anos 1940, as mulheres têm concluído em maior percentual o ensino médio e o ensino superior.

Salienta-se que na Sinopse de Indicadores nº 1 do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social foi feito um mergulho na situação da mobilidade social intergeracional no Brasil e sua evolução entre 1996 e 2014. Além disso foram exploradas as relações entre outros resultados socioeconômicos dos filhos, como a ocupação, renda, condições de moradia, e outros, com o nível de escolaridade dos pais. Aqui, na Sinopse de Indicadores nº 2, o objetivo é apresentar um panorama global da mobilidade intergeracional de educação e comparar a mobilidade no Brasil à de outros países ou grupos de países. Além disso é mostrada a evolução de indicadores de mobilidade entre gerações mais novas e mais velhas e entre homens e mulheres.

Esta sinopse está organizada em duas seções. Na primeira, é apresentada e comparada a mobilidade intergeracional de educação no Brasil e em países da OCDE. Nessa parte são analisados indicadores produzidos pelo Imds, a partir dos microdados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2014) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2014). Os dados se referem à escolaridade de filhos que têm entre 25 e 64 anos, que não estudam mais, e de seus pais.

Na segunda seção, é traçado um panorama global da mobilidade, através da análise de uma ampla base de dados que traz informações sobre mobilidade para 148 países a partir de indicadores produzidos pelo Imds com microdados do Banco Mundial (BANCO MUNDIAL, 2018). Nesta parte da sinopse, os dados de escolaridade são de filhos com mais de 18 anos de idade que não estudam mais, sendo a única exceção aqueles com

20 anos ou mais que concluíram o ensino médio e estavam matriculados no ensino superior.

Cabe observar que os diferentes indicadores de mobilidade intergeracional analisados nesta sinopse (e outros que não aparecem aqui), são encontrados no site do Imds, na seção de Indicadores de Mobilidade Social Internacionais. Esses indicadores podem ser analisados com base na escolaridade do pai (ou homem responsável), na escolaridade da mãe (ou mulher responsável), na escolaridade média dos pais - no caso de anos de estudo - ou a maior escolaridade entre os pais.

No entanto, nesta sinopse, o nível de escolaridade considerado nas evidências de mobilidade intergeracional será o do pai, buscando maior compatibilidade com a literatura sobre mobilidade intergeracional que, geralmente, analisa relações de mobilidade entre pai e filho ou filha. Portanto, neste texto, sempre que houver referência a “pais”, considera-se o plural de pai ou homem responsável pelos filhos.

Além disso, ressalta-se que os resultados de mobilidade relativos ao Brasil encontrados nesta sinopse e nos dashboards de indicadores internacionais, diferem daquele apresentado no dashboard de dados nacionais e analisado na Sinopse de Indicadores nº 01/2021. A comparabilidade não pode ser realizada, pois na seção um desta sinopse de indicadores internacionais, os dados do Brasil, apesar de serem também oriundos da Pnad 2014, foram ajustados para se tornarem comparáveis aos da OCDE, que consideram apenas filhos fora da escola com idade entre 25 e 64 anos. E na seção dois, eles vêm do Banco Mundial que têm um determinado recorte de idade, também diferente do utilizado na Sinopse de Indicadores nº 01/2021.

Por fim, salienta-se que os resultados encontrados na Seção 1 e na Seção 2 não serão idênticos, mesmo quando analisados os mesmos indicadores, pois se referem a coortes de nascimento diferentes e porque as categorias de escolaridade utilizadas para mensuração da mobilidade são diferentes, conforme é abordado nas seções 1.1 e 2.1.

1 Mobilidade intergeracional de educação: comparando o Brasil com as nações desenvolvidas a partir dos dados da OCDE

Destaques do capítulo:

- A probabilidade dos homens, filhos de pais com ensino médio incompleto ou menos anos de estudo, possuírem esse mesmo nível de ensino, é 30,6 pontos percentuais (p.p.) maior no Brasil, do que na média dos países da OCDE (62,6% frente a 32,0%). Essa mesma diferença é menor entre as mulheres no Brasil e na média dos países da OCDE (19,7 p.p.).
- No Brasil, a probabilidade de os filhos terem mais escolaridade que seus pais, quando esses têm ensino médio incompleto ou menos, é de 41,7%, enquanto na média dos países da OCDE é de 66,6%. Além disso, cerca de 10,0% dos filhos de pais com ensino médio incompleto ou menos, completaram o ensino superior, seja entre os mais velhos (com idade entre 55 e 64) ou mais novos (com idade entre 25 e 34). Na média dos países da OCDE, este percentual é mais que o dobro se analisado o grupo etário mais jovem (23,0%).
- A probabilidade de filhos de pais com ensino superior completo ou mais anos de estudo, também possuírem este nível de ensino é mais alto no Brasil do que na média dos países da OCDE (69,8% frente a 65,2%).
- Os países em que há maior percentual de filhos de pais com baixa escolaridade (ensino médio incompleto ou menos) que completaram o ensino superior são Rússia (45,2%), Canadá (36,2%) e Finlândia (33,1%). Este percentual no Brasil é de 10,4%. Na República Tcheca, na Eslováquia e na Itália os percentuais de filhos de pais de baixa escolaridade que completam o ensino superior são respectivamente, 3,2%, 5,5% e 6,4%.

- No Brasil, a chance de um filho homem atingir o nível superior se seu pai tem nível superior é 8,4 vezes maior do que o daqueles que os pais não concluíram o ensino médio. Entre as mulheres essa razão é 5,8. Na Polônia, Itália, Eslováquia e República Tcheca esse número é ainda maior, tanto para homens, quanto para mulheres.
- Na Austrália, Estônia, Canadá, Japão e Estados Unidos o coeficiente de persistência não chega a 0,4. No Brasil está entre os mais altos (0,5), fica atrás somente da Espanha (0,7), Itália (0,6) e Alemanha (0,7), o que indica menor mobilidade intergeracional.
- Considerado um ranking de mobilidade ascendente, em que em primeiro lugar é o país com maior percentual de mobilidade ascendente, os brasileiros passaram da penúltima posição (considerando os filhos com idade entre 55 e 64 anos), ou seja, segundo país com menor percentual de mobilidade educacional ascendente, para 4ª posição (considerando os filhos com idade entre 25 e 34 anos).

Inicialmente são apresentadas características dos dados utilizada nesta seção. Em seguida, é analisada a mobilidade intergeracional de educação através de matrizes de transição (Seção 1.2) e indicadores derivados das matrizes (Seção 1.3). Na Seção 1.4, são evidenciados os resultados de mobilidade através do coeficiente de persistência intergeracional de educação. Destaca-se que ambos os métodos de mensuração da mobilidade se referem à mobilidade relativa. Na Seção 1.5, mostra-se os resultados acerca da mobilidade absoluta, mais especificamente a mobilidade ascendente e imobilidade intergeracional.



1.1 Descrição dos dados

Essa seção, referente à mobilidade educacional nos países da OCDE, foi construída a partir do que é apresentado no capítulo cinco, sobre mobilidade educacional, do relatório “A Broken Social Elevator? How to Promote Social Mobility” (Um elevador social quebrado? Como promover mobilidade social, em tradução livre), desenvolvido pela OCDE (2018).

Alguns dos indicadores apresentados nesta seção foram coletados do próprio relatório, como a Persistência Intergeracional de Educação, calculada pela OCDE (2018) com base na *European Social Survey* (ESS) e *Cross-National Equivalent File* (CNEF). No entanto, os dados utilizados na construção das matrizes de transição e os resultados referentes a mobilidade ascendente e descendente e imobilidade foram buscados na fonte citada no relatório desenvolvido pela OCDE (2018), sendo esta o “Education At a Glance” de 2014, o qual faz parte da OCDE Indicators.

Porém, cabe destacar que os dados disponibilizados no Education At a Glance (2014), são oriundos da *Survey of Adult Skills*, um produto do Programa da OCDE para Avaliação Internacional de Competências de Adultos (*International Assessment of Adult Competencies - PIAAC*). No Education at a Glance (2014) são disponibilizados dados de vinte e quatro países⁷, os quais participaram da primeira rodada da PIAAC, que ocorreu entre agosto de 2011 e março de 2012⁸. É também disponibilizada a média dos países da OCDE, calculada como a média não ponderada dos valores dos dados de todos os países para os quais os dados estão disponíveis ou podem ser estimados, sem levar em consideração o tamanho absoluto do sistema educacional em cada país. No apêndice é apresentada uma tabela com os países e seu tamanho amostral.

Outros indicadores que aparecem no Dashboard de Mobilidade Social- Indicadores Internacionais - O Brasil comparado às nações

desenvolvidas, e que por consequência aparecem nesta sinopse, são o Coeficiente de Gini da renda e a Renda Média dos países, os quais tem como fonte o *World Development Indicators* (2021). Além desses, tem-se o Coeficiente de Gini educacional, em que os dados são oriundos do estudo de Benaabdelaali, Hanchane e Kamal (2012).

As informações referentes à mobilidade intergeracional de educação, disponibilizadas por meio do Education at a Glance (2014), incluem resultados educacionais de pessoas não estudantes de 25 a 64 anos e de seus pais. Diante do objetivo de realizar-se uma comparação da mobilidade intergeracional de educação no Brasil em relação as nações desenvolvidas, foram calculados os mesmos resultados para o Brasil com base na PNAD (2014), em que foram consideradas também as pessoas não estudantes, que possuíam de 25 a 64 anos na data de referência da pesquisa.

Os níveis de escolaridade dos pais e filhos de todos os países analisados são classificados com base na *International Standard Classification of Education*⁹ (ISCED, 1997, ou Classificação Internacional Padronizada de Educação, em tradução livre) e são divididos em três categorias: ensino médio incompleto ou menos (*below upper secondary*), ensino médio completo ou superior incompleto (*upper secondary or post-secondary non-tertiary education*) e ensino superior completo ou mais (*tertiary education*).

Observa-se que para a maioria dos resultados apresentados no dashboard de indicadores de mobilidade social - O Brasil comparado às nações desenvolvidas, permite-se que sejam feitas análises de mobilidade educacional usando diferentes faixas etárias, são estas: 25 a 64 anos (a mais ampla), 25 a 34 anos (faixa etária de indivíduos mais novos), 35 a 44 anos, 45 a 54 anos, e 55 a 64 anos (faixa etária dos indivíduos mais velhos que compõem a amostra). Também é possível ver os resultados de acordo com o sexo dos filhos (para todos os países) e segundo a cor ou raça dos filhos (somente para o Brasil).

⁷ Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chipre, República Tcheca, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Japão, Coreia, Holanda, Noruega, Polônia, Federação Russa, República Eslovaca, Espanha, Suécia, o Reino Unido (Inglaterra e Irlanda do Norte) e os Estados Unidos.

⁸ Informações completas da PIAAC podem ser acessadas através do link: <https://www.oecd.org/skills/piaac/>

⁹ Como a fonte de dados do Brasil não é a mesma dos demais países, foram necessários ajustes nas categorias de níveis de escolaridade, para que as mesmas sigam a classificação do ISCED (1997). As categorias foram definidas da seguinte forma: médio incompleto ou menos, correspondente a sem instrução, fundamental incompleto ou equivalente, fundamental completo ou equivalente, médio incompleto ou equivalente; médio completo ou superior incompleto, correspondente a médio completo ou equivalente e superior incompleto ou equivalente; e superior completo ou mais, correspondente ao superior completo, classificação que inclui mestrado e/ou doutorado, incompleto ou completo.

1.2 Relação entre a escolaridade dos pais e dos filhos: matrizes de transição

Para ser identificada a relação da escolaridade dos pais com a escolaridade dos filhos, são apresentadas matrizes de transição, que mostram de forma organizada as probabilidades de transição possíveis entre os níveis de escolaridade dos pais e dos filhos. Para cada nível de escolaridade dos pais (nas linhas), apresenta-se a distribuição percentual dos filhos em seus níveis de escolaridade (nas colunas)¹⁰. A matriz de transição é uma mensuração da mobilidade relativa, pois descreve as

chances relativas de pessoas de diferentes origens estudarem menos, igual ou mais do que seus pais.

Com o intuito de facilitar a comparação da matriz de transição do Brasil com a dos demais países da OCDE, é apresentada do lado esquerdo das tabelas, a matriz com os dados de pais e filhos do Brasil e, do lado direito, a matriz com os dados da média do conjunto de países que fazem parte da OCDE. Na Tabela 1 são apresentadas as matrizes de transição que se referem a toda a população de referência incluída na análise – pessoas com idade entre 25 e 64 anos, não estudantes, com informações acerca da escolaridade de seus pais.

Nível de escolaridade dos pais	Nível de escolaridade dos filhos							
	Brasil - Total				OCDE			
	1. Médio incompleto ou menos	2. Médio completo ou superior incompleto	3. Superior completo ou mais	Total geral	1. Médio incompleto ou menos	2. Médio completo ou superior incompleto	3. Superior completo ou mais	Total geral
1. Médio incompleto ou menos	58,3%	31,3%	10,4%	100,0%	33,4%	47,0%	19,6%	100,0%
2. Médio completo ou superior incompleto	15,4%	46,4%	38,2%	100,0%	12,1%	50,9%	37,0%	100,0%
3. Superior completo ou mais	6,2%	24,0%	69,8%	100,0%	5,2%	29,6%	65,2%	100,0%
Total	50,2%	32,7%	17,1%	100,0%	20,3%	44,7%	35,0%	100,0%

Tabela 1- Matrizes de transição educacional: filhos em relação aos seus pais, Brasil e média dos países da OCDE

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD 2014 e Education At a Glance (2014).

¹⁰ Para uma melhor compreensão acerca das matrizes de transição, veja a Sinopse de Indicadores nº 1, desenvolvida pelo Imds, disponível no link: https://imdsbrasil.org/doc/imds_Sinopse%20de%20Indicadores01_Ago2021.pdf



A última linha da Tabela 1, identifica o percentual de filhos por nível de escolaridade, independentemente da escolaridade do pai. Percebe-se que o nível de escolaridade dos filhos no Brasil é inferior ao da média dos países da OCDE. Enquanto no Brasil metade dos filhos têm ensino médio incompleto ou menos (50,2%), na média dos países da OCDE a maioria tem ensino médio completo ou mais anos de estudo (79,7%). Destaca-se ainda que no Brasil, 17,1% dos filhos têm ensino superior completo ou mais, percentual este que corresponde a menos da metade do percentual de filhos que têm superior completo ou mais nos países da OCDE (35,0%).

Quando considerada a escolaridade dos pais, verifica-se que no Brasil a probabilidade de os filhos terem mais escolaridade que seus pais, quando esses têm médio incompleto ou menos, é de 41,7%, enquanto na média dos países da OCDE é de 66,6%. Dentre estes, 10,4% completam o ensino superior no Brasil, cerca da metade do percentual nos países da OCDE.

Por outro lado, **destaca-se que no Brasil, 69,8% dos filhos de pais com ensino superior completo ou mais também completam este nível de ensino, percentual maior do que o da média dos países da OCDE**

(65,2%). Estes percentuais indicam que no Brasil há um alto percentual, assim como na média dos países da OCDE, do que se define como privilégio intergeracional – situação em que filhos de pais com ensino superior completo ou mais anos de estudo também possuem este nível de ensino.

A associação entre a alta escolaridade do pai e do filho pode ocorrer porque pais mais escolarizados tendem a possuir e oferecer aos seus filhos maior capital humano. Dessa forma, há uma propensão mais elevada de que seus filhos, desde a infância, tenham mais incentivos e condições de se dedicarem aos estudos, com ambiente e apoio familiar favorável (BECKER E COAUTORES, 2018).

Os dados também permitem que sejam construídas matrizes com grupos de filhos de diferentes faixas etárias. A seguir é apresentada a Tabela 2, que contém as matrizes de transição dos filhos mais velhos (55 a 64 anos) na parte superior e dos mais novos (25 a 34 anos) na parte inferior. Dessa forma, é possível ver se houve avanços ou não em termos de mobilidade intergeracional entre indivíduos nascidos em coortes distintas.

Nível de escolaridade dos pais	Nível de escolaridade dos filhos							Filhos com idade entre 55 e 64 anos
	Brasil - Total				OCDE			
	1. Médio incompleto ou menos	2. Médio completo ou superior incompleto	3. Superior completo ou mais	Total geral	1. Médio incompleto ou menos	2. Médio completo ou superior incompleto	3. Superior completo ou mais	Total geral
1. Médio incompleto ou menos	73,2%	16,6%	10,2%	100,0%	41,3%	42,1%	16,5%	100,0%
2. Médio completo ou superior incompleto	20,5%	35,9%	43,6%	100,0%	17,0%	49,1%	33,9%	100,0%
3. Superior completo ou mais	9,1%	24,2%	66,7%	100,0%	7,8%	32,4%	59,8%	100,0%
Total	68,1%	17,9%	14,0%	100,0%	31,7%	42,2%	26,1%	100,0%

Nível de escolaridade dos pais	Nível de escolaridade dos filhos							Filhos com idade entre 25 e 34 anos
	Brasil - Total				OCDE			
	1. Médio incompleto ou menos	2. Médio completo ou superior incompleto	3. Superior completo ou mais	Total geral	1. Médio incompleto ou menos	2. Médio completo ou superior incompleto	3. Superior completo ou mais	Total geral
1. Médio incompleto ou menos	45,4%	45,3%	9,3%	100,0%	29,3%	47,7%	23,0%	100,0%
2. Médio completo ou superior incompleto	12,5%	49,1%	38,4%	100,0%	10,7%	51,3%	38,0%	100,0%
3. Superior completo ou mais	3,7%	24,6%	71,7%	100,0%	5,7%	29,2%	65,1%	100,0%
Total	35,6%	44,3%	20,0%	100,0%	13,2%	44,0%	42,8%	100,0%

Tabela 2 - Matrizes de transição educacional - filhos com idade entre 55 e 64 anos e 25 e 34 anos em relação aos seus pais: Brasil e média dos países da OCDE.

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD 2014 e Education At a Glance (2014).



No Brasil, o percentual daqueles que têm ensino médio incompleto ou menos, teve uma queda de 32,5 pontos percentuais (p.p.) quando se compara o grupo etário mais velho e o mais jovem (de 68,1% para 35,6%). Ao mesmo tempo, o percentual de indivíduos que têm ensino médio completo ou superior incompleto teve um aumento de 26,4 p.p. e o percentual dos que têm ensino superior completo aumentou 6,0 p.p. Identifica-se, assim, que o grupo mais jovem (idade entre 25 e 34 anos) é mais escolarizado do que o grupo mais velho (idade entre 55 e 64 anos). E isso se deve, principalmente, ao salto no ensino médio, impulsionado pelo aumento da escolaridade de fração da população adulta, cujos pais apresentam menor escolaridade.

Trata-se de um resultado positivo para o país, ainda que os patamares de escolarização sejam inferiores aos observados nos países membros da OCDE. Torna-se evidente que o avanço, em termos de conclusão do ensino médio, vem ocorrendo de forma mais tardia no Brasil, em relação ao grupo de comparação.

Considerando o grupo etário mais velho que vive nos países da OCDE, identifica-se que a maior parte tem ensino médio completo ou ensino superior incompleto (42,2%), e esse percentual se manteve relativamente estável entre os mais velhos e mais novos. Além disso, considerando os mais velhos, 26,1% têm ensino superior completo ou mais, sendo que esse percentual sobe para 42,8% entre os mais novos.

Evidencia-se que, no Brasil, entre aqueles do grupo etário mais velho, filhos de pais com ensino médio incompleto ou menos, mais de 70,0%

também não concluíram o ensino médio. Este percentual diminuiu, e entre os mais novos é de 45,4%. No entanto, ainda é maior do que na média dos países da OCDE, entre o grupo etário mais velho.

Destaca-se também, que no Brasil, em relação aos filhos de pais com ensino médio incompleto ou menos, cerca de 10,0% completaram o ensino superior, seja entre os mais velhos ou mais novos. Na média dos países da OCDE, este percentual, que era 16,5% entre os mais velhos, aumentou para 23,0% entre os mais novos. Esse percentual é mais que o dobro do observado no Brasil. Se analisado o percentual de filhos de pais com ensino superior completo ou mais anos de estudo, que também completaram o ensino superior ou mais, identifica-se um percentual maior no Brasil, do que na média dos países da OCDE em ambos os grupos etários.

Assim, uma característica marcante no Brasil, em relação à média da OCDE, é a parcela relativamente baixa de pessoas com ensino superior completo mesmo entre as gerações mais jovens. Mas a “causa” disso está na fração reduzida de filhos de pais com baixa escolaridade que completaram o ensino superior. Para filhos de pais com no mínimo ensino médio, o percentual de pessoas que completa o ensino superior é no mínimo igual à média da OCDE. Como a maior parte da população de filhos tem pais que não completaram o ensino médio (83,8%¹¹), a taxa de conclusão do ensino superior no Brasil é mais baixa do que na OCDE. Ou seja, a baixa mobilidade educacional brasileira na base está associada à baixa proporção de adultos com ensino superior completo.

¹¹ Percentual calculado a partir do número amostral de filhos por nível de escolaridade do pai.

Box 1-Quando o indicador “Privilégio Intergeracional” revela de fato um privilégio?

Nesta Sinopse de Indicadores e nos Dashboards com comparações internacionais, seguimos o Banco Mundial ao denominarmos de “Privilégio Intergeracional” à probabilidade de filhos de pais com ensino superior ou mais terem também ensino superior ou mais. No Brasil, a probabilidade de filhos de pais com ensino superior completo ou mais anos de estudo, também completarem o ensino superior ou mais é maior do que nos países da OCDE e aumenta, se considerada a geração de indivíduo mais velhos (55 a 64 anos) e mais jovens (25 a 34 anos) - passa de 66,0% para 71,0%. No entanto, esse cenário não ocorre apenas no Brasil. Na Rússia, por exemplo, as mesmas probabilidades são de 81,9% e 93,5%, respectivamente. No entanto, enquanto no Brasil, cerca de 20,0% da população tem ensino superior completo ou mais anos de estudo, na Rússia esse percentual é 68,8% (amostra dos indivíduos mais jovens).

Isso coloca uma questão terminológica: tratar de privilégio pode ser enganoso e até falacioso. Privilégio é definido, pelo Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, como “direito, vantagem, prerrogativa, válidos apenas para um indivíduo ou um grupo, em detrimento da

maioria; apanágio, regalia”. Se muitos têm nível superior, não se trata de privilégio, mas da norma geral. Por exemplo, se um país for muito escolarizado, a probabilidade de um filho de pai com ensino superior completo também ter ensino superior completo tenderá a 100,0%. Mas e se a probabilidade de o filho completar o ensino superior, cujo pai não completou o ensino médio, também for 100,0%? Se esta é a realidade, o que estamos chamando de privilégio não seria um privilégio, de acordo com a definição apresentada anteriormente.

Uma forma que torna possível serem identificados países onde ocorre uma situação de privilégio intergeracional, de acordo com a definição apresentada e os países em que ocorre devido à alta escolaridade atingida no país, é através do cálculo da razão entre filhos que concluíram o superior, cujos pais têm ensino superior e filhos que concluíram o ensino superior, cujos pais não concluíram o ensino médio (Ver seção 1.3, Gráfico 5). Feito esse cálculo, entre os países da OCDE, países como Rússia, Canadá e Finlândia têm a menor razão, por outro lado, no Brasil, República Tcheca (entre outros) identifica-se que essa razão é bastante elevada, indicando que a definição do “privilégio intergeracional” faz muito sentido em alguns países, mas em outros têm um significado diferente do que o conceito, de modo literal.

A Tabela 3 apresenta as matrizes de transição com o recorte de cor ou raça, o que permite visualizar o perfil da mobilidade educacional no Brasil para brancos e negros e identificar a posição de cada grupo em relação à média dos países da OCDE. Cabe destacar que o mesmo recorte não ocorre na matriz de transição da OCDE.

Entre a população negra do Brasil, as chances de filhos de pais com ensino médio incompleto ou menos terem também médio incompleto ou menos é de 64,0%, 12,4 p.p. a mais do que entre os brancos e quase o dobro do que na média dos países da OCDE. **Em relação à conclusão do ensino superior ou mais, evidencia-se que entre os brasileiros negros filhos de pais com pelo menos superior completo, 54,3% também concluem este nível de ensino ou vão além. Entre os brancos, a chance é**

de 73,8%. Na média dos países da OCDE (sem considerar a cor ou raça) o percentual é de 65,2%. Se visualizada essa realidade sob a perspectiva da mobilidade descendente, verifica-se que um filho negro tem 45,7% de probabilidade de estudar menos que seu pai, se ele tiver ensino superior ou mais anos de estudo, frente a 26,2% se considerados os brancos.

Esta evidência pode ser explicada em função das diferenças raciais de salário no Brasil, pois se os pais brancos têm maior capital financeiro que os negros, eles podem investir mais na educação dos filhos. De acordo com o estudo de Gerard e coautores (2020), os indivíduos brancos têm menos probabilidade de trabalhar em empresas com as remunerações mais altas, em comparação aos não brancos. Além disso, os prêmios salariais oferecidos por diferentes empregadores são menores para os

Nível de escolaridade dos pais	Brasil - Brancos				OCDE			
	1. Médio incompleto ou menos	2. Médio completo ou superior incompleto	3. Superior completo ou mais	Total geral	1. Médio incompleto ou menos	2. Médio completo ou superior incompleto	3. Superior completo ou mais	Total geral
1. Médio incompleto ou menos	51,6%	34,3%	14,2%	100,0%	33,4%	47,0%	19,6%	100,0%
2. Médio completo ou superior incompleto	11,2%	43,4%	45,5%	100,0%	12,1%	50,9%	37,0%	100,0%
3. Superior completo ou mais	4,3%	21,9%	73,8%	100,0%	5,2%	29,6%	65,2%	100,0%
Total	41,6%	34,4%	24,0%	100,0%	20,3%	44,7%	35,0%	100,0%

Nível de escolaridade dos pais	Nível de escolaridade dos filhos							
	Brasil - Negros				OCDE			
	1. Médio incompleto ou menos	2. Médio completo ou superior incompleto	3. Superior completo ou mais	Total geral	1. Médio incompleto ou menos	2. Médio completo ou superior incompleto	3. Superior completo ou mais	Total geral
1. Médio incompleto ou menos	64,0%	29,0%	7,0%	100,0%	33,4%	47,0%	19,6%	100,0%
2. Médio completo ou superior incompleto	21,2%	51,4%	27,3%	100,0%	12,1%	50,9%	37,0%	100,0%
3. Superior completo ou mais	12,8%	32,9%	54,3%	100,0%	5,2%	29,6%	65,2%	100,0%
Total	58,6%	31,2%	10,2%	100,0%	20,3%	44,7%	35,0%	100,0%

Tabela 3 - Matrizes de transição educacional: filhos em relação aos seus pais, Brasil (com recorte de cor ou raça) e média dos países da OCDE (sem recorte)

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD 2014 e Education At a Glance (2014).

não brancos em relação aos brancos (mesmo com controle de educação e experiência, apesar da diferença ser menor com esses controles), principalmente em cargos que exigem os níveis mais altos de habilidades gerais (GERARD E COAUTORES, 2020).

É possível que a introdução de cotas para o ensino superior tenha alterado o padrão de mobilidade descendente de educação para filhos negros de pais com ensino superior. Contudo, não se observa nada aparente a partir dos dados de comparação entre negros e brancos que tinham entre 25 e 34 anos em 2014 (nascidos entre 1980 e 1989). Pessoas negras que terminaram o ensino superior ao longo da década de 2000 – supondo que se termina o curso superior após 22 anos de idade – quando muitas universidades tinham políticas de ação afirmativa em seus processos de admissão, podem ter se beneficiado e, portanto, se graduado em relativamente maior número.

A diferença entre negros e brancos no percentual de privilégio intergeracional é de 19,5 p.p. (respectivamente 54,3% e 73,8%), ou seja, praticamente igual ao da população total de filhos com ensino universitário, se considerados os mais novos. Dado que a Lei Nacional de Cotas é de 2012, contudo, pode ser que seus efeitos ainda tenham sido observados para a geração de adultos mais jovens da PNAD 2014. Análises a partir de avaliações de impacto, contudo, indicam que nas gerações futuras haverá redução substancial na diferença das taxas de graduação no ensino superior entre brancos e negros¹².

Na Tabela 4 são apresentadas as matrizes de transição educacional, com recorte de sexo dos filhos. A matriz superior refere-se aos filhos do sexo masculino e a matriz inferior às do sexo feminino.

No Brasil, as mulheres têm mais chances de alcançar níveis mais elevados de ensino do que os homens: enquanto 52,9% das mulheres completam no mínimo o ensino médio, esse percentual é de 46,2% entre os homens. Considerando a média dos países da OCDE, verifica-se que não há praticamente diferença entre homens e mulheres no percentual que alcança no mínimo o diploma de ensino médio.

Além disso, destaca-se a diferença no percentual de filhos e de filhas que concluíram o ensino superior no Brasil e nos países da OCDE. No Brasil 14,2% dos homens e 19,7% das mulheres concluíram o ensino superior ou mais anos de estudo. Na média dos países da OCDE, esses percentuais são 33,2% e 36,8%, respectivamente. No Brasil, o menor percentual de homens (do que de mulheres) que alcançam o ensino superior é “explicado” pela maior frequência de homens com ensino médio incompleto ou menos. Na OCDE, esse percentual ligeiramente menor de homens com ensino superior (do que de mulheres) é “explicado” pelo percentual ligeiramente maior com médio completo (47,1% frente a 42,2%). Ou seja, enquanto no Brasil a maior frequência de homens com ensino médio incompleto ou menos é reflexo da maior evasão masculina do que feminina, na OCDE a maior frequência de homens do que de mulheres com ensino médio completo parece indicar uma opção por não cursar o ensino superior.

A probabilidade dos homens, filhos de pais com ensino médio incompleto ou menos anos de estudo, possuírem esse mesmo nível de ensino é 30,6 p. p. maior no Brasil, do que na média dos países da OCDE. Essa diferença é menor entre as filhas (19,7 p.p.). Além disso, na média dos países da OCDE, a chance de as mulheres terem menor escolaridade, sendo filhas de pais de menor escolaridade (ensino médio incompleto ou menos), é ligeiramente maior do que entre os homens, diferentemente do que ocorre no Brasil. Isso reforça a impressão de que a diferença entre homens e mulheres no Brasil está associada à evasão escolar, especialmente para aqueles que são filhos de pais menos escolarizados. Praticamente não há diferença entre filhas e filhos de pais com ensino superior na probabilidade de não completarem ensino médio.

Identifica-se que se os pais têm ensino superior completo ou mais, os descendentes apresentam maior probabilidade de alcançar esse mesmo nível de escolaridade no Brasil do que na média da OCDE (entre os homens 66,1%, frente a 62,5%, e entre as mulheres 73,7%, frente a 67,9%). Mas a diferença, neste caso, é “explicada” pela maior proporção de pessoas com ensino médio completo na OCDE (ou seja, revelando uma aparente opção).

¹² Vieira e Arends-Kuenning (2019) encontraram efeito substancial em matrículas de pessoas negras no ensino superior em função das cotas raciais e efeito nulo das cotas sociais. Os autores não analisam o efeito sobre a taxa de graduação no ensino superior. Em termos de desempenho na universidade, estudos que analisam a implantação de cotas em universidades federais, não encontram nenhuma evidência de diferenças nas taxas de evasão entre cotistas e não cotistas (Lloyd, 2015).

Nível de escolaridade dos pais	Brasil - Total				OCDE			
	1. Médio incompleto ou menos	2. Médio completo ou superior incompleto	3. Superior completo ou mais	Total geral	1. Médio incompleto ou menos	2. Médio completo ou superior incompleto	3. Superior completo ou mais	Total geral
1. Médio incompleto ou menos	62,6%	29,6%	7,9%	100,0%	32,0%	49,1%	18,9%	100,0%
2. Médio completo ou superior incompleto	17,9%	51,6%	30,5%	100,0%	12,4%	53,7%	33,9%	100,0%
3. Superior completo ou mais	6,1%	27,8%	66,1%	100,0%	5,6%	32,0%	62,5%	100,0%
Total	53,8%	32,0%	14,2%	100,0%	19,7%	47,1%	33,2%	100,0%

Nível de escolaridade dos pais	Brasil - Total				OCDE			
	1. Médio incompleto ou menos	2. Médio completo ou superior incompleto	3. Superior completo ou mais	Total geral	1. Médio incompleto ou menos	2. Médio completo ou superior incompleto	3. Superior completo ou mais	Total geral
1. Médio incompleto ou menos	54,5%	32,9%	12,6%	100,0%	34,8%	45,1%	20,1%	100,0%
2. Médio completo ou superior incompleto	13,1%	41,7%	45,2%	100,0%	11,9%	47,9%	40,1%	100,0%
3. Superior completo ou mais	6,2%	20,1%	73,7%	100,0%	5,1%	27,0%	67,9%	100,0%
Total	47,0%	33,2%	19,7%	100,0%	20,9%	42,2%	36,8%	100,0%

Tabela 4 - Matrizes de transição educacional dos filhos em relação aos seus pais, segundo o sexo: Brasil e média dos países da OCDE (ambos com recorte de sexo).

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD 2014 e Education At a Glance (2014).

Box 2- Escolaridade dos pais e renda dos filhos no Brasil

A maioria dos filhos que possuem as menores rendas domiciliares per capita, mais especificamente os 20,0% mais pobres, possuem pais sem instrução ou no máximo com o fundamental incompleto. O percentual de filhos com pais sem instrução ou fundamental incompleto é também maioria entre os filhos que fazem parte do segundo, terceiro e quarto quintil de renda, no entanto vai diminuindo à medida que aumenta a renda domiciliar per capita. O que está em linha com o retrato de um país que se escolarizou mais nas últimas décadas (ver seção 2).

Todavia, entre os filhos que possuem as 20,0% maiores rendas domiciliares per capita, apesar de a maior parte dos pais terem fundamental incompleto, cerca de 40,0% dos pais têm, no mínimo, ensino médio completo. Essa fração é tão menor quanto menor o quintil de renda: respectivamente, 18,4%, 10,7%, 9,3% e 6,0% (para quarto, terceiro, segundo e primeiro quintil de renda). Há também uma diferença relevante no percentual de pais com ensino superior completo ou mais anos de estudo entre os filhos mais ricos e mais pobres. O percentual de pais com ensino superior completo, entre os filhos 20,0% mais ricos, é 19,1%, frente a 1,2% dos filhos 20,0% mais pobres.

Tais evidências podem ser justificadas pelo fato de que vem ocorrendo um aumento no nível de escolaridade dos indivíduos mais jovens no Brasil, conforme pode ser identificado na Tabela 2. No entanto, grande parte dos pais de filhos com idade entre 25 e 64 anos possui nenhum ou poucos anos de estudo.

Nível escolaridade máximo entre pai e mãe	Percentual de pais em cada nível de escolaridade segundo o quintil de renda do filho				
	1º	2º	3º	4º	5º
Sem instrução ←	51,0	37,1	33,6	23,6	10,5
Fundamental incompleto ←	37,0	45,0	46,4	47,5	37,8
Fundamental completo ←	5,2	7,6	8,4	9,6	9,9
Médio incompleto	0,7	1,0	1,0	0,8	0,9
Médio completo ou superior incompleto	4,8	7,9	9,0	13,7	21,7
Superior completo ou mais	1,2	1,4	1,7	4,7	19,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Tabela 5 - Percentual de pais em cada nível de escolaridade, segundo o quintil de renda do filho. Fonte: PNAD (2014).

Nota: São considerados para construção dos quintis de renda domiciliar per capita apenas os indivíduos adultos do domicílio. Assim, cada quintil de renda é composto pelo mesmo número de indivíduos com idade entre 25 e 64 anos. Os números em negrito, circulos, se referem a mediana em cada quintil de renda e a seta indica em qual nível de escolaridade do pai se encontra a mediana.

1.3 Desigualdades de resultados educacionais: indicadores derivados da matriz de transição

Nesta seção são analisados três indicadores-síntese da matriz de transição, relacionados ao perfil da mobilidade intergeracional da educação, sendo estes:

- i) As chances de os filhos não completarem o ensino médio, para diferentes níveis de escolaridade dos pais (pais mais escolarizados e menos escolarizados);
- ii). As chances de os filhos completarem o ensino superior ou irem além, para diferentes níveis de escolaridade dos pais;
- iii) A razão entre as chances de o filho completar o ensino superior tendo o pai ensino superior e as chances de completar o ensino superior tendo o pai médio incompleto ou menos.

No Gráfico 1 é apresentado o percentual de filhos com ensino médio incompleto ou menos, segundo o nível de escolaridade dos pais (menos escolarizados – com até médio incompleto - e mais escolarizados – com pelo menos o superior completo). Evidencia-se, conforme o esperado, que em todos os países analisados, a chance de os filhos terem ensino médio incompleto ou menos é maior quando os pais também apresentam este nível de ensino e menor quando os pais concluíram o ensino superior. No entanto, destaca-se aqui a diferença entre essas condições entre os países. Por exemplo, **na Rússia e na Estônia, a diferença é de menos de 15 pontos percentuais, enquanto no Brasil, Itália e Espanha é de mais de 45 pontos percentuais.**

A análise do Gráfico 1 permite concluir que em muitos países desenvolvidos e no Brasil, a chance de um filho ter baixa escolaridade difere muito conforme a escolaridade dos pais. A escolaridade dos pais é a variável observada, e pode esconder diversos fatores inibidores da

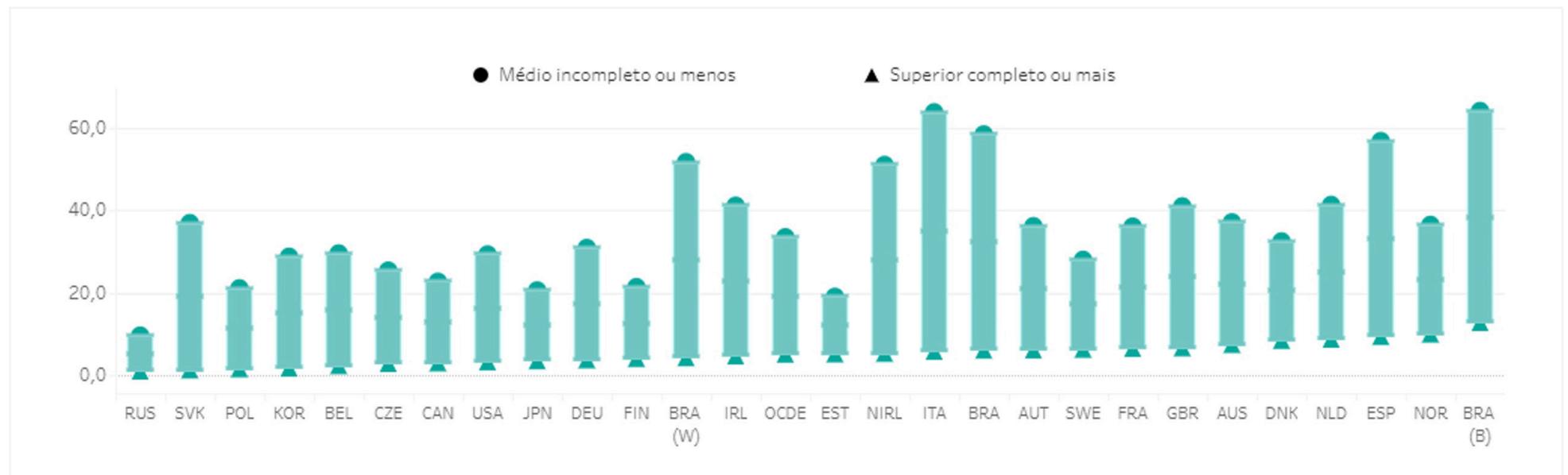


Gráfico 1 - Percentual de filhos com até ensino médio incompleto, segundo o nível de escolaridade dos pais: Brasil e países da OCDE
 Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD 2014 e Education At a Glance (2014).



escolarização dos filhos, como o custo de oportunidade de estudar, o qual é mais alto nas famílias de menor renda. Assim, aqueles indivíduos de famílias com menos renda, que provavelmente tenham pais menos escolarizados, precisam abandonar as escolas antes mesmo de concluírem o ensino médio. Países que são bem-sucedidos em reduzir a evasão escolar também conseguirão reduzir as diferenças entre filhos de pais escolarizados e de pais não escolarizados. Na Rússia, Estônia, Japão, Polônia, Finlândia e Canadá, menos de 25,0% dos filhos têm ensino médio incompleto. Assim, a universalização do ensino médio é um objetivo de política que aumenta a mobilidade intergeracional de educação.

A probabilidade de os brasileiros apresentarem baixa escolaridade, assim como seus pais, se mantém alta se considerados os negros e brancos separadamente, quando comparado aos demais países. Além disso, a probabilidade de o filho não completar o ensino médio no Brasil, quando os pais têm ensino superior completo é também maior do que em boa parte dos países da OCDE.

No Gráfico 2, é apresentado o mesmo indicador segundo o sexo dos filhos. Verifica-se que os países em que há o maior percentual de filhos (homens) com até ensino médio incompleto, cujos pais também não completaram o ensino médio são a Itália, Brasil, Espanha e Irlanda do Norte. Nesses países, mais de 50,0% dos filhos de pais com o menor nível de escolaridade considerado, também apresentam escolaridade que se encaixa na categoria de menor nível educacional.

Os países com maior percentual de filhas (mulheres) menos escolarizadas, cujos pais também são menos escolarizados, são os mesmos, no entanto os percentuais são menores se comparados aos filhos, sendo que no Brasil a diferença é maior (8,1 p.p.). Na Espanha a diferença é de 1,8 p. p., na Itália é de 0,5 p.p. e na Irlanda do Norte o percentual é exatamente o mesmo. Um dos motivos que podem explicar o maior percentual de homens do que mulheres, no Brasil, que tem ensino médio incompleto ou menos, filhos de pais que estão nesta mesma categoria de ensino, é que eles evadem mais cedo do que as mulheres (INSTITUTO UNIBANCO, 2016).

É possível também, serem realizadas as mesmas análises, no entanto, comparando o Brasil, com recorte de cor ou raça, aos demais países da OCDE (sem recortes de cor ou raça). Neste caso tem-se o Brasil-brancos e Brasil-negros. Verifica-se que o Brasil, considerando apenas os filhos negros, é o país com o maior percentual de filhos com até ensino médio incompleto, cujos pais apresentam nível de ensino que se encontra nesta mesma categoria (68,5%). Por outro lado, se considerado somente os brasileiros brancos, o percentual no Brasil é de 55,3%, menor do que o da Itália (63,9%) e da Espanha (57,6%). Se consideradas as filhas negras, o Brasil tem menor percentual do que a Itália (59,8% frente a 63,4%). Entre as brasileiras brancas, o mesmo percentual é menor do que o da Itália, Espanha e Irlanda do Norte.

Destaca-se ainda, que o Brasil, considerando somente os negros, é o país em que há maior percentual de filhos e filhas com até ensino médio incompleto, cujos pais têm ensino superior ou mais (12,9% e 12,7%, respectivamente). Se considerados os brasileiros brancos, os percentuais de filhos e filhas são 3,9% e 4,7% respectivamente, menor do que em vários países.

Na análise da probabilidade de o filho ter concluído o ensino superior ou ir além (Gráfico 3), as grandes diferenças de desempenho dependendo da escolaridade do pai se repetem. Filhos de pais com ensino superior ou mais apresentam maior probabilidade de também completarem os mais altos níveis de ensino, enquanto se os pais têm ensino médio incompleto ou menos, os filhos apresentam menor probabilidade.

Destaca-se que os países que dão mais chances para os filhos de pais com baixa escolaridade completarem o ensino superior são Rússia, Canadá, Finlândia, Dinamarca e Estônia. **Na Rússia, 45,2% dos filhos de pais com ensino médio incompleto alcançam o superior completo ou mais. Esse mesmo percentual no Canadá é de 36,2%.** Se considerado um ranking, em que no primeiro lugar está o país onde há um maior percentual de filhos de pais com pouca escolaridade que completaram o ensino superior, o Brasil, incluindo toda a população de referência e o recorte populacional negros, está no último terço do ranking. Na República



Gráfico 2 - Percentual de filhos com até ensino médio incompleto, segundo o nível de escolaridade dos pais: Brasil e países da OCDE - Homens (A) e Mulheres (B)
 Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD 2014 e Education At a Glance (2014).

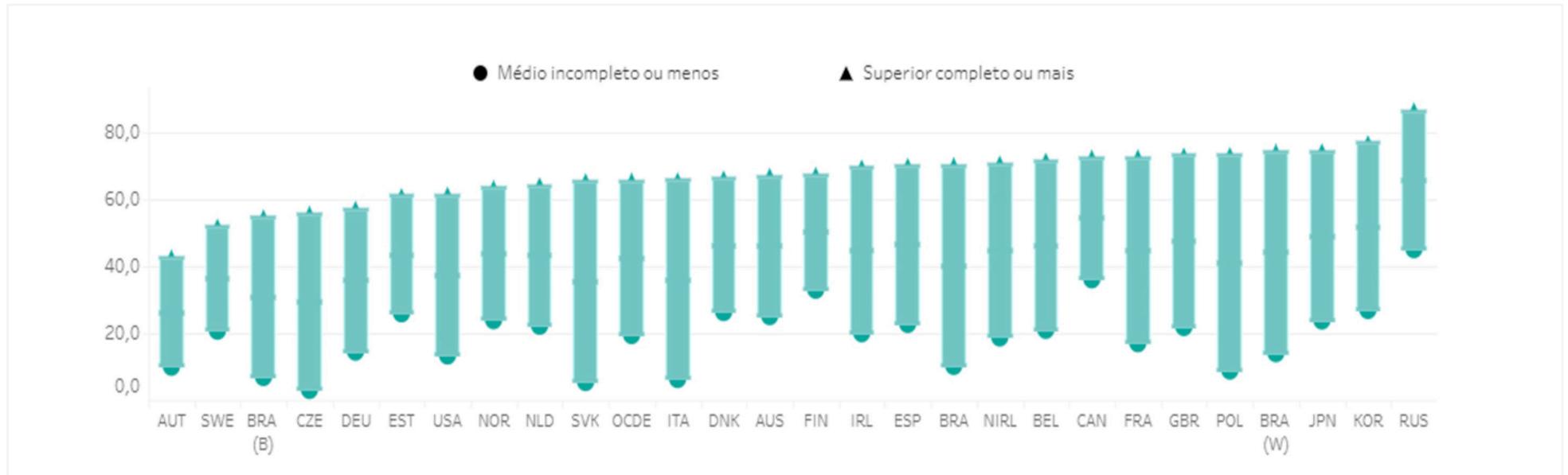


Gráfico 3 - Percentual de filhos com superior completo ou mais, segundo o nível de escolaridade dos pais no Brasil e países da OCDE

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD 2014 e Education At a Glance (2014).

Tcheca, na Eslováquia, na Polônia e na Itália os percentuais de filhos de pais de baixa escolaridade que completam o ensino superior também é baixo, menos de 10,0%.

Tratando-se dos países em que há maior percentual de filhos de pais com ensino superior completo ou mais, que o seu nível de escolaridade se encaixa nesta mesma categoria, tem-se também a Rússia (86,2%), Coreia do Sul (76,4%), Japão (74,0%), Polônia (72,9%), Grã-Bretanha (72,8%), assim como o Brasil (considerando o recorte populacional de brasileiros brancos) (73,8%). O Gráfico 4 apresenta o mesmo indicador, porém por sexo dos filhos.

Verifica-se que, em termos de privilégio intergeracional, as maiores diferenças entre homens e mulheres ocorrem na Finlândia (17,9 p.p.), Estônia (16,3 p.p.) Suécia (14,5 p.p.) e Austrália (13,0 p.p.). Em todos eles, o percentual de mulheres com ensino superior, filhas de pais com ensino

médio incompleto ou menos e filhas de pais com ensino superior completo ou mais, é maior do que o de homens.

No Brasil, 73,7% das filhas de pais com superior completo também têm esse nível de escolaridade. Entre os filhos, este percentual é de 66,1% (diferença de 7,6 p.p.). Considerando apenas os brasileiros negros, a diferença entre homens e mulheres diminui (3,5 p.p.), e apenas os brasileiros brancos, aumenta (7,7 p.p.).

Se considerado um ranking de países em que o primeiro lugar é o país com maior privilégio intergeracional de educação e o último (vigésimo quinto lugar) é o país com menor percentual de privilégio intergeracional, separado pelo sexo do filho, verifica-se as mulheres ficam em oitavo lugar e os homens em décimo primeiro. Se dividirmos o Brasil em brancos e negros, as mulheres brancas ficariam em segundo lugar e os homens brancos em sétimo lugar. Já as mulheres negras ficariam em vigésimo terceiro, assim como os homens negros.

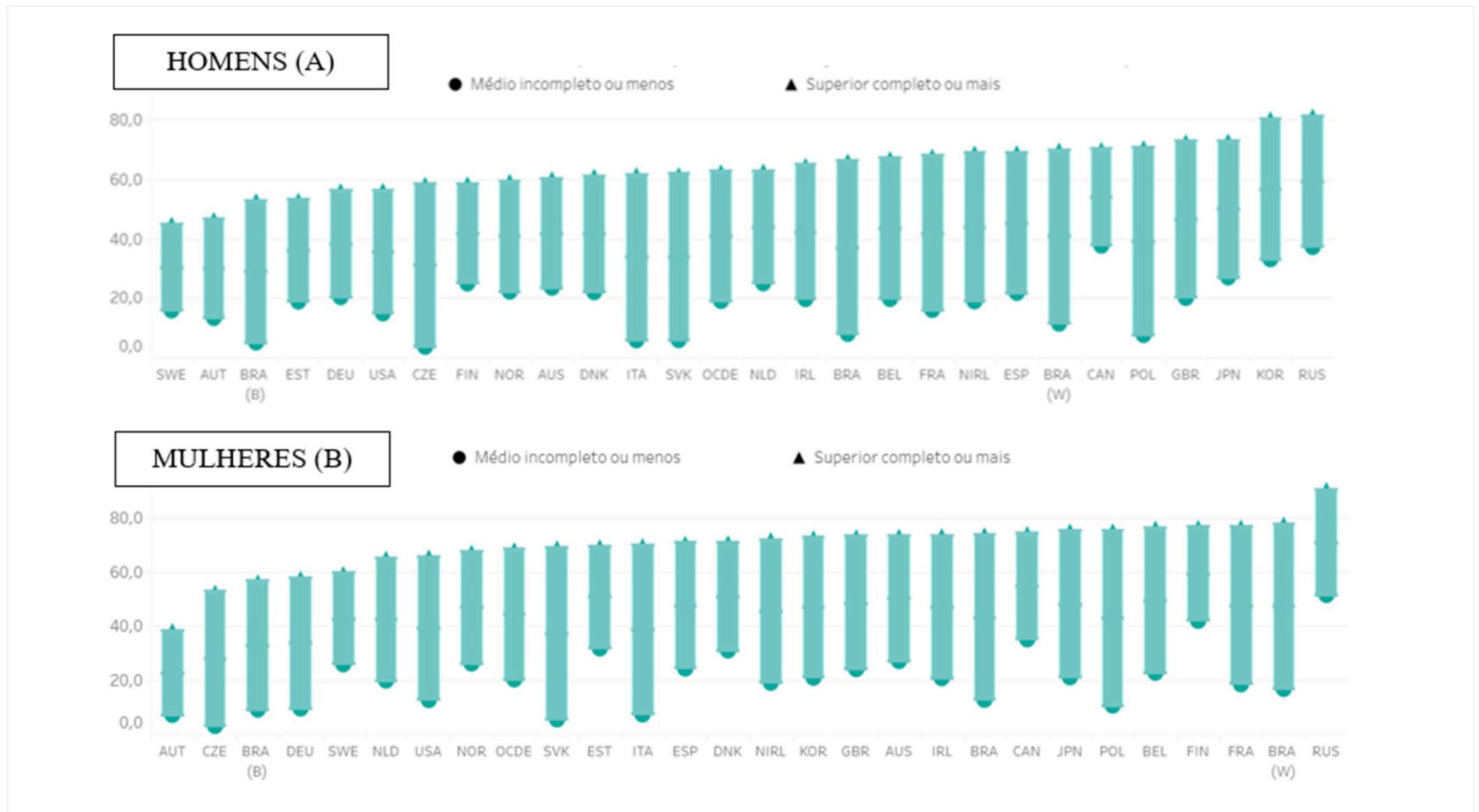


Gráfico 4 - Percentual de filhos com ensino superior completo ou mais, segundo o nível de escolaridade dos pais: Brasil e países da OCDE - Homens (A) e Mulheres (B)

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD 2014 e Education At a Glance (2014).

O Gráfico 5 refere-se ao terceiro indicador, que evidencia a desigualdade de resultados educacionais, entre os filhos de pais com baixa escolaridade e filhos de pais com alta escolaridade. Mais especificamente, o indicador se refere à razão entre o percentual de filhos que completam o ensino superior ou mais, dado que o pai tem ensino superior completo ou mais anos de estudo (numerador) e o percentual de filhos que completam o ensino superior ou mais cujos pais não chegaram a completar o ensino médio (denominador).

Identifica-se que no Brasil, a chance de um filho atingir o nível superior se seu pai tem nível superior é 6,7 vezes maior do que se seu pai não tiver concluído o ensino médio. Essa diferença evidencia o alto grau de desigualdade de oportunidades no Brasil, vinculado ao contexto de nascimento do indivíduo.

Apenas na Polônia, na Itália, na Eslováquia e na República Tcheca a chance de o indivíduo atingir o ensino superior se os pais possuem este

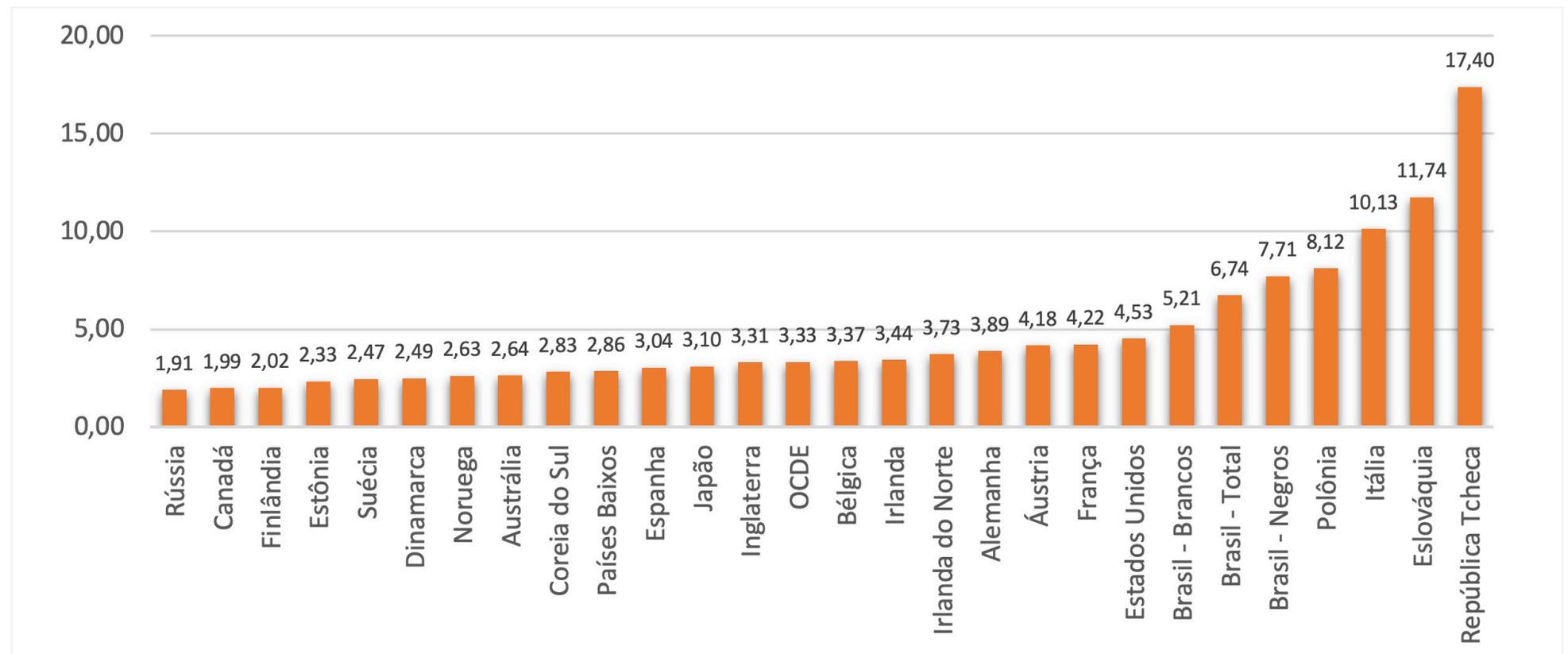


Gráfico 5 - Filhos com ensino superior completo ou mais: razão entre o percentual daqueles com pais mais escolarizados (que concluíram o superior ou mais) e daqueles com pais menos escolarizados (que não concluíram o ensino médio)

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD 2014 e Education At a Glance (2014).

Notas: O gráfico apresenta o eixo y em escala logarítmica.

nível de ensino, em comparação àqueles que os pais não completaram o ensino médio, é maior do que no Brasil. Por outro lado, as menores desigualdades entre o topo e a base são encontradas na Rússia, Canadá, Finlândia, Estônia, Suécia e Dinamarca. O Gráfico 6 apresenta o mesmo indicador, porém por sexo dos filhos.

Identifica-se que os países que apresentam as maiores diferenças entre homens e mulheres em relação a chance de um filho atingir o nível

superior se seu pai tem nível superior ou não tiver concluído o ensino médio são: Alemanha, Brasil, Eslováquia e Polônia.

Na Alemanha, a chance de um filho atingir o nível superior se seu pai tem nível superior é 2,8 vezes maior do que se o seu pai não tiver concluído o ensino médio. Já para as filhas, a chance de atingirem o nível superior se seu pai tem nível superior é 6,1 vezes maior do que se o seu pai não tiver concluído o ensino médio. Na Eslováquia essas razões são, respectivamente, 10,7 e 13,0 e na Polônia são, respectivamente, 9,4 e 7,2.

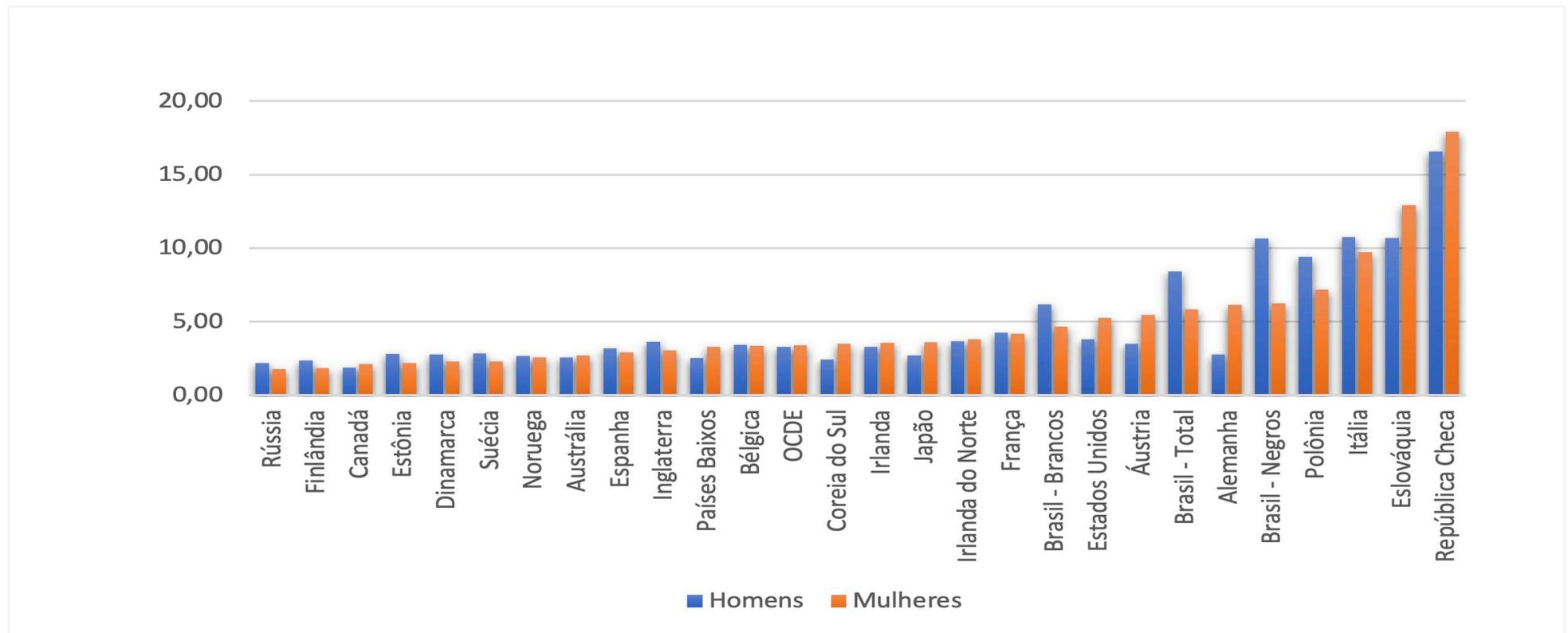


Gráfico 6 -Filhos com ensino superior completo ou mais: razão entre o percentual daqueles com pais mais escolarizados (que concluíram o superior ou mais) e daqueles com pais menos escolarizados (que não concluíram o ensino médio), segundo o sexo

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD 2014 e Education At a Glance (2014).

Nota: O gráfico apresenta o eixo y em escala logarítmica.

No Brasil, a chance de um filho homem atingir o nível superior se seu pai tem nível superior é 8,4 vezes maior do que o daqueles que os pais não concluíram o ensino médio. Entre as mulheres essa razão é 5,8. Para homens negros, a razão é de 10,7, o que ainda é mais baixo do que as taxas encontradas na população geral para República Tcheca, Eslováquia e Itália, e para mulheres negras é 6,3, mais baixo que República Tcheca, Eslováquia, Itália e Polônia.

Diante desses resultados, verifica-se que o problema de política pública de mobilidade no Brasil atinge principalmente os homens negros e os homens de forma geral, tanto no que se refere ao alto percentual que têm ensino médio incompleto ou menos, que inclusive alguns são filhos de pais com ensino superior completo, quanto aqueles que concluem o ensino superior, os quais têm bem mais chances se os pais também concluíram este nível de ensino em relação a aqueles que os pais não concluíram. De forma geral, o que diferencia o Brasil dos outros países é o percentual de filhos de pais com baixa escolaridade que também apresentam baixa escolaridade, e que por consequência não alcançam o ensino superior.

1.4 Um indicador sintético de mobilidade relativa: a persistência intergeracional

Nas Seções 1.2 e 1.3 foram apresentadas matrizes de transição educacional entre pais e filhos e indicadores derivados, apresentados em gráficos, que permitem uma visualização conjunta de todos os países da OCDE. Nesta seção, analisa-se a persistência intergeracional de educação, também por país, que assim como nas seções anteriores, trata-se de uma medida de mobilidade relativa.

A mensuração é realizada através de uma regressão linear de mínimos quadrados ordinários do resultado educacional dos filhos no mesmo resultado para os pais, conforme apresentado no Box 3. A partir do valor de β , que indica a persistência intergeracional entre os anos de estudo dos pais e filhos, calcula-se o grau de mobilidade intergeracional de educação ($1 - \beta$).

Box 3- Mensuração da Mobilidade Intergeracional de Educação

A mobilidade intergeracional de educação pode ser medida através de diferentes métodos estatísticos. Quando se quer investigar a mobilidade relativa, os métodos mais utilizados são os modelos de regressão intergeracional (ou elasticidade intergeracional), o coeficiente de correlação* e as matrizes de transição. Nesta seção, a mensuração da mobilidade é realizada através de um modelo de regressão linear (conforme Equação 1) em que se identifica o grau de persistência intergeracional de educação.

$$S_{fi} = \alpha + \beta S_{pi} + \varepsilon_i \text{ (Equação 1)}$$

Onde S_{fi} representa a educação do filho da família i , S_{pi} representa a educação do pai da família i e ε_i é um termo estocástico com $E(\varepsilon_i) = 0$; $E(\varepsilon_i S_{pi}) = 0$ e $E(\varepsilon_i^2) = \sigma_\varepsilon^2$.

Em alguns casos é possível utilizar a educação média do pai e da mãe e mesmo a escolaridade máxima entre eles para identificar a relação entre escolaridade dos pais e dos filhos.

O coeficiente de regressão, β , é conhecido na literatura econômica como o “grau de persistência” e captura a persistência intergeracional de educação entre pais e filhos, mostrando o quanto determinante é a educação dos pais para educação dos filhos.

Quanto mais próximo de 1, maior é a determinação dos anos de estudo dos pais sobre os anos de estudos dos filhos e, por isso, menor é a mobilidade. Quanto mais próximo de 0, menor é essa determinação e maior é a mobilidade.

Por exemplo, se β é 0,5, então o filho de um pai cuja educação exceda em dois anos a média (da educação dos pais de sua geração) terá uma educação cujo valor esperado será um ano acima da média (da educação dos filhos de sua geração). A medida $1 - \beta$ é chamada de grau de regressão à média, ou grau de mobilidade intergeracional de educação.

Nota: Diferentemente da elasticidade intergeracional e das matrizes de transição, o coeficiente de correlação de Person (ρ), o qual trata-se da interdependência linear de duas variáveis, que medem o resultado educacional de pais e filhos, não é calculada nesta sinopse. Para um maior detalhamento deste índice de mensuração da mobilidade, ver OECD (2018) e Jantti e Jenkins (2015).

No Gráfico 7 é apresentado o coeficiente de persistência intergeracional de educação de cada país da OCDE, para os quais se tem dados. A persistência varia entre 0,2 (Austrália) e 0,7 (Espanha). Assim, na Austrália, o filho de um pai cuja educação está um ano abaixo da média de educação dos pais terá uma educação cujo valor esperado é 0,2 ano abaixo da média (da educação dos filhos). Na Espanha, esse filho teria uma educação cujo valor esperado seria de 0,7 ano abaixo da média (da educação dos filhos). O raciocínio é simétrico para quem estava acima da média na geração dos pais.

Como pode ser visto, há disparidades na persistência intergeracional

de educação dentre os países que fazem parte da OCDE. Enquanto na Austrália, Estônia, Canadá, Japão e Estados Unidos o coeficiente de persistência não chega a 0,4, o indicador no Brasil está entre os mais altos (0,5), ficando atrás somente da Espanha (0,7), Itália (0,7) e Alemanha (0,6), o que indica menor mobilidade intergeracional.

Salienta-se que essas discrepâncias podem ocorrer devido à persistência entre pais e filhos no ensino básico ou em níveis mais elevados de ensino, o que tem significados diferentes (ver Box 1). Nas subseções seguintes serão exploradas as relações da escolaridade média e da desigualdade educacional com a persistência intergeracional de educação.

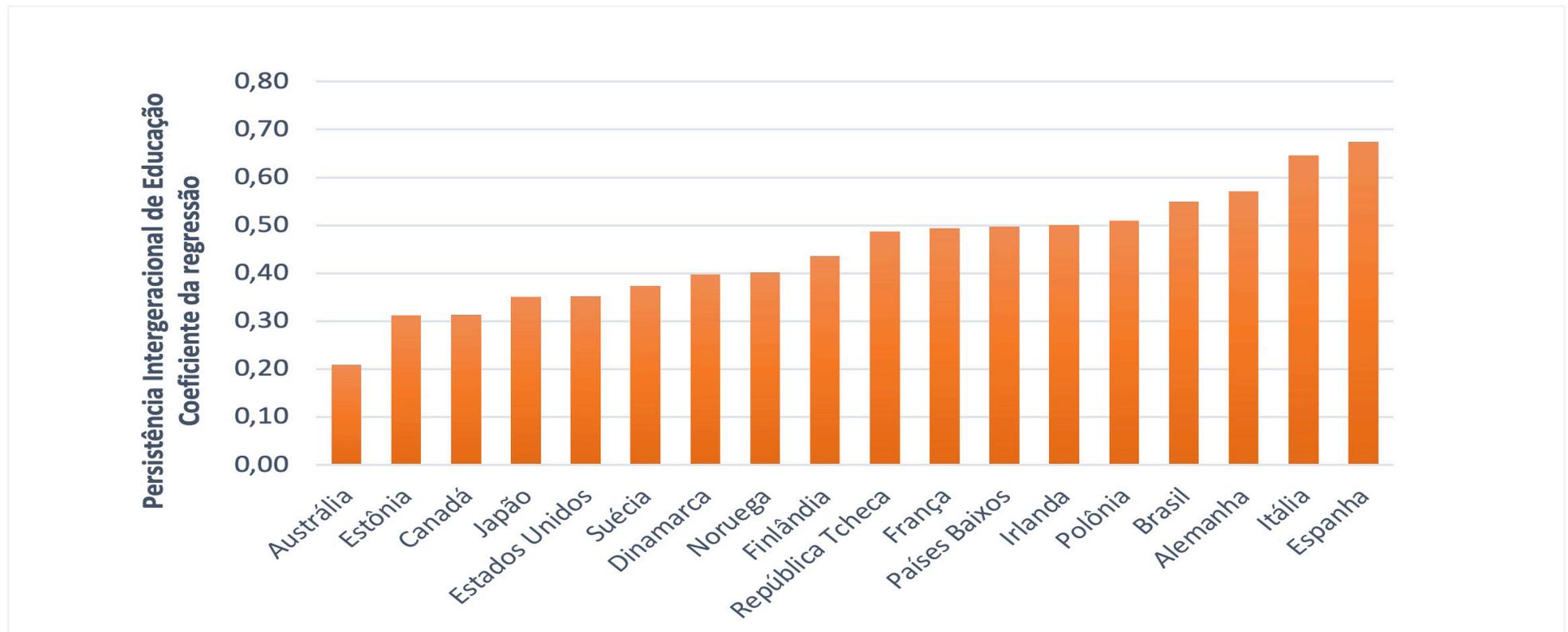


Gráfico 7 - Persistência intergeracional de educação - coeficiente da regressão: Brasil e países da OCDE

Fonte: Imds (2021) com base nos microdados da PNAD 2014 e da OCDE 2018.

1.4.1 Relação entre a escolaridade média e a persistência intergeracional

A persistência intergeracional de educação é um limitador do progresso de filhos de pais com poucos anos de estudo, pois a realização educacional dele estará bastante atrelada à do seus pais. Neste caso talentos são perdidos ou subutilizados e a renda da geração dos filhos tende a se manter em patamares parecidos com a renda da geração dos

pais. No entanto, se a persistência intergeracional é acompanhada de média de estudos alta, ela deixa de ser necessariamente uma limitadora e passa a ser a realidade de um país bastante escolarizado.

O Gráfico 8 divide os países da OCDE e o Brasil em quatro blocos: alta persistência e alta escolaridade média (por exemplo, Alemanha); baixa persistência e alta escolaridade média (por exemplo, Estados Unidos); alta persistência e baixa escolaridade (Brasil e Itália) e baixa persistência e baixa escolaridade (por exemplo, Dinamarca).

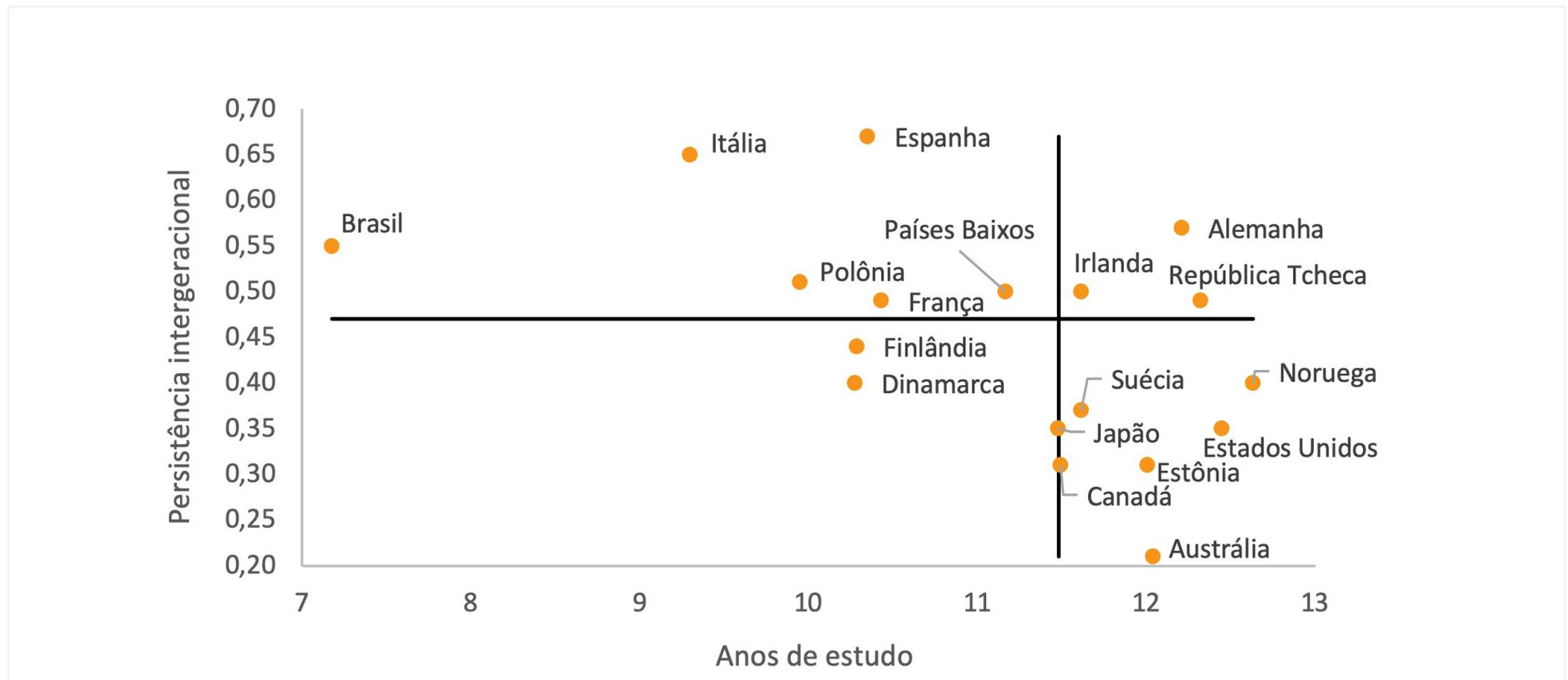


Gráfico 8 - Relação entre a média de anos de estudo e a persistência intergeracional de educação: Brasil e países da OCDE

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD 2014 e da OCDE 2018.

Verifica-se através do Gráfico 8 que na Austrália, a geração dos filhos tem em média 12 anos de estudo e a persistência é baixa em relação aos demais países. Isso evidencia que essa geração de filhos, que têm entre 25 e 64 anos, é a primeira que está alcançando níveis de escolaridade mais altos no país. Do contrário, a Alemanha tem a média de anos de estudo parecida com a da Austrália, mas a persistência é mais alta, o que indica que os pais desses indivíduos já eram mais escolarizados.

Por outro lado, no Brasil, a média de anos de estudo é baixa comparada aos demais países da OCDE, e a persistência é alta. Isso indica que os pais eram pouco escolarizados e muitos filhos também são. Se fosse possível construir esse gráfico somente com filhos mais novos, seria perceptível uma queda na persistência intergeracional no Brasil, pois eles estão alcançando níveis de escolaridade maiores, como visto na Tabela 2.

1.4.2 Relação entre desigualdade e persistência intergeracional: Great Gatsby Curve

Alan Krueger, chairman do Conselho de Economistas da Casa Branca (Council of Economic Advisers) na gestão de Barack Obama, em discurso, chamou a atenção para a associação entre desigualdade e persistência intergeracional no nível da renda, a partir da comparação entre países da OCDE (KRUEGER, 2012). O falecido economista denominou a associação positiva de Curva do Grande Gatsby¹⁴.

No entanto, a ligação causal entre desigualdade e mobilidade intergeracional não é clara. Kearney e Levine (2014) propõem que um maior nível de desigualdade pode levar a uma subestimação do retorno do investimento em capital humano para crianças de famílias socialmente vulneráveis, o que aumentaria suas taxas de evasão escolar, diminuindo assim suas chances de mobilidade. Uma outra visão é de que não há uma relação de causalidade entre desigualdade e mobilidade, mas sim um resumo de todos os mecanismos que refletem o resultado de uma série

de maneiras pelas quais a desigualdade de renda afeta o desenvolvimento das crianças (CORAK, 2013; KEARNEY; LEVINE, 2014).

No nível microeconômico, crianças pobres tendem a viver em ambiente familiar menos propício ao acúmulo de conhecimentos, menos apto ao contato com experiências enriquecedoras, piores espaços de interação social, piores escolas, dentre outros fatores que influem na aquisição de capacidades para uma vida adulta mais produtiva e com maior bem-estar. Pobres tenderão, por todos esses fatores, a reproduzir a posição social dos seus pais, na ausência de uma complexa rede de assistência social que lide com a reprodução da pobreza de forma holística – inclusive considerando a sua reprodução intrafamiliar. Por outro lado, no nível macro, uma elevada fração de pobres coexiste usualmente com uma alta desigualdade de renda.

Até aqui foi discutida a relação entre a desigualdade e persistência de renda. No entanto questiona-se deveria ser esperada uma relação positiva entre desigualdade e persistência educacional da mesma maneira que usualmente é encontrado para a renda. O Gráfico 9 plota, para cada país da OCDE e para o Brasil, o par ordenado do Gini educacional¹⁵ e a persistência intergeracional de educação.

A Austrália, Estônia, e Canadá são os países que apresentam menor persistência intergeracional de educação. A República Tcheca, por sua vez, tem uma persistência mais elevada do que seria esperado por seu baixo Gini educacional (o mais baixo da amostra). Por outro lado, a Espanha, Itália, Alemanha e Brasil apresentam maior persistência, mas índices de Gini bastante diferentes (desde 0,1 da Alemanha a 0,3 do Brasil).

A relação positiva entre essas características indica a ausência de trade off entre combater a desigualdade educacional e combater a ausência de mobilidade educacional. Assim, uma política que vise reduzir a desigualdade tende a aumentar a mobilidade intergeracional e vice-versa (BERMAN, 2017).

¹⁴ O padrão foi identificado por Miles Corak, em 2011, e citado por Krueger no discurso que proferiu no Centro para o Progresso Americano (CAP), em 2012. O nome dado à curva por Krueger “The Great Gatsby”, é uma homenagem ao personagem de Scott Fitzgerald, Jay Gatsby, um exemplo do sonho americano, tendo saído de família pobre para tornar-se milionário. Para um relato da história feito por uma testemunha que ajudou a elaborar o discurso de Krueger, ver https://en.wikipedia.org/wiki/Great_Gatsby_curve.

¹⁵ O Coeficiente de Gini educacional mede até que ponto a distribuição dos anos de estudo, entre os indivíduos de um grupo determinado, desvia-se de uma distribuição perfeitamente igual. Assim, fornece uma medida sintética do grau de desigualdade da educação. Quanto maior seu valor, maior a desigualdade de escolaridade entre o grupo estudado.

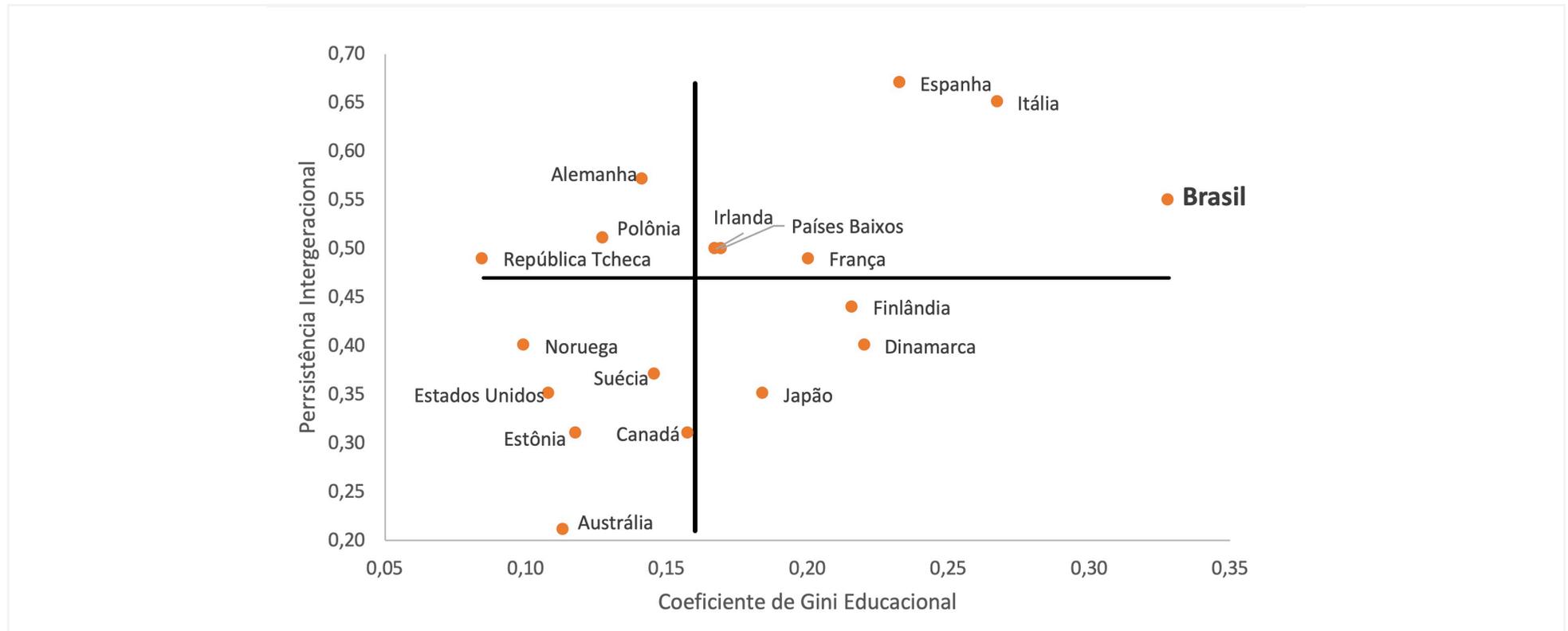


Gráfico 9 - Relação entre o Coeficiente de Gini educacional e a persistência intergeracional de educação: Brasil e países da OCDE

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD 2014, OCDE 2018 e Benaabdelaali, Hanchane e Kamal (2012).

Alguns dos mecanismos que explicam essa relação, são: as famílias mais pobres e com pais menos escolarizados realizam menos investimentos no capital humano dos filhos e, conseqüentemente, as chances dessas crianças alcançarem maiores níveis de escolaridade, diminuem (LEONE, 2019; SOLON, 2004). Além disso, crianças e jovens que vivem em situação de vulnerabilidade social, em alguns casos, acabam não identificando possibilidade de ascensão social através da educação. Essa sensação é oriunda das carências econômicas, sociais e culturais das famílias, de padrões de comportamento de vizinhança negativos, além

do acesso especialmente restrito a escolas de alta qualidade (KEARNEY; LEVINE, 2014; LEONE, 2019; ROTHWELL; MASSEY, 2015).

De modo geral, as gerações mais novas no Brasil têm expandido sua escolarização para o ensino médio completo, e tal desempenho tem tido pouca relação com a escolaridade dos pais. Esse resultado tende a reduzir ambos o Gini educacional e a persistência intergeracional.

Naturalmente, educação e renda são muito associadas em termos individuais e em termos agregados, como mostra o Box 4.

Box 4 - Desigualdade educacional e desigualdade de renda: dois problemas distintos que andam juntos

A desigualdade educacional desempenha um papel determinante na transmissão das desigualdades entre as gerações, tornando-se um indicador robusto para tendências futuras na desigualdade de renda (BLANDEN; MACMILLAN, 2014). No Gráfico 10 é apresentada a relação entre a desigualdade de educação e de renda no Brasil e países da OCDE.

Identifica-se que o Brasil é o país com mais alta desigualdade de renda e mais alta desigualdade educacional, se comparado com os países que fazem parte da OCDE. Os Estados Unidos é, depois do Brasil, o país com maior desigualdade de renda (se comparado aos demais países da OCDE), porém apresenta baixa desigualdade educacional. Por outro lado, a Itália e Espanha apresentam as maiores desigualdades de renda e as mais altas desigualdades educacionais (se comparado aos demais países da OCDE). Identifica-se que a desigualdade de renda é maior que a desigualdade educacional em todos os países. Para maioria dos países da OCDE, a desigualdade de renda está entre 0,25 e 0,35, já a desigualdade educacional varia entre 0,10 e 0,25. O Brasil é um outlier negativo nesse gráfico, pois o coeficiente de Gini da renda é 0,50 e o da educação é 0,30, bem acima das desigualdades dos demais países. De forma geral, ao serem comparados os países, identifica-se que o padrão mais comum é que a desigualdade de renda e desigualdade educacional andem juntas. Quanto maior a desigualdade de renda, maior a desigualdade educacional e vice-versa.

No entanto, as exceções existem, como os Estados Unidos, Canadá, e Austrália, que apesar de apresentarem maior desigualdade de renda, apresentam menor desigualdade educacional. Salienta-se que isso pode ocorrer devido a algumas características (MEDEIROS E COAUTORES, 2019), sendo que uma delas se refere ao fato que mais educação não implica necessariamente em maiores salários, pois não é

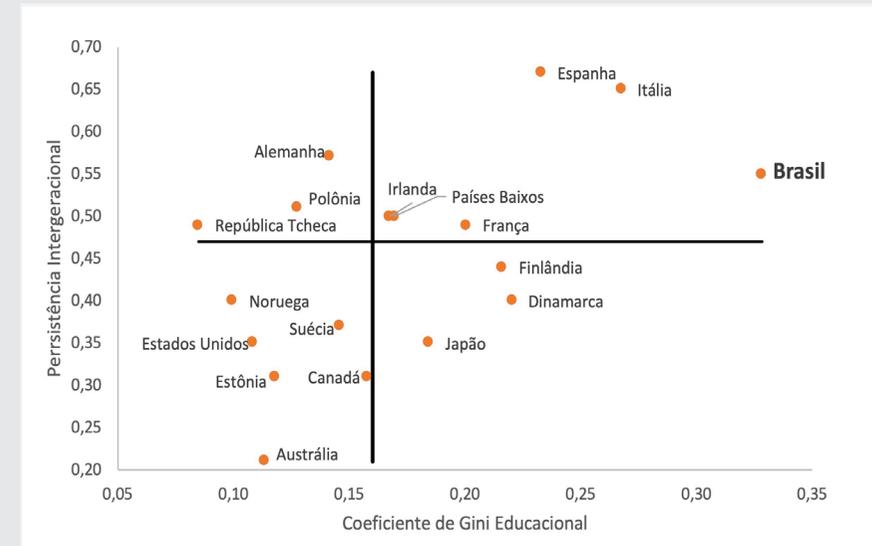


Gráfico 10 - Relação entre desigualdade de renda e desigualdade educacional

Fonte: Elaboração Própria com base nos microdados da PNAD 2014 e da OCDE 2018.

recompensada automaticamente. A capacidade de pagar mais pelas habilidades individuais depende de uma demanda pela mão de obra qualificada que assegure a adequação entre a formação do indivíduo e sua ocupação (job-skill matching). Além disso, não se deve descartar a possibilidade de que existam fatores não observáveis (como qualidade e extensão das redes sociais – capital social – e a própria qualidade das escolas, que podem diferir bastante dada a categoria administrativa e regiões) que interagem com a educação de uma forma complexa. Se tais interações realmente ocorrem, expandir o sistema educacional e abranger os menos favorecidos pode até proporcionar equalização das capacidades produtivas. No entanto, se os fatores não observados não forem igualmente nivelados, não serão encontrados os mesmos efeitos sobre os salários (MEDEIROS E COAUTORES, 2019).



1.5 Mobilidade ascendente e imobilidade: Brasil e países da OCDE

Além das matrizes de transição e dos indicadores apresentados nas seções anteriores, os dados da OCDE possibilitam a análise da mobilidade intergeracional ascendente de educação e da imobilidade em cada país, conforme será explorado nesta subseção. Salienta-se que essas mensurações se referem à mobilidade absoluta, situação em que os filhos se saem melhor, igual ou pior em uma determinada medida de status econômico ou social do que seus pais, sem considerar a relação de progresso entre os filhos.

Antes de serem apresentados esses resultados, cabe serem retomados alguns pontos que devem ser levados em consideração nesta subseção. Primeiramente, os dados utilizados nessa seção relativa à mobilidade intergeracional de países desenvolvidos e Brasil consideram apenas três categorias de ensino (não completou o ensino médio; ensino médio completo ou superior incompleto; e superior completo ou mais anos de estudo). Assim, há casos, por exemplo, em que os filhos estudaram mais que os pais, mas não chegaram a completar determinado nível considerado, especialmente o ensino médio, pois o nível mais baixo agrega não escolarizados com ensino fundamental I e II e médio incompleto. Dessa forma eles serão considerados casos de imobilidade intergeracional, mas caso existissem categorias para todos os níveis de ensino, seriam casos de mobilidade intergeracional ascendente.

No mesmo sentido, considera-se graduação e pós-graduação na mesma categoria de ensino, ou seja, no banco de dados tem um valor máximo que é distinto do valor verdadeiro para uma fração de indivíduos (aqueles com pós-graduação). Assim, países que têm elevada fração de filhos e pais com ensino superior ou mais tenderão a ter baixa mobilidade ascendente.¹⁶ Resumidamente, mesmo que haja movimentos ascendentes ou descendentes de educação entre pais e filhos, eles não serão capturados pelo indicador, dada a abrangência das categorias, principalmente a de menor e maior escolaridade. Isso, inclusive, explica diferenças dos números

acerca da mobilidade evidenciados nesta seção e na seção 2 desta sinopse, em que são apresentados resultados sobre mobilidade a partir de dados do Banco Mundial. Dada esta ressalva, passa-se para a apresentação dos resultados dessa subseção.

1.5.1 Caracterização da mobilidade intergeracional ascendente de educação

O Gráfico 11 apresenta os percentuais de mobilidade intergeracional ascendente de educação, para o Brasil e países da OCDE. A mobilidade educacional ascendente é a razão entre um numerador que considera a soma de todos os filhos que têm mais escolaridade do que seus pais, e um denominador onde o universo de filhos é deduzido daqueles com ensino superior completo e cujos pais também têm ensino superior completo.¹⁷

Evidencia-se que se considerado um ranking de mobilidade intergeracional ascendente de educação, sendo que em primeiro lugar é colocado o país com maior mobilidade e o último com menor, o Brasil ocupa a 19ª posição, em 25 países. Essa colocação justifica-se pelo fato de que 40,5% dos filhos apresentam maior escolaridade que seus pais, ficando à frente da República Tcheca, Alemanha, Áustria, Itália, Eslováquia e Estados Unidos. Os países que ocupam as cinco primeiras posições no ranking de mobilidade ascendente são Rússia, Coreia do Sul, Finlândia, Canadá e Bélgica.

Salienta-se que países podem apresentar alta mobilidade absoluta e baixa mobilidade relativa (por exemplo, com alta persistência de educação), conforme apresentado no Gráfico 12.

Os países em que ocorre alta persistência, ou seja, a escolaridade dos pais é mais determinante sobre a escolaridade dos filhos, e percentuais de mobilidade ascendente menores são o Brasil, Espanha, Itália, Alemanha e República Tcheca. A França e a Irlanda têm mobilidade ascendente acima da média, mas baixa mobilidade relativa (persistência acima da média).

¹⁶ Esse problema é atenuado com o conceito de mobilidade ascendente fraca, que inclui no numerador os filhos com ensino superior que tenham pais também com ensino superior.

¹⁷ A OCDE também calcula a mobilidade ascendente fraca, que tem no numerador o número de filhos com escolaridade maior que a dos pais ou igual, desde que o nível seja ensino superior, e no denominador todos os filhos.

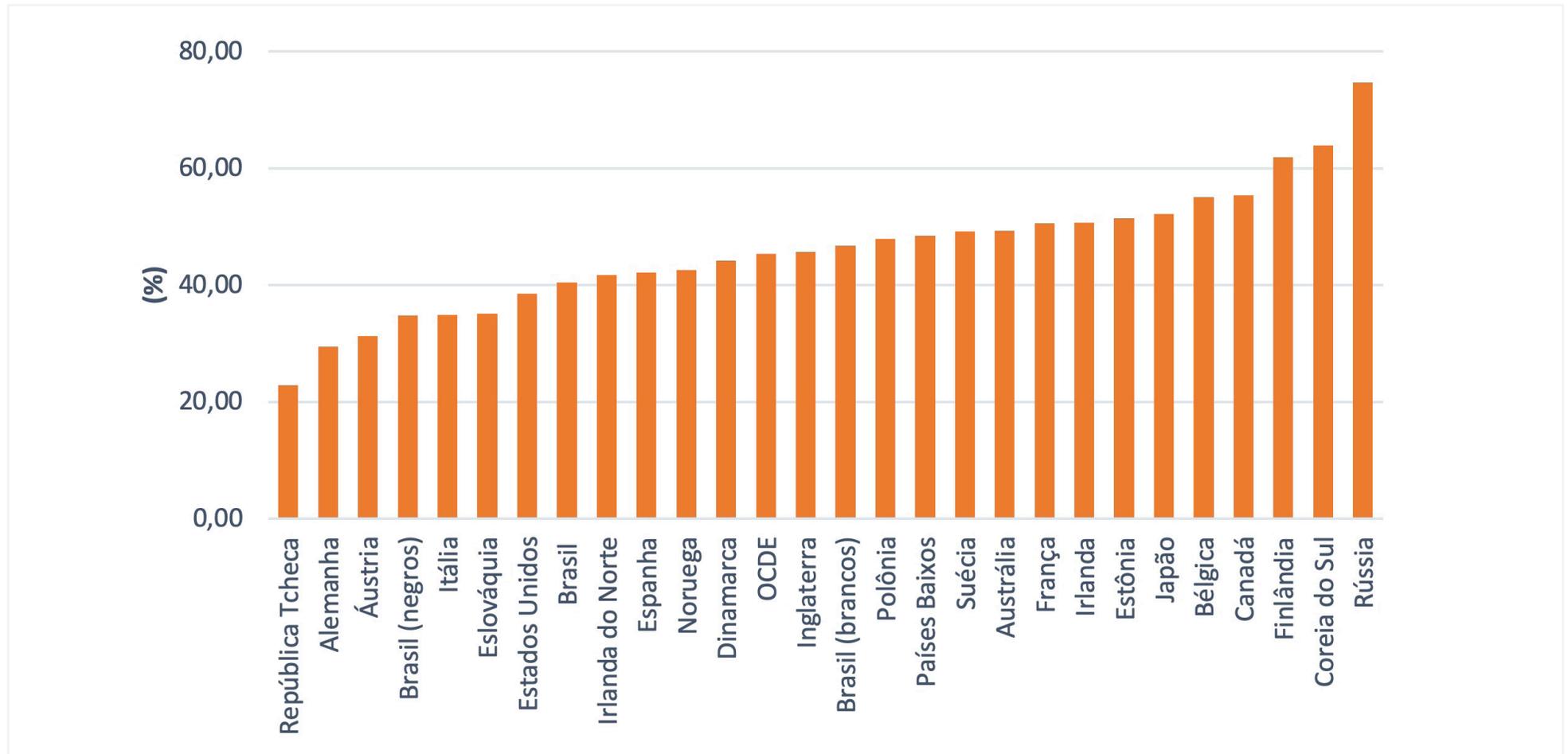


Gráfico 11 - Mobilidade Intergeracional Ascendente de Educação: Brasil e países da OCDE

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD 2014 e Education At a Glance (2014).

Nota: Mobilidade educacional ascendente indica o percentual de indivíduos que superaram o nível de escolaridade dos seus pais, entre todos os filhos, exceto aqueles que alcançaram superior completo ou mais, cujos pais tinham superior completo ou mais.

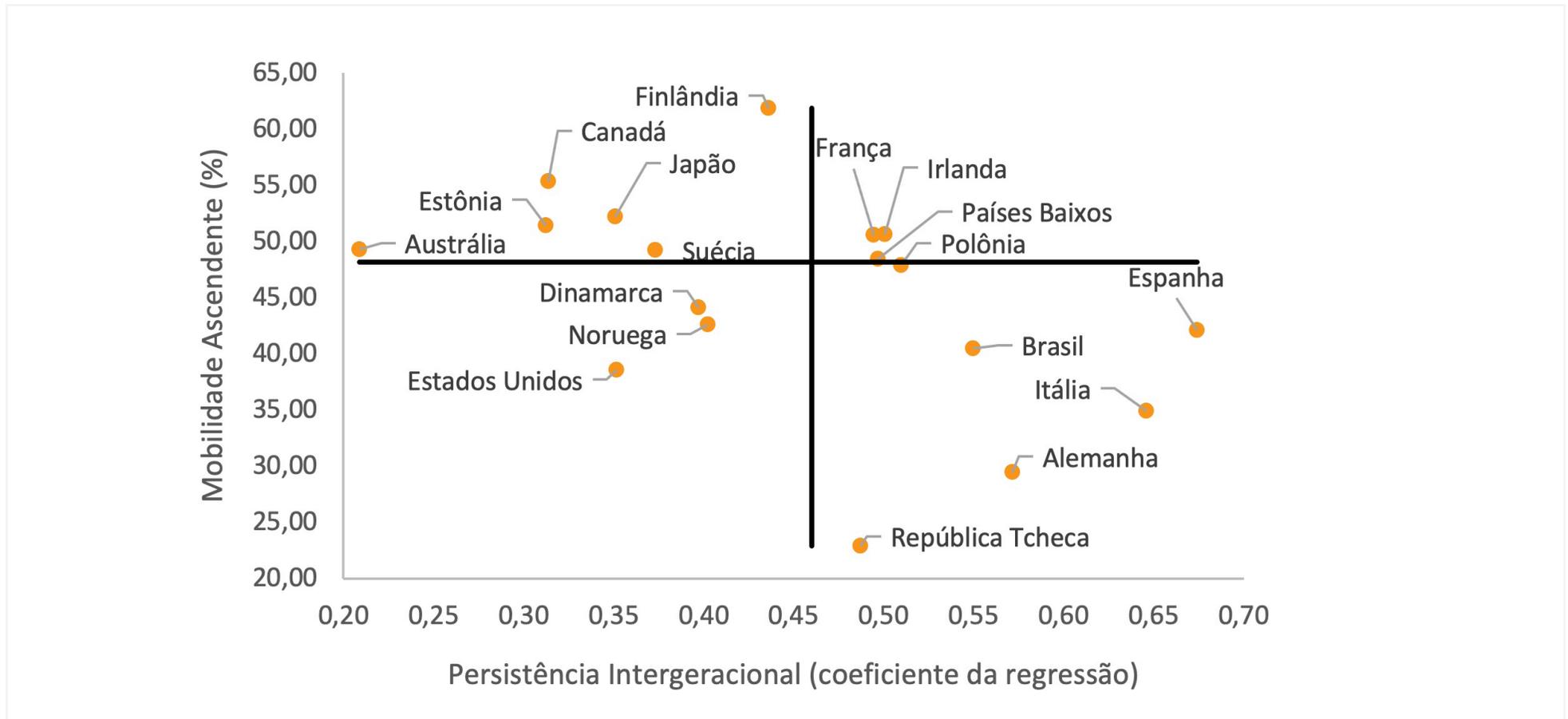


Gráfico 12 - Relação entre a persistência intergeracional de educação e a mobilidade ascendente: Brasil e países da OCDE.

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD 2014 e da OCDE 2018.

Nota: Maior persistência intergeracional significa menor mobilidade relativa.

No entanto, vem havendo uma evolução da escolaridade dos brasileiros. Diante disso, é plausível verificar a posição do Brasil no ranking de países, considerando intervalos de idade dos filhos, conforme apresentado na Tabela 6.¹⁸

Grupos analisados	Filhos com idade entre:			
	25 e 34 anos	35 e 44 anos	45 e 54 anos	55 e 64 anos
Todos da população de referência	4°	19°	21°	24°
Branco	3°	13°	16°	21°
Negro	11°	20°	23°	25°
Mulheres	5°	19°	19°	20°
Mulheres brancas	3°	10°	16°	17°
Mulheres negras	11°	20°	22°	23°
Homens	6°	16°	21°	23°
Homens brancos	4°	13°	17°	22°
Homens negros	12°	20°	23°	23°

Tabela 6 - Posição dos brasileiros no ranking de mobilidade educacional ascendente de acordo com o recorte de idade dos filhos

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD 2014 e Education At a Glance (2014).

Nota: O 1° lugar é o país com maior percentual de filhos que são casos de mobilidade intergeracional de educação em relação aos seus pais e o 25° é o país com menor percentual.

Os resultados da Tabela 6 mostram que existe uma diferença importante entre os filhos mais velhos e os mais jovens na posição do Brasil, se considerado um ranking de mobilidade ascendente. Os brasileiros com idade entre 25 e 34 anos ocupam melhores posições, evidenciando que os indivíduos mais jovens vêm atingindo níveis de escolaridade mais altos do que o de seus pais em maior proporção.

Mais especificamente, os brasileiros passaram da penúltima posição (considerando os filhos com idade entre 55 e 64 anos), ou seja, segundo país com menor percentual de mobilidade educacional ascendente, para 4ª posição (considerando os filhos com idade entre 25 e 34 anos).

Além disso, salienta-se a desigualdade nas posições entre os brancos e negros, sejam eles homens ou mulheres. Os negros, independentemente da idade dos filhos, ocupam posições piores no ranking, ainda que a evolução das faixas etárias tenha sido expressiva. Tal situação mostra que os negros enfrentam mais dificuldades para ascenderem educacionalmente (entre as categorias consideradas) em relação aos pais do que os brancos. No entanto, esse resultado não exclui a possibilidade de filhos negros e brancos estudarem mais que seus pais, em função de que a categoria de ensino de mais baixo nível educacional é bastante abrangente, até ensino médio incompleto.

1.5.2 Caracterização da imobilidade intergeracional de educação

O Gráfico 13 apresenta o percentual de filhos que apresentam um nível de escolaridade que se encontra na mesma categoria de nível de escolaridade dos pais.

Observa-se que no Brasil, a maioria dos filhos entre 25 e 64 anos são casos de imobilidade intergeracional em relação aos seus pais (57,6%). Esse percentual coloca o Brasil em 5ª posição no ranking de países em relação ao percentual de filhos que apresentam um nível de escolaridade que se encontra na mesma categoria de escolaridade dos pais, sendo que o primeiro lugar apresenta o maior percentual e o último o menor. Neste caso, o Brasil fica atrás da República Tcheca, Itália, Eslováquia e Alemanha. Além de saber o percentual de imobilidade, é importante saber em que nível de escolaridade ocorre a maior imobilidade, conforme apresentado no Gráfico 14.

¹⁸ Atenta-se para o fato de que a comparação dos recortes de idade, sexo e cor ou raça dos brasileiros são realizadas com os países da OCDE, sendo que para esses não foram feitas delimitações de cor/raça na amostra, apenas de idade e sexo.



O Brasil, comparado aos países da OCDE, apresenta o pior cenário em termos de imobilidade intergeracional, pois 83,5% dos brasileiros que apresentam o mesmo nível de ensino dos pais, interrompem os estudos antes de concluírem o ensino médio, sendo que este percentual é ainda maior entre os negros (90,1%). Os países da OCDE nos quais situação semelhante ocorre (imobilidade intergeracional no menor nível de

escolaridade considerado) são a Itália (81,5%) e a Espanha (80,1%). Na Irlanda do Norte, Irlanda, Países Baixos, Coreia do Sul, Austrália e França, a maior parte dos casos de imobilidade são também de filhos de pais com a menor escolaridade, mas estes não são a maioria da população.

Na Bélgica, Finlândia, Inglaterra, Dinamarca, Áustria, Eslováquia, Polônia, Estados Unidos, Alemanha e República Tcheca, a maior parte dos

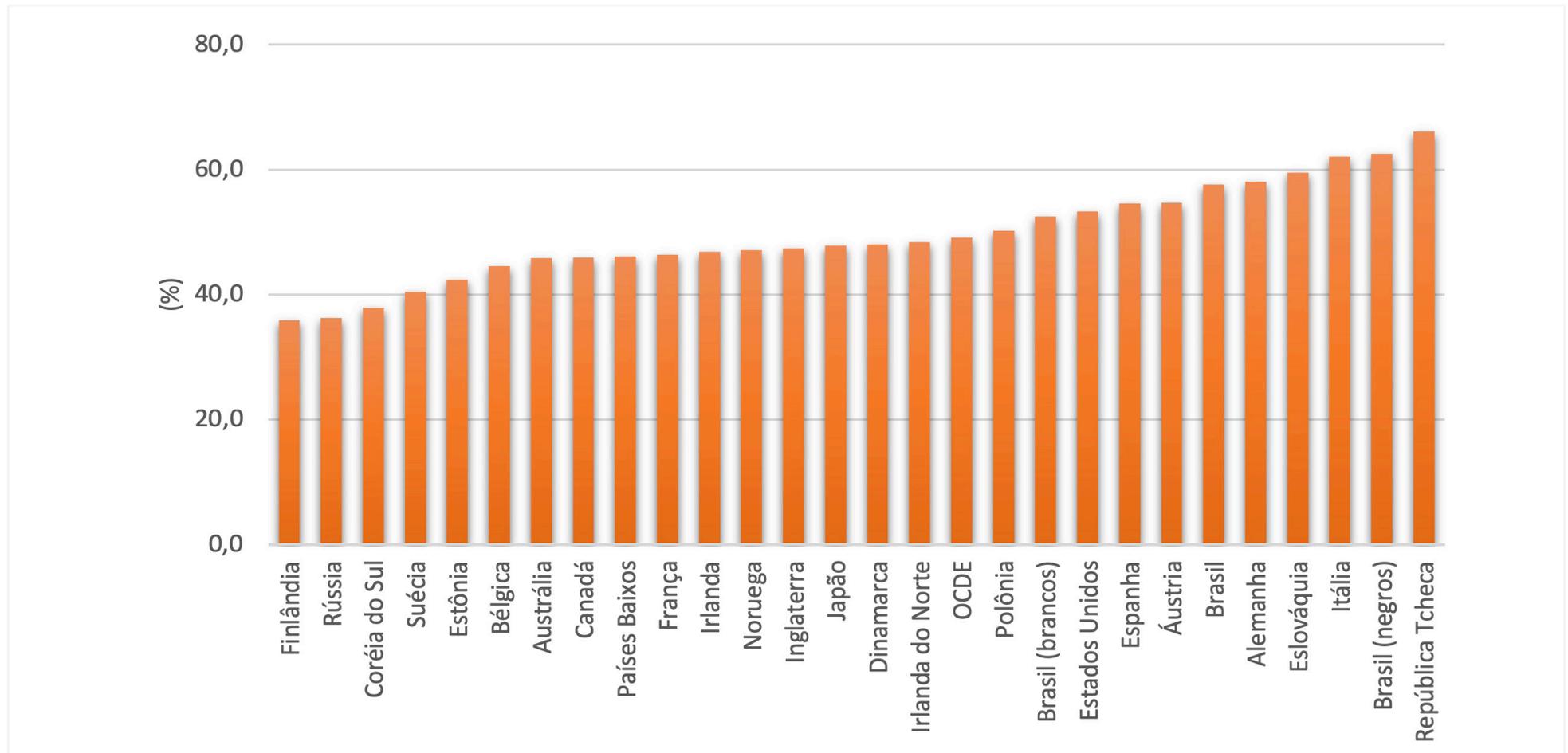


Gráfico 13 - Imobilidade Intergeracional de Educação: Brasil e países da OCDE

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD 2014 e Education At a Glance (2014).

casos de imobilidade intergeracional (em alguns países a maioria), são de pais e filhos com ensino médio completo ou superior incompleto. A República Tcheca apresenta o maior percentual (84,2%), seguido pela Polônia (69,6%), Eslováquia (68,6%) e Áustria (65,8%). Apenas na Rússia e no Canadá a maioria dos casos de imobilidade ocorre entre pais e filhos com superior completo ou mais anos de estudo (61,2%

e 52,2%, respectivamente). Ressalta-se aqui que no site do Imds – Indicadores de Mobilidade Social Internacionais – é possível verificar a imobilidade por faixa etária, e dessa forma visualiza-se que no Brasil, na Espanha e na Itália, mesmo considerando apenas os filhos mais novos, a maioria dos casos de imobilidade ocorrem no menor nível de escolaridade.

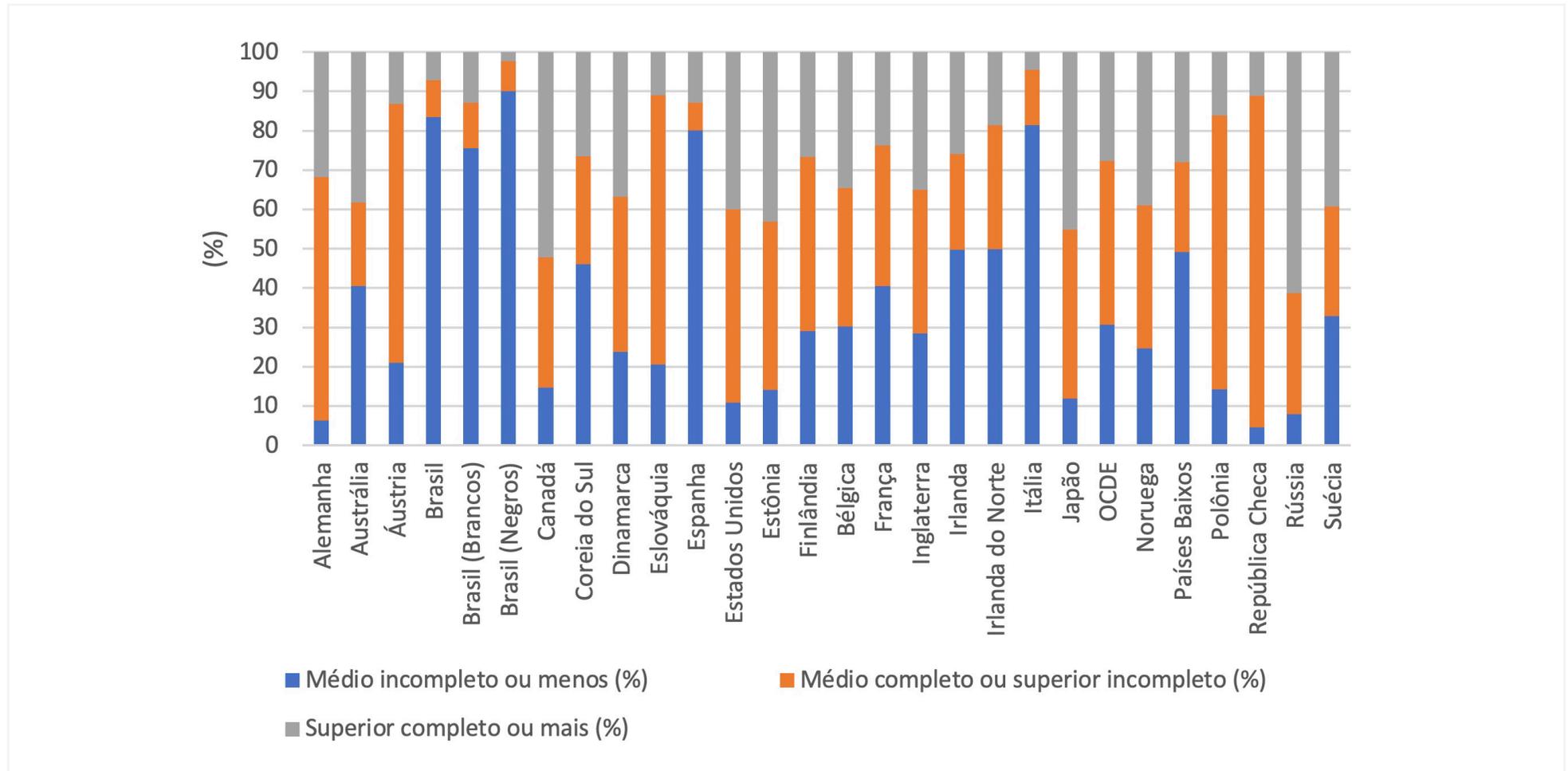


Gráfico 14 - Percentual de filhos que apresentam um nível de escolaridade que se encontra na mesma categoria de nível de escolaridade dos pais nos três níveis analisados: Brasil e Países da OCDE
 Fonte: Elaboração própria com base nos microdados da PNAD 2014 e Education At a Glance (2014).

2 Mobilidade intergeracional de educação: panorama global

Destaques do capítulo:

- A média de anos de estudo no Brasil vem crescendo, ao longo das gerações, porém, se mantém abaixo da média dos países do grupo de renda-média alta, ao qual pertence. Na geração de filhos nascidos na década de 1940, a média de anos de estudo no Brasil era de 5,3, comparado à 7,7 dos países de renda média-alta (distância de 2,4 anos de estudo do Brasil para a escolaridade média dos países em seu grupo). Essa diferença é respectivamente de 2,3 anos; 2,0 anos; 1,7 anos e 1,4 anos, para as gerações nascidas em 1950, 1960, 1970 e 1980.
- A desigualdade educacional do Brasil (desvio-padrão dos anos de estudo) tem caído, em linha com o que se espera de nações que aumentam a escolaridade média. A relação entre desigualdade educacional e escolaridade média se assemelha a um U invertido.
- Também em U invertido é a relação entre mobilidade educacional ascendente e a escolaridade média. As coortes mais jovens, à medida que têm mais escolaridade, avançam em relação aos seus pais (pouco escolarizados). O Brasil ainda estaria no trecho ascendente do U invertido.
- Enquanto entre os indivíduos nascidos na década de 1940 nos países de renda alta, 57,5% concluíram o ensino médio, nos países de renda baixa o percentual não chega a 5,0%. No Brasil, para indivíduos desta geração, apenas 18,8% tinham médio completo ou mais. Já entre os nascidos na década de 1980, 88,9% concluíram o ensino médio nos países de renda alta, e menos de 16,0% naqueles de renda baixa. No Brasil,

onde 66,6% concluíram o ensino médio na geração nascida nos anos 1980, a escolaridade desta coorte é similar à escolaridade dos nascidos nos anos 1950 em países de renda alta.

- Na geração dos anos 1940, 54,1% dos brasileiros tinham escolaridade maior do que a dos seus pais, enquanto na geração dos nascidos em 1980 esse percentual era de 84,2%. Se considerado um ranking de países, o Brasil saiu da 48ª posição na geração dos anos 1940 (considerando a existência de dados disponíveis para 97 países) e chegou a 6ª posição na geração dos anos 80 (considerando os dados disponíveis para 138 países).
- O Brasil está entre os cinco países com maior redução da persistência intergeracional de educação entre os filhos nascidos na década de 1940 e 1980, diminuindo de 0,7 para 0,4. Isso indica que a escolaridade de filhos nascidos em décadas mais recentes está menos atrelada à escolaridade dos pais.

Esta seção está organizada da seguinte forma: inicialmente (seção 2.1) é feita uma breve descrição dos dados. Na seção 2.2 é evidenciado avanço da escolaridade ao longo das gerações. Na sequência (seção 2.3) ainda se analisa o avanço da escolaridade, no entanto, em termos de conclusão do ensino médio e ensino superior. A seção 2.4 trata da mobilidade intergeracional ascendente de educação, seguida pela seção 2.5, em que é apresentada a persistência intergeracional de educação entre pais e filhos.

2.1 Descrição dos dados

A fonte de dados utilizada nesta seção é denominada *Global Database on Intergenerational Mobility* (GDIM, 2018). A GDIM é uma base de dados estatística harmonizada, criada pelo Banco Mundial, que contém informações da escolaridade de indivíduos nascidos entre os anos 1940 e 1989 e de seus pais. Para construir o banco de dados global, foram utilizadas surveys já realizadas em cada economia, a maioria entre 2006 e 2016, que coletaram informações acerca da escolaridade de respondentes adultos e seus pais^{19 20}.

O banco de dados inclui estimativas de mobilidade educacional de 148 economias, se considerados os indivíduos nascidos na década de 80. Além disso, para 111 dessas, se tem dados para coortes de nascimento anteriores. A amostra completa de 148 economias representa 96 por cento da população mundial (87 por cento da população mundial se considerados os 111 países com dados de coortes anteriores a 1980). Exceto para o Oriente Médio e Norte da África, a cobertura populacional em todas as regiões excede 90 por cento. No caso do Oriente Médio e Norte da África, 81% da população está coberta (49% com dados de coortes anteriores a 1980).

Para harmonização e posterior comparabilidade dos dados entre os países, foram excluídas da amostra respondentes menores de 18 anos e indivíduos que ainda estavam matriculadas na escola ou na faculdade. A única exceção se refere a manter na amostra os respondentes com 20 anos ou mais que concluíram o ensino médio e estavam matriculados no ensino superior. Nesse caso, os indivíduos foram categorizados como tendo concluído o ensino superior, a fim de refletir um resultado educacional final.

Grupo de renda, região	Número de economias cobertas		% da população coberta	
	Com dados de coortes anteriores a dos anos 1980	Todos	Com dados de coortes anteriores a dos anos 1980	Todos
Economias de renda alta	37	37	94	94
Economias em desenvolvimento	74	111	86	96
Leste Asiático e Pacífico	8	16	92	96
Europa Oriental e Ásia Central	20	20	99	99
América Latina e Caribe	16	16	96	96
Oriente Médio e Norte da África	5	10	49	81
Sul da Ásia	5	8	89	100
África Subsaariana	20	41	72	95
Total	111	148	87	96

Tabela 7 - Cobertura do Banco de Dados Global sobre Mobilidade Intergeracional (GDIM)

Fonte: Narayan et al. (2018, p. 79).

¹⁹ A lista completa das surveys usadas em cada economia encontra-se no documento "Description of the Global Database on Intergenerational Mobility (GDIM)", disponível em <https://datacatalog.worldbank.org/search/dataset/0050771/Global-Database-on-Intergenerational-Mobility>. Nesse documento, é possível ver, além do nome da Survey utilizada, o ano de sua realização e se os respondentes co-residem com os seus pais ou não.

²⁰ Cabe observar que em algumas das surveys utilizadas pelo Banco Mundial, as informações sobre o nível de escolaridade dos pais puderam ser obtidas apenas em relação aos entrevistados que residem em famílias com seus pais como co-residentes. Como os adultos co-residentes podem não ser representativos da população adulta em geral na economia, as estimativas derivadas desse tipo de dados podem estar sujeitas a viés de co-residência. No entanto, para reduzir a probabilidade de viés de co-residência, as amostras foram restritas a co-residentes com idades entre 21 e 25 anos na época da pesquisa, e esses respondentes são atribuídos à coorte dos anos 1980. Assim, nessas economias, as estimativas de mobilidade estão disponíveis apenas na coorte dos anos 1980. Além disso, foi realizado um exercício com as pesquisas que apresentam dados retrospectivos sobre a realização educacional dos pais (e que revelam se os entrevistados co-residem com seus pais) para estimar a mobilidade com e sem assumir a co-residência, com o intuito de avaliar a magnitude do viés da co-residência e o viés se mostrou pequeno. Esse exercício é mostrado em detalhes em Narayan et al. (2018, p. 78). Para uma leitura mais aprofundada sobre os vieses oriundos de co-residência e como atenuá-los, leia o paper de Emran & Shilpi (2018).



As categorias de educação dos pais e dos filhos são baseadas na International Standard Classification of Education (ISCED) e se referem ao nível educacional mais alto concluído pelo entrevistado²¹. As categorias utilizadas nesta seção são: 1) não completou os anos iniciais do ensino fundamental; 2) não completou o ensino fundamental; 3) não completou o ensino médio; 4) completou o ensino médio ou mais; 5) completou o ensino superior ou mais.

Destaca-se que a maioria das análises desta seção foram realizadas para grupos de países²²: Renda Baixa²³, Renda Média-Baixa, Renda Média-Alta, Renda Alta, BRICS, OCDE e G20. No site do Imds é possível ver os resultados para cada país individualmente ou outras combinações de países. Além disso, pode-se ver os resultados de acordo com o sexo e a década de nascimento da geração dos filhos.

2.2 O avanço da escolaridade ao longo das gerações: anos de estudo e desigualdade

A média de anos de estudo no Brasil vem crescendo ao longo das gerações, porém, se mantém abaixo da média dos países do grupo de renda-média alta, ao qual pertence. No Gráfico 15, é possível observar o comportamento da evolução dos anos de escolaridade para cada coorte de anos de nascimento, nos países de renda alta, renda média-alta (que inclui o Brasil), renda média-baixa e renda baixa, e compará-los com o desempenho do Brasil.

Identifica-se que quanto maior a renda per capita do grupo de países, maior a escolaridade média da população em anos de estudo. Por exemplo, para a coorte de nascimento da década de 1980, a média de anos de estudo per capita nos países de renda alta é de aproximadamente 14 anos, e nos países de renda baixa é de 4,9 anos. Verifica-se também que as diferenças de anos de estudo entre os países de diferentes grupos de renda se mantêm ao longo das décadas analisadas.

Nota-se que para as gerações nascidas na década de 1970 ou antes, a média de anos de estudo no Brasil era mais próxima dos países de renda média-baixa do que dos países de renda média-alta. No entanto, essa realidade vem se alterando, e, entre os filhos nascidos na década de 1980, a média de anos de estudo no Brasil é maior do que a média dos países de renda média-baixa, porém ainda menor do que a média dos países de renda média-alta.

Na geração de filhos nascidos na década de 1940, a média de anos de estudo no Brasil era de 5,3, comparado a 7,7 dos países de renda média-alta (distância de 2,4 anos de estudo do Brasil para a escolaridade média dos países em seu grupo). Essa diferença é respectivamente de 2,3 anos; 2,0 anos; 1,7 anos e 1,4 anos, para as gerações nascidas em 1950, 1960, 1970 e 1980. Ou seja, extrapolando-se o ritmo decenal da redução na diferença entre a escolaridade média dos habitantes do Brasil e dos países de renda média-alta, faria com que ambas se iguerrassem para a geração a nascer ao longo da década de 2020.²⁴

²¹ Em alguns casos em que apenas os dados de anos de escolaridade estão disponíveis, eles foram cuidadosamente transformados usando os anos de estudo referentes a cada categoria do ISCED (e vice-versa, quando aplicável). A regra prática (quando faltam informações) é ISCED 1: 6 anos; ISCED 2: 9 anos; ISCED 3: 12 anos; ISCED 4: 13 anos; ISCED 5: 15 anos; ISCED 6: 16 anos; ISCED 7: 18 anos; e ISCED 8: 21 anos.

²² EOs grupos de países apresentados são: BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. G20: África do Sul, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, Coreia do Sul, Estados Unidos, Índia, Japão, México, União Europeia, entre outros componentes, exceto Arábia Saudita, Luxemburgo e Malta. Para lista completa de países: <http://www.g20.org/> OCDE: Austrália, Alemanha, Chile, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Grécia, Israel, Japão, México, entre outros componentes, exceto Luxemburgo e Nova Zelândia. Para lista completa de países: <http://www.oecd.org/> Renda Baixa: Afeganistão, Etiópia, Nepal, Senegal, Serra Leoa, Sudão do Sul, Uganda, Tanzânia, entre outros. Renda alta: Alemanha, Austrália, Bélgica, Chile, Espanha, Estados Unidos, Estônia, França, Grécia, Israel, Portugal, entre outros. Renda Média-Baixa: Bolívia, Cabo Verde, El Salvador, Filipinas, Marrocos, Nicarágua, Sri Lanka, Kosovo, Vietnã, entre outros. Renda Média-Alta: Brasil, México, Bulgária, Rússia, África do Sul, Angola, Malásia, Iraque, Tuvalu, entre outros. Para lista completa dos países por grupo de renda, ver GDIM (2018). A ausência de resultados para um país pode ocorrer devido à falta de informação para os filtros escolhidos.

²³ De acordo com o The World Bank Atlas Method (2018), a partir de 1º de julho de 2018, as economias são definidas como de Baixa Renda- Renda Nacional Bruta (RNB) per capita de \$ 996 ou menos; Renda Média-Baixa - RNB per capita entre \$ 996 e \$ 3,895; Renda Média Alta - RNB per capita entre \$ 3,896 e \$ 12,055; e Renda Alta- RNB per capita de mais de \$ 12,055. Esses valores se referem a rendimentos anuais, calculados em dólar. Para mais detalhes acesse: <https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/378833-how-are-the-income-group-thresholds-determined>.

²⁴ Fazendo-se a seleção no dashboard barras/anos de estudo/renda média alta, pode-se verificar que a posição do Brasil, em todos as gerações, está sempre entre os cinco países menos escolarizados do grupo.

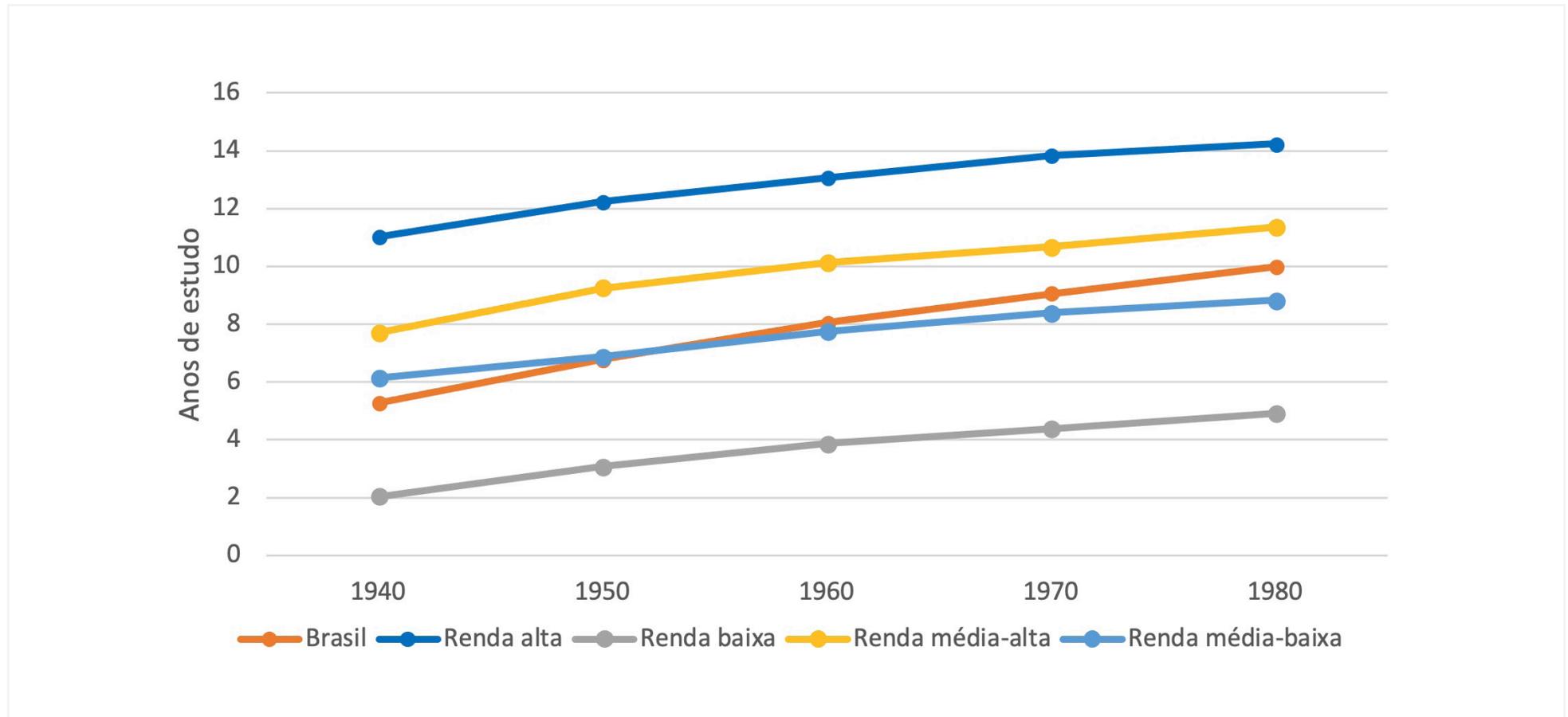


Gráfico 15 - Evolução da média de anos de estudo no Brasil e da média dos países que compõem cada grupo de renda
Fonte: Elaboração própria com base no GDIM 2018 (World Bank).



Na Tabela 8, são apresentados os dados do Brasil e dos outros países pertencentes ao G20 referentes a média (\bar{x}) e o desvio padrão (σ) dos anos de estudo para cada coorte de nascimento.

Verifica-se que em todos os países houve um aumento contínuo dos anos de estudo entre as gerações. Deve-se destacar o crescimento mais acentuado entre os nascidos nos anos 40 e 80 na Coreia do Sul (aumento

de 6,6), China (6,3), Indonésia (5,9), México (5,6), África do Sul (5,2), Itália (5,1) e Brasil (4,7). Em países como Reino Unido, Japão, Canadá e Estados Unidos o crescimento foi pequeno, pois entre os nascidos na década de 40, a média de anos de estudo já era elevada (mais de 12 anos).

Entre os indivíduos nascidos na década de 1940, a média de escolaridade no Brasil é de 5,3 anos, acima apenas da China, Índia e

País	1940		1950		1960		1970		1980	
	\bar{x}	σ								
África do Sul	6,1	5,2	7,8	5,2	9,0	4,6	10,6	3,6	11,3	2,6
Alemanha	12,6	3,3	13,4	3,0	14,1	3,3	14,6	3,2	14,9	3,0
Austrália	11,8	2,9	12,7	2,6	13,0	2,5	13,6	2,4	13,6	2,4
Brasil	5,3	5,0	6,8	5,1	8,1	4,9	9,0	4,5	10,0	3,8
Canadá	13,5	2,9	14,0	2,5	14,3	2,4	14,7	2,2	14,6	2,2
China	3,8	4,4	5,2	4,9	7,1	4,5	7,8	4,6	10,1	4,2
Coreia do Sul	8,4	4,4	11,0	3,6	13,0	2,9	14,4	2,2	15,0	1,7
Estados Unidos	13,9	3,0	14,0	2,9	13,9	2,7	14,4	2,5	14,4	2,4
França	10,7	4,2	11,8	3,8	12,7	3,5	14,2	3,4	14,7	2,9
Índia	4,8	4,9	5,2	5,0	5,1	5,0	6,1	5,1	7,7	5,0
Indonésia	4,3	4,3	5,9	4,6	7,4	5,0	9,2	4,0	10,2	3,8
Itália	8,6	3,9	11,2	3,8	12,2	3,6	13,1	3,3	13,7	3,0
Japão	12,3	2,3	13,4	2,2	13,6	2,1	13,8	2,2	14,3	2,0
México	5,4	4,7	7,6	5,0	8,7	4,7	9,7	4,1	11,0	4,0
Reino Unido	12,4	3,4	13,2	3,5	13,9	3,5	14,6	3,6	14,9	3,3
Rússia	11,4	3,0	12,2	2,5	12,4	2,4	13,0	2,5	14,0	2,5
Turquia	6,0	4,5	6,9	3,5	7,7	4,0	8,6	3,8	10,3	3,7
Média do G20	10,0	-	11,2	-	12,0	-	12,8	-	13,4	-

Tabela 8 - Média (\bar{x}) e Desvio Padrão (σ) dos anos de estudo dos países que compõem o G20

Fonte: Elaboração própria com base no GDIM 2018 (World Bank).

Nota: Não são colocados na tabela os países da União Europeia. Não se tem dados disponíveis para Argentina e Arábia Saudita.

Indonésia. Porém, entre os nascidos na década de 1980, a média de anos de estudo é de 10 anos, muito semelhante à da China, Indonésia e Turquia. Considerando todo o G20, identifica-se que a média de escolaridade brasileira está entre as três mais baixas. Para a geração de 1980, o Brasil só tem escolaridade média maior do que a da Índia (empatado com a China e ultrapassado por Indonésia e Turquia).

A média de anos de estudo do G20 para a coorte de 1940 era de 10 anos – 4,7 anos a mais do que a média brasileira –, e sobe para 13,4 para a coorte de 1980 – 3,4 a mais do que a do Brasil. Ou seja, apesar da expansão do ensino médio para as gerações mais jovens de adultos, a evolução não tem sido tão expressiva quando comparada com a do grupo das vinte economias com maior produto interno bruto.

Destaca-se, o aumento na média de anos de estudo na África do Sul, que passou de cerca de 6,0 anos entre os nascidos na década de 1940, para 11,3, considerando os nascidos na década de 1980. Especialmente, há uma aceleração do aumento da escolaridade na geração nascida nos anos 1970, o que pode ser tanto resultado de variância amostral quanto ter uma história por trás: essa é a primeira geração que tem idade para completar o ensino médio após o fim do Apartheid (em 1991).

Atenta-se, ainda, à média de anos de estudo no México, que apesar de ser muito semelhante à do Brasil, se considerados os indivíduos nascidos na década de 1940, teve um aumento maior entre os nascidos nas décadas posteriores, apresentando a partir de 1950 uma tendência paralela.

O aumento na média de anos de estudo nos países reflete um avanço em termos educacionais, pois tende a vir acompanhado de uma redução na desigualdade de educação. No entanto, é importante que as classes menos escolarizadas também se beneficiem do aumento na escolaridade. Caso contrário, não haverá uma redução na dispersão da educação e a lacuna educacional na sociedade aumentará, pois o aumento dos anos de estudo estará concentrado nos indivíduos filhos de pais mais escolarizados.

Na Tabela 8, é apresentado também o desvio-padrão dos anos de estudo, pois assim é possível identificar se houve um aumento ou diminuição na desigualdade educacional ao longo dos anos, nesses países. **Entre os nascidos na década de 1940 e 1980 em todos os países, exceto a Índia, evidencia-se uma queda na desigualdade educacional, sendo que as maiores quedas foram na Coreia do Sul e África do Sul (2,7 e 2,3 anos, respectivamente).** Esse resultado indica que a escolaridade está se tornando mais homogênea nesses países. Ou seja, não é apenas uma parte da população se educando muito e outra pouco, gerando uma média mais alta, mas com muita desigualdade, mas sim uma distribuição mais ampla de escolaridade para a população desses países.

O Gráfico 16 combina escolaridade média e desigualdade educacional (desvio-padrão dos anos de estudo), para cada país/coorte. **Pode-se observar uma relação de U invertido entre as duas grandezas para o conjunto de pares. Em especial, observa-se que a desigualdade educacional está em trajetória contínua descendente para as coortes nascidas após 1950, no Brasil, ao mesmo tempo em que a escolaridade média sobe - em linha com o padrão geral apresentado para os demais pares coorte/país.** Verifica-se que a desigualdade educacional aumenta à medida que aumenta a média de anos de escolaridade, até atingir um pico em torno de 6,0 a 7,0 anos. Após esse pico, a desigualdade começa a diminuir, à medida que a escolaridade média aumenta ainda mais. No Brasil, o pico ocorreu na geração de indivíduos nascidos na década de 1950 e vem diminuindo entre as gerações mais novas (pontos em cor mais forte no gráfico).

Esse padrão dos dados por países é conhecido pelo menos desde Ram (1989). Uma razão possível é de que os primeiros ganhos educacionais da população adulta, em países pobres, ocorram apenas para uma fração da população, o que aumenta a desigualdade educacional. À medida que o ensino básico é universalizado, com o aumento da renda nacional, há queda da desigualdade.²⁵

²⁵ Essa literatura surgiu como resultado da provocação de Simon Kusnetz que, em 1954, formulou uma hipótese geral para evidência empírica (frágil) de que países de renda média teriam maior desigualdade do que países pobres e do que países ricos (sua hipótese é de que isso poderia ocorrer em função do processo de urbanização e liberação de trabalho agrícola). O trabalho de Ram oferece uma explicação alternativa e complementar explicação à de Kusnetz, que passa pelo movimento de escolarização. Trata-se de uma literatura complexa. A própria evidência empírica de que o U invertido para renda de fato ocorre é bastante contestada. São escassos os dados que cubram a inteira distribuição de renda para países quando estes eram pobres. Kusnetz usa dados de painel do período de 1870 a 1930 da Prússia, EUA e Reino Unido e a partir de evidência relativamente frágil formula a famosa hipótese (o próprio autor considera o seu paper “95% teórico e 5% empírico” e alerta para a fragilidade dos dados).

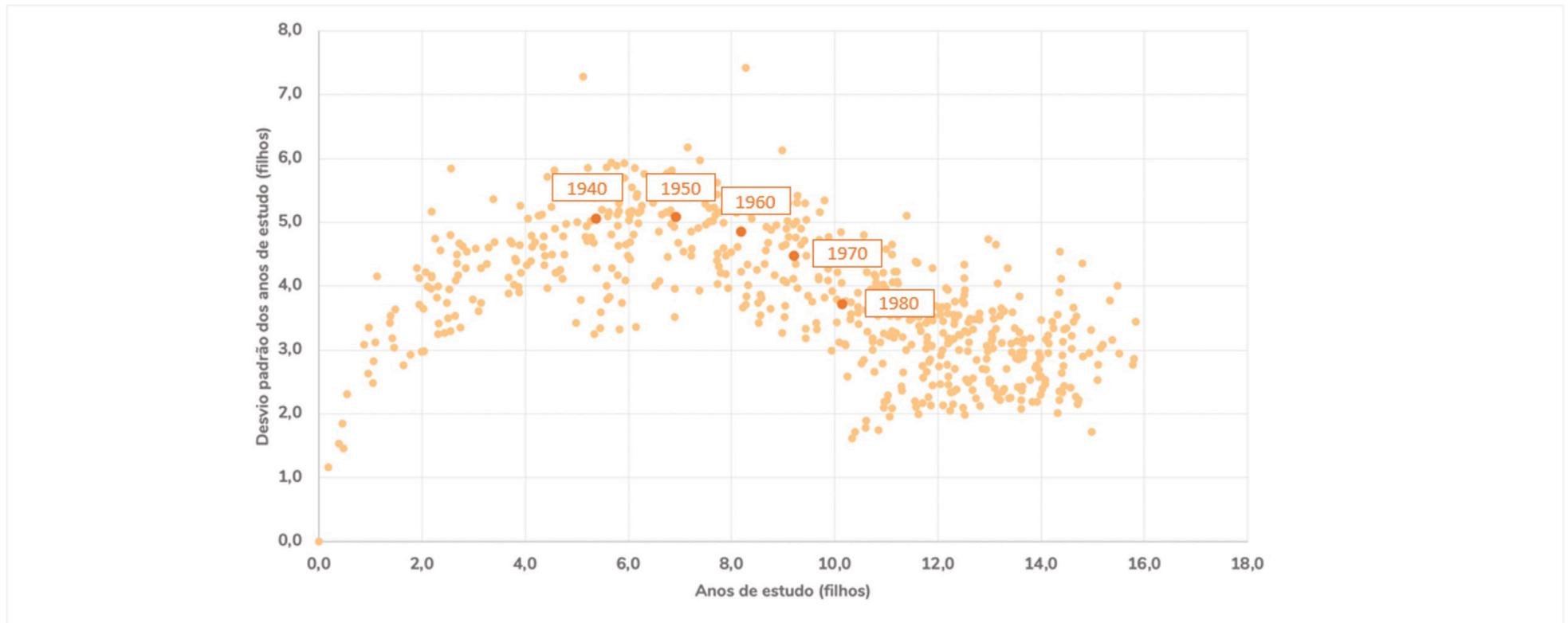


Gráfico 16 - Relação entre os anos de estudo e desigualdade educacional

Fonte: Elaboração própria com base no GDIM 2018 (World Bank).

Nota: Os pontos em destaque, com as coortes de nascimento se referem aos dados do Brasil e os demais pontos é dos demais países com dados disponíveis.

2.3 Taxas de conclusão do ensino médio e ensino superior dos filhos

O Brasil vem apresentando ganhos significativos no percentual de indivíduos que concluem, ao menos, o ensino médio, ao longo das gerações, conforme pode ser visto no Gráfico 17. A proporção da população com ensino médio completo mais do que triplicou entre as gerações de 1940 e 1980, passando de 18,8% para 66,6%.

Destaca-se a diferença entre o conjunto de países de renda alta e aqueles de renda baixa. Enquanto entre os indivíduos nascidos na década de 1940 nos países de renda alta, cerca de 57,5% concluíram o ensino médio, nos países de renda baixa, o percentual é de 4,5%. Já entre os nascidos na década de 1980, cerca de 88,9% concluíram o ensino médio nos países de renda alta, e 15,5% naqueles de renda baixa.

Considerando alguns países, verifica-se através dos dados disponíveis no site do Imds que, assim como no Brasil, também houve um aumento importante no percentual de filhos com ensino médio completo

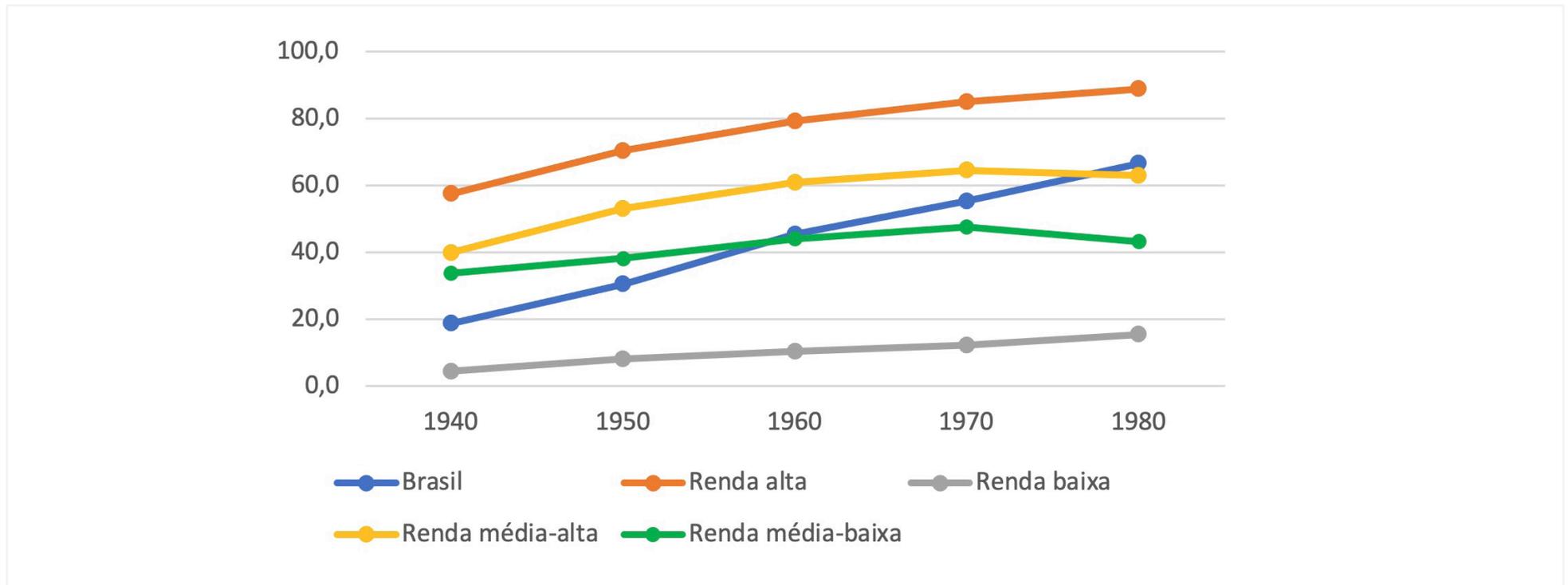


Gráfico 17 - Taxas de conclusão do ensino médio ou mais no Brasil e conjuntos de países
 Fonte: Elaboração própria com base no GDIM 2018 (World Bank).

no México, na China e na Índia. Na China, 7,8% dos filhos nascidos na década de 1940 completaram o ensino médio, chegando a 48,2% daqueles nascidos na década de 1980.

No entanto, essa não é a realidade de diversos países situados, em sua maioria, no continente africano. Em países como Níger, Sudão do Sul, Tanzânia, Chade, Senegal, na geração de filhos nascidos na década de 1980, menos de 10,0% completaram o ensino médio. Por outro lado, em países como os Estados Unidos, Canadá, Rússia e Cazaquistão, já na geração dos nascidos na década de 1940, mais de 80,0% dos filhos completaram o ensino médio. No Gráfico 18 apresenta-se a taxa de conclusão do ensino médio por sexo do(a) filho(a).

Nos países de renda média-baixa e renda baixa, em todos as coortes o percentual de conclusão do ensino médio é mais alto entre os homens do que entre as mulheres. Na média dos países de renda média-alta, entre os nascidos nos anos 80 as mulheres apresentam maior percentual do que os homens. Já nos países de renda alta, as mulheres nascidas a partir dos anos 70 passam o percentual dos homens que concluíram o ensino médio. Por outro lado, verifica-se que no Brasil, para todas as coortes, o percentual de mulheres que concluem o ensino médio ou mais é maior do que o dos homens.

Se comparado o percentual de homens brasileiros que concluíram o ensino médio nascidos nas décadas de 40 a 60, aos de países de renda

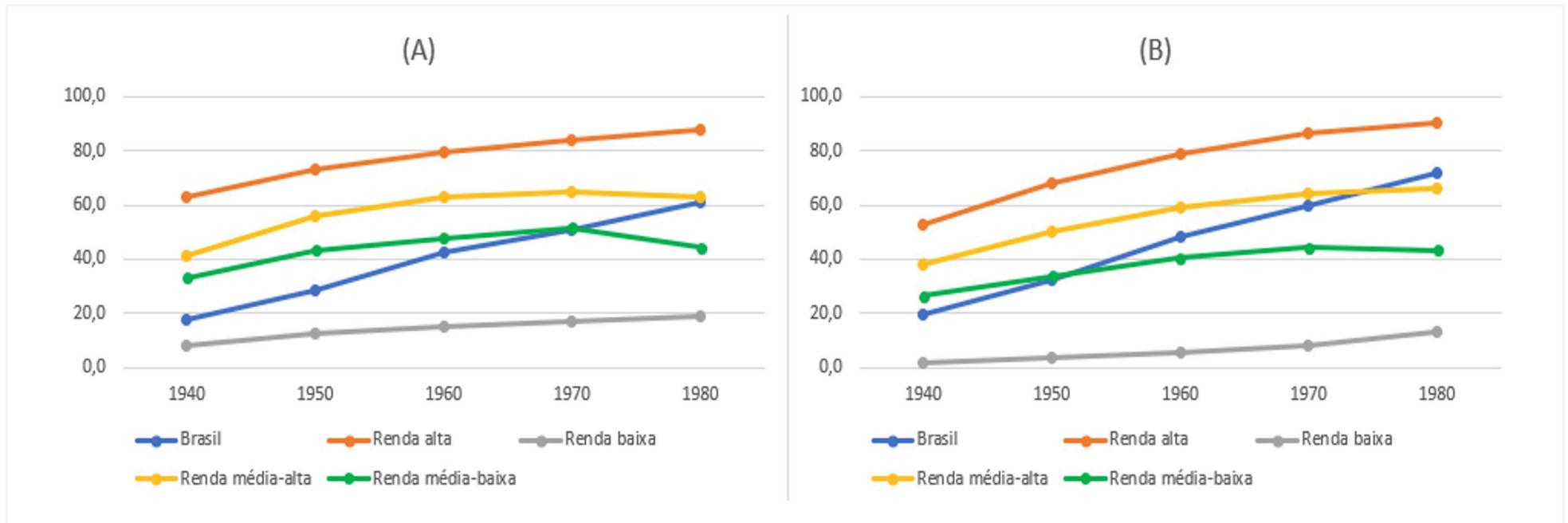


Gráfico 18 - Taxas de conclusão do ensino médio ou mais - Homens (A) e Mulheres (B)
 Fonte: Elaboração própria com base no GDIM 2018 (World Bank).

média-baixa, verifica-se que eles estão sempre em menor percentual. Apenas entre os nascidos na década de 70 essa situação se inverte e a taxa de conclusão do ensino médio dos brasileiros homens se aproxima da média dos países de renda média-alta, grupo ao qual pertence.

Entre as mulheres a realidade é diferente, somente se consideradas as nascidas nos anos 1940 e 1950 que o percentual de concluintes do ensino médio é menor do que o da média dos países de renda média-baixa. Aquelas brasileiras que nasceram a partir dos anos 60, apresentam maiores taxas de conclusão do ensino médio que as nascidas nos países de renda média-baixa, e ao longo das décadas vão se aproximando, e até mesmo passando (considerando as nascidas na década de 80) a taxa daquelas nascidas nos países de renda média-alta.

No entanto, apesar de evoluir nas taxas de conclusão do ensino médio, o Brasil ainda está atrás de diversos países em termos de taxa de conclusão do ensino superior. No Gráfico 19, é apresentado o percentual de indivíduos, nascidos nas diferentes décadas, que completaram o ensino superior no Brasil e na média de países de diferentes grupos de renda.

Verifica-se que na média dos países de renda alta o percentual de filhos com ensino superior é bem mais alto que nos demais grupos de países ao longo de todas as gerações, sendo que essa diferença se acentua se considerados os filhos nascidos a partir de 1960.

Se comparado o Brasil aos demais países de renda-média alta, verifica-se o desempenho bem próximo para todas as coortes, ficando

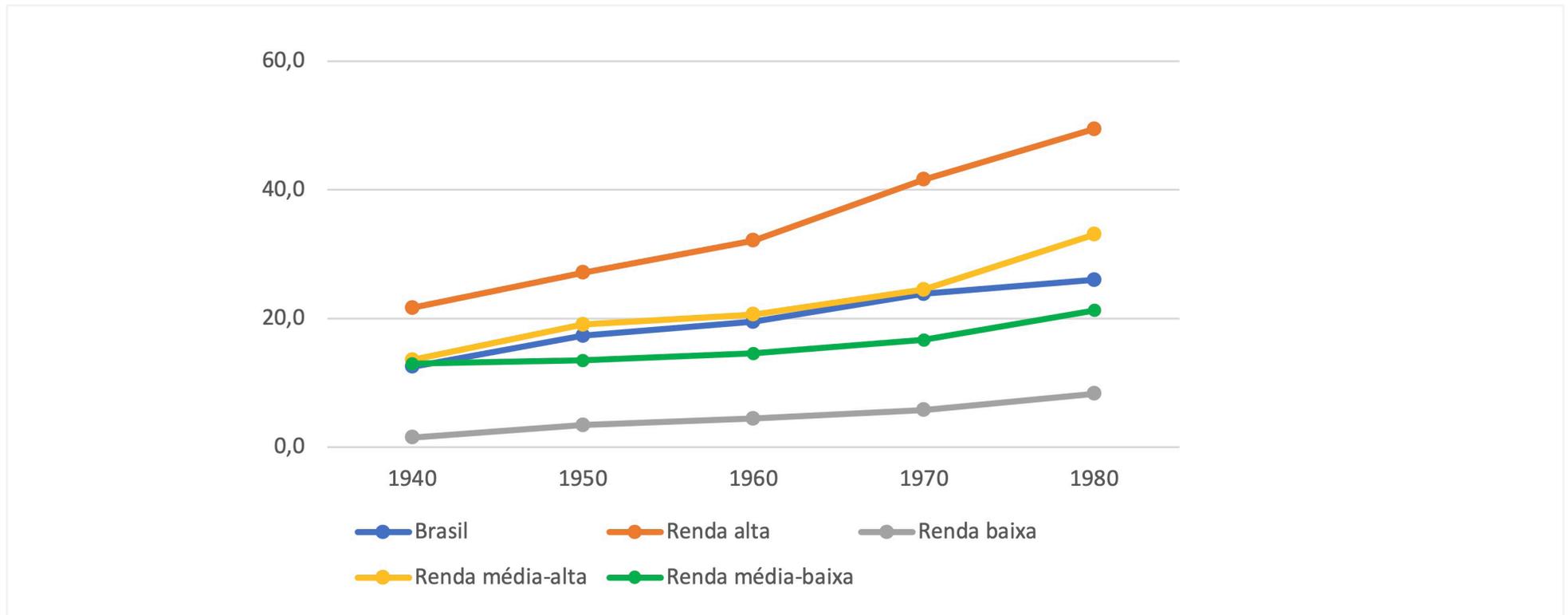


Gráfico 19 - Taxas de conclusão do ensino superior ou mais no Brasil e conjuntos de países
 Fonte: Elaboração própria com base no GDIM 2018 (World Bank).

mais atrás somente na última coorte. Entre os nascidos nos anos 1980, na média dos países de renda média-alta, 33,0% completaram o ensino superior ou mais e no Brasil 26,0% completaram este nível de ensino. Este percentual inferior pode ter alguma relação com a realização do ensino superior mais tarde por estes indivíduos e pelo fato dessa geração (nascidos nos anos 1980) não ter idade jovem o suficiente para pegar a expansão do ensino superior da década de 2000. Assim, o percentual de indivíduos que concluirão o ensino superior,

entre os nascidos nos anos 1990 deverá ter um aumento notável. No Gráfico 20 apresenta-se a taxa de conclusão do ensino superior por sexo do(a) filho(a). Nos países de renda baixa, em todas as coortes o percentual de conclusão do ensino superior ou mais anos de estudo é mais alto entre os homens do que entre as mulheres. Nos países de renda média-alta, as mulheres nascidas nos anos 70 já apresentam maior percentual de conclusão do ensino superior do que os homens. Já nos países de renda alta, as mulheres nascidas a partir dos anos 60 passam o percentual dos

homens que concluíram o ensino superior. Por outro lado, verifica-se que no Brasil, o percentual de mulheres que concluem o ensino médio ou mais é maior do que o de homens desde os nascidos nos anos 50, e na coorte de 1940 o percentual já era bastante semelhante.

É possível identificar também que o percentual de concluintes do ensino superior ou mais entre os brasileiros homens é muito próximo ao dos indivíduos dos países de renda média-baixa, enquanto o das

brasileiras mulheres é bastante parecido ao daquelas dos países de renda média-alta, exceto na coorte das nascidas nos anos 1980. Isso implica que no Brasil, as mulheres estão à frente dos homens em termos da conclusão do ensino superior, sendo que a diferença vai aumentando ao longo das décadas. Entre os homens nascidos na década de 1980, 21,6% dos homens têm ensino superior completo ou mais e entre as mulheres esse percentual é de 30,1%.

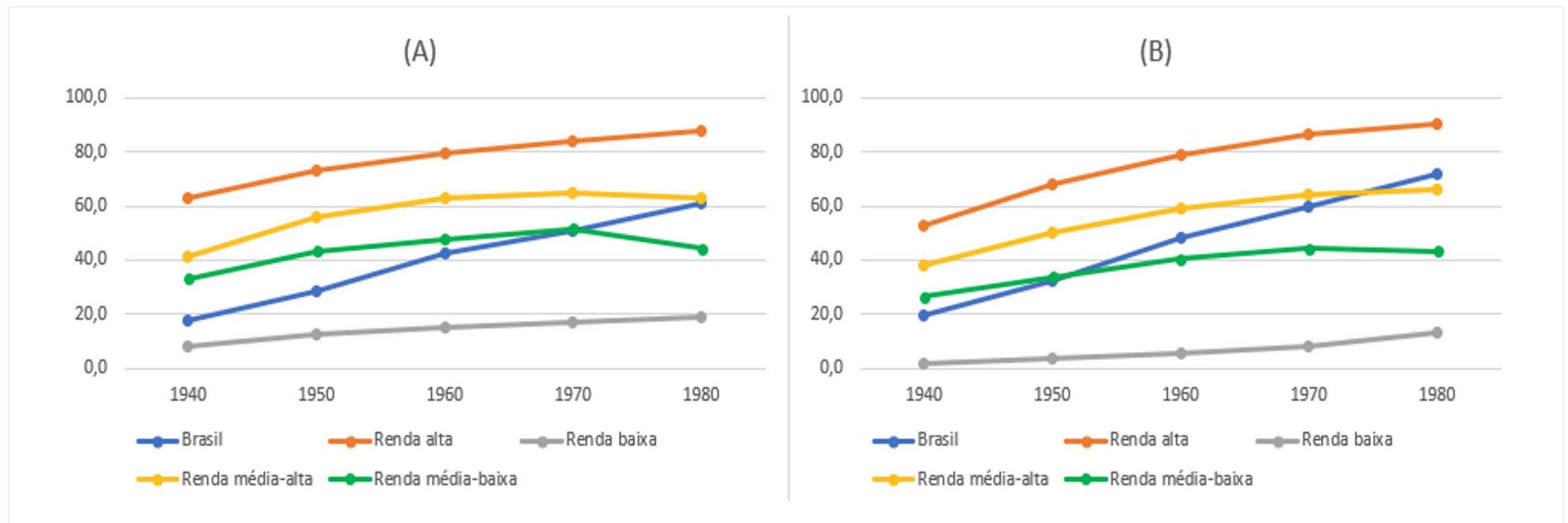


Gráfico 20 - Taxas de conclusão do ensino superior ou mais - Homens (A) e Mulheres (B)

Fonte: Elaboração própria com base no GDIM 2018 (World Bank).

Box 5-Resultados educacionais de pais e filhos no BRICS

A Tabela 9 mostra o percentual de pais e filhos que completaram o ensino médio ou mais anos de estudo nas décadas de 1940 a 1980 no Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Verifica-se que a realidade é bastante diferente entre esses países, sendo que a Rússia se destaca em relação aos demais. Entre os filhos nascidos a partir da década de 50, 90,0% ou mais concluiu o ensino médio ou mais anos de estudo na Rússia. Além disso, entre os nascidos na década de 1980, a diferença entre o percentual de pais e filhos com ensino médio completo é de 9,2 p.p. apenas.

Na África do Sul, o percentual de filhos nascidos entre as décadas de 40 e 80 que completou o ensino médio aumenta bastante (passa de 20,9% para 54,0%), no entanto o percentual de pais tem um crescimento bem mais tímido (passa de 10,8% para 16,7%). Na China, o percentual de filhos com ensino médio completo ou mais nascidos na década de 40 é o menor entre esses países, assim como o percentual de pais com este nível de ensino. O percentual de filhos que completam o ensino médio tem um crescimento maior a partir da geração dos filhos nascidos na década de 70. E, entre os filhos nascidos na década de 80, o percentual que concluiu o ensino médio ou mais é maior do que na Índia.

No Brasil, o percentual de filhos com ensino médio completo ou mais cresce bem mais rapidamente entre as gerações do que na África do Sul (exceto entre 1960 e 1970), China e Índia. Além disso, a diferença entre o percentual de pais e filhos com ensino médio completo ou mais nascidos na década de 80 é de 43,2 p.p., menor apenas do que na Rússia, referente aos filhos nascidos nas décadas de 40 a 60.

Mas o que significa a diferença entre o percentual de pais e filhos com ensino médio completo ou mais? De forma geral, mostra que a geração de filhos está estudando mais que seus pais, além disso, uma diferença maior evidencia que as oportunidades de estudar estão aumentando cada vez mais nas gerações dos filhos, em relação à geração dos pais. E uma diferença pequena, o que representa? Esta pode ter dois sentidos. Ou o percentual de pais que concluiu o ensino médio ou mais é baixo e o de filhos também (casos principalmente da África do Sul, Brasil e China entre os nascidos na década de 40), ou percentual de pais que concluiu o ensino médio ou mais é alto e o de filhos também (caso da

Percentual de pais e filhos com ensino médio completo ou mais

		Pais	Filhos	Diferença
África do Sul	1940	10,8	20,9	10,1
	1950	13,4	30,1	16,8
	1960	9,5	35,1	25,6
	1970	13,3	49,8	36,5
	1980	16,7	54,0	37,4
Brasil	1940	7,1	18,8	11,7
	1950	8,3	30,5	22,2
	1960	10,8	45,4	34,6
	1970	16,9	55,3	38,5
	1980	23,4	66,6	43,2
China	1940	2,9	7,8	4,9
	1950	3,7	16,9	13,2
	1960	7,1	21,4	14,3
	1970	11,6	24,6	13,0
	1980	19,9	42,5	22,6
Índia	1940	6,7	21,7	14,9
	1950	8,5	24,5	16,0
	1960	10,8	22,9	12,2
	1970	15,8	29,1	13,3
	1980	21,3	38,1	16,8
Rússia	1940	26,2	79,0	52,7
	1950	31,4	90,0	58,7
	1960	45,2	94,8	49,6
	1970	64,3	93,7	29,4
	1980	85,0	94,2	9,2

Tabela 9 - Percentual de pais e filhos com ensino médio completo ou mais anos de estudos
Fonte: Elaboração própria com base no GDIM 2018 (World Bank).

Rússia entre os filhos nascidos na década de 80). No primeiro caso tem-se uma realidade negativa e no segundo uma realidade positiva.

A tendência, é que haja uma pequena diferença em anos anteriores, quando pais e filhos estudaram pouco, após, quando aumentam as oportunidades de escolarização essa diferença aumenta, e quando esses filhos escolarizados têm seus filhos em idade de conclusão dos estudos, neste caso do ensino médio, a diferença volte a diminuir, porém com pais e filhos apresentando escolaridade mais alta.

2.4 Mobilidade educacional ascendente

A mobilidade educacional ascendente indica a proporção de indivíduos que superaram estritamente o nível de escolaridade dos seus pais.²⁶ No Gráfico 21, são apresentados os percentuais, considerando a média dos grupos de países analisados e Brasil, de filhos nascidos na década de 1980 que apresentam mobilidade intergeracional ascendente de educação em relação aos seus pais.

Considerando os países de renda baixa, 31,5% dos filhos nascidos na década de 1980 alcançaram níveis de escolaridade mais elevados do que seus pais – menos da metade do observado nos países de renda média-alta e renda alta, da OCDE, do G20 e dos BRICS. Para a mesma geração de filhos nascidos na geração de 1980, o Brasil apresenta resultados surpreendentemente positivos: aproximadamente 8 em cada 10 alcançaram níveis de escolaridade mais elevados do que seus pais (84,2%). Considerando o grupo de renda média-alta, no qual é classificado, cerca de 6 em cada 10 representam casos de mobilidade educacional ascendente.

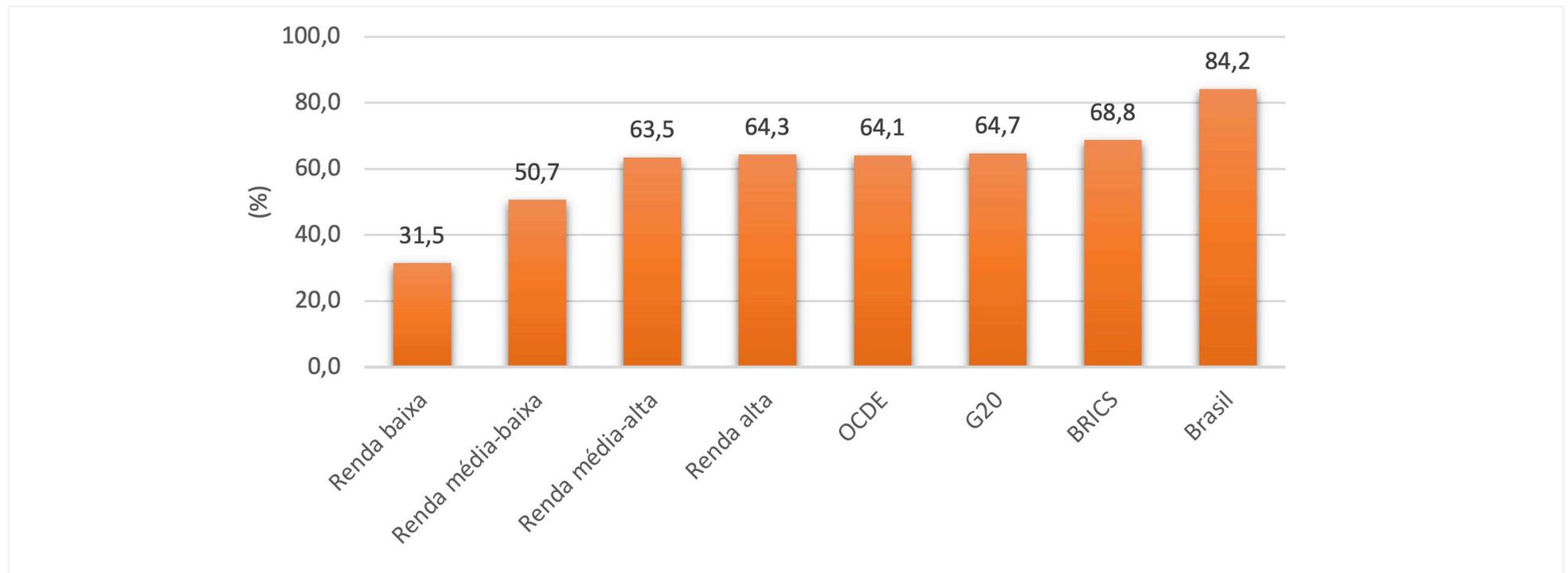


Gráfico 21 - Mobilidade Intergeracional Ascendente de Educação: filhos nascidos na década de 1980, grupos de países e Brasil

Fonte: Elaboração própria com base no GDIM 2018 (World Bank).

²⁶ Ou seja, não se considera no numerador aqueles adultos que tendo alcançado superior completo ou mais, também têm pais que o fizeram. A razão da exclusão é que a grande maioria dos países não separa superior completo de pós-graduação, e mesmo que o fizessem, muitos deles teriam uma amostra muito pequena nessa faixa (estamos analisando cerca de 190 países, a grande maioria deles com baixa escolaridade média dos adultos). Além disso, a ideia ao ser analisado esse indicador é identificar o percentual de filhos que apresentaram melhoras educacionais em relação aos seus pais. Portanto, ainda que possamos considerar positivo que os filhos alcancem o mais alto nível de ensino considerado, assim como os seus pais, esse resultado não expressa uma ascensão estritamente falando.

Box 6 - Altíssimas disparidades na mobilidade intergeracional de educação no Continente Africano: o que pode explicar essa realidade?

Grandes diferenças em termos de mobilidade intergeracional ascendente de educação ocorrem entre os países do continente Africano. Por exemplo, enquanto “a probabilidade de as crianças nascidas de pais sem educação concluírem a escolaridade primária excede 70,0% na África do Sul, em Botswana, no Sudão, Etiópia, Moçambique, Burkina Faso, Guiné e Malawi é de menos de 20,0%” (Alesina e coautores, 2021, p.2). E o que os autores (Alesina e coautores, 2021) evidenciaram como características que estejam atreladas a essa desigualdade entre os países do continente africano?

As evidências indicaram que a alfabetização dos pais é um forte indicador da mobilidade ascendente e descendente. Um aumento de 10,0 pontos percentuais na alfabetização dos pais está associado a um aumento de cerca de 7,0 pontos percentuais na probabilidade de que os filhos de pais analfabetos conclua

o ensino fundamental e uma chance de 4,5 pontos percentuais menor de que os filhos de pais alfabetizados não se alfabetizem.

A densidade populacional, utilizada como proxy para o desenvolvimento, a distância até as ferrovias e estradas coloniais (menor distância), a proximidade de missões protestantes, a proximidade às áreas costeiras e o tipo de topografia (regiões acidentadas) apresentam relação positiva com a mobilidade ascendente. Por outro lado, o emprego agrícola e uma ecologia favorável à malária estão correlacionados negativamente com a mobilidade intergeracional ascendente de educação nos países africanos. A região em que a criança cresce também explica a mobilidade. Meninos e meninas cujas famílias se mudaram para regiões com maior mobilidade ascendente antes que as crianças completassem 12 anos têm uma probabilidade significativamente maior de concluir o ensino fundamental*.

* Chetty e Hendren (2018) também investigaram o desempenho educacional de crianças cujas famílias mudaram para uma região melhor / pior - em termos de mobilidade média - em diferentes idades para identificar a taxa em que seu desempenho converge para aquele de residentes permanentes. Porém, investigaram famílias que se deslocaram em zonas e condados dos Estados Unidos.

No Gráfico 22 é evidenciada a diferença em termos de mobilidade intergeracional ascendente de educação no Brasil e demais países de renda média-alta.

Percebe-se que, entre os filhos nascidos na década de 1940, o percentual de mobilidade ascendente era idêntico, se considerado o Brasil e a média dos países do seu grupo (renda média-alta). No entanto, a cada

geração o Brasil apresentou evolução consistente e distinta (maior) da tendência apresentada pela média dos países de renda média-alta, sendo que a maior diferença se deu entre os filhos nascidos entre as décadas de 70 e 80, cerca de 20,0 p.p.

Destaca-se, ainda, que, se considerado o percentual de mobilidade ascendente de cada um dos países incluídos nos dados do Banco Mundial

e construído um ranking, sendo que o primeiro lugar seria o país com maior percentual de mobilidade intergeracional ascendente de educação, é possível verificar que o Brasil sobe posições ao longo das gerações (Gráfico 23).

O Brasil saiu da 48ª posição na geração de 1940 (considerando a existência de dados disponíveis para 97 países) e chegou à 6ª posição

na geração dos anos 80 (considerando os dados disponíveis para 138 países). Entre os filhos nascidos na década de 40, 54,1% apresentam maior escolaridade que os seus pais. Já, entre os nascidos na década de 80, o percentual é 84,2%, o que revela um grande avanço em termos educacionais para o Brasil.²⁷

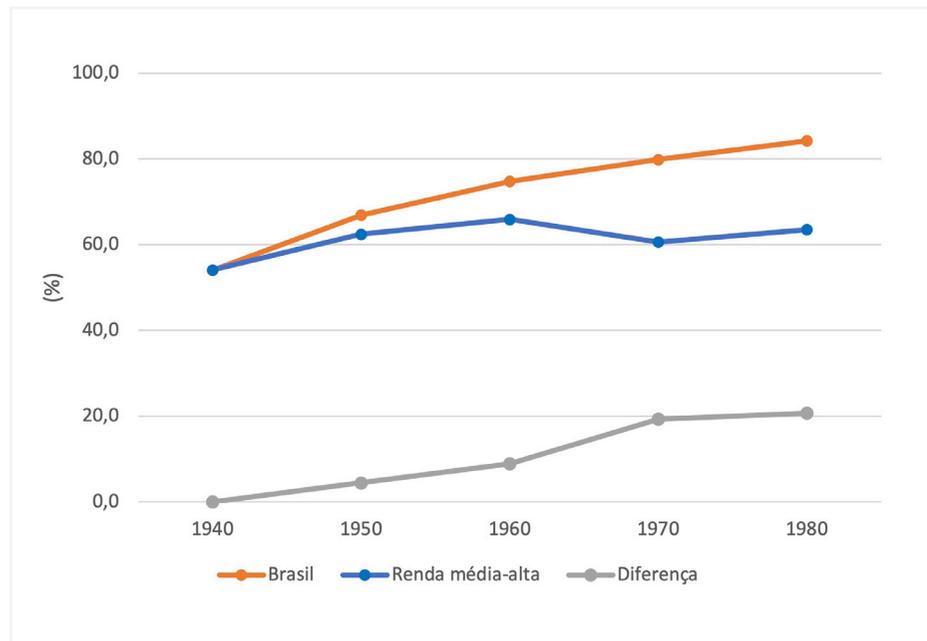


Gráfico 22 - Mobilidade intergeracional ascendente de educação: Brasil e média dos países de renda média-alta

Fonte: Elaboração própria com base no GDIM 2018 (World Bank).

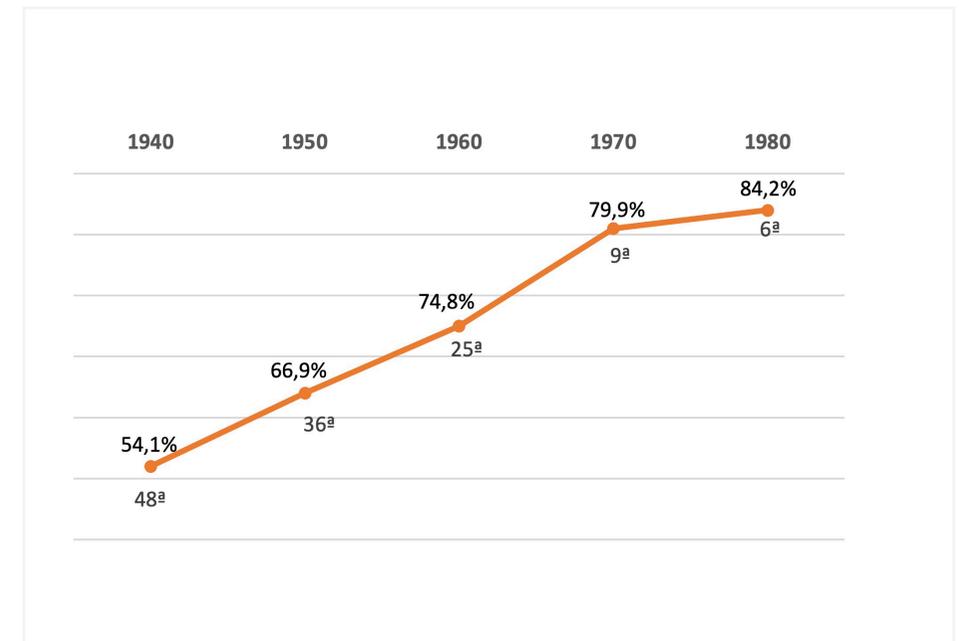


Gráfico 23 - Percentual de mobilidade intergeracional ascendente e posição relativa do Brasil na mobilidade intergeracional ascendente de educação

Fonte: Elaboração própria com base no GDIM 2018 (World Bank).

²⁷ Na Seção 1, analisamos a mobilidade ascendente a partir da base de dados da OCDE e adaptamos o indicador para as categorias daquela organização, que eram apenas três (conforme mostrado na seção 1.1). No caso dos dados do Banco Mundial, existem mais categorias educacionais, especificamente uma maior abertura de níveis de escolaridade de pais pouco escolarizados (conforme mostrado na seção 2.1), assim os resultados da Seção 1 e Seção 2 diferem para um mesmo país e indicador.

Box 7 - Relação entre os anos de estudo dos pais e a mobilidade educacional ascendente

O Gráfico 24 mostra o comportamento da curva que relaciona os anos de estudo dos pais e a mobilidade educacional ascendente (indica a proporção de indivíduos que superaram o nível de escolaridade dos seus pais, desconsiderando aqueles cujos pais alcançaram, no mínimo, superior completo). Verifica-se que é uma curva côncava (assemelhando-se a um U invertido), em que num primeiro momento, quando os pais tem menos anos de estudo, o percentual de filhos que estudam mais que seus pais aumenta. Esse percentual tende a aumentar até uma certa média de anos de escolaridade dos pais (principalmente entre 6 e 9 anos) e depois disso o percentual de mobilidade tende a diminuir. Essa diminuição tende a ocorrer pois os pais apresentam uma média alta de anos de estudo e os filhos alcançam no máximo o mesmo nível de escolaridade dos pais, neste caso, o ensino médio completo.

Mais especificamente em relação ao Brasil, a mobilidade intergeracional nos nascidos apresentou um percurso ascendente, em que a cada década os filhos têm estudado mais que os pais. Isso ocorre porque a média de anos de estudo dos pais é bastante baixa (a média de anos de estudo dos pais dos filhos nascidos na década de 1980 é de 3,7 anos). Destaca-se também que o Brasil está acima da média de outros países, como Jordânia e China, em termos de mobilidade ascendente, se considerados aqueles que os pais tem a mesma média de anos de estudo, no caso 2,1, 2,5, 3,1, e 3,7 (pais dos filhos nascidos na década de 50, 60, 70 e 80). Por outro lado, os países que estão circulado, no caso a Alemanha (filhos nascidos entre os anos 40 e 80) e a República Tcheca (filhos nascidos nos anos 80), estão na parte descendente da curva, pois a média de anos de estudo dos pais é de mais de 13 anos, assim o percentual de mobilidade ascendente diminui*.

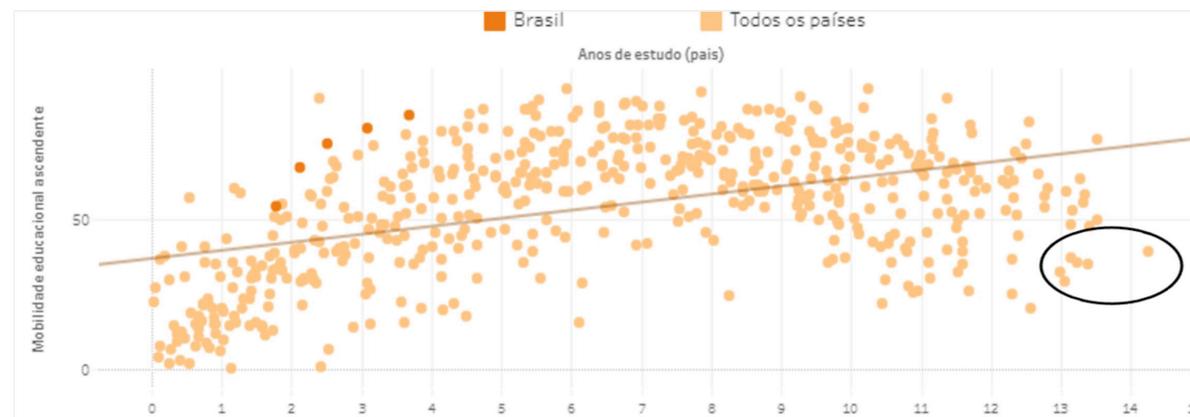


Gráfico 24 - Relação entre os anos de estudo dos pais e a mobilidade educacional ascendente
Fonte: Elaboração própria com base no GDIM 2018 (World Bank).

*Para ver qual país e década de nascimento do filho, que cada ponto representa, acesse o site do Imds- Seção Indicadores de Mobilidade Social Internacionais- Mobilidade Intergeracional Banco Mundial- Relação: escolaridade dos pais e mobilidade intergeracional.

2.5 Persistência intergeracional de educação

O coeficiente de persistência intergeracional de educação (anos de estudo) é uma medida de mobilidade intergeracional amplamente utilizada na literatura, a qual evidencia o grau de determinação da escolaridade dos pais sobre a escolaridade dos filhos (no Box 3 da Seção 1.4 são apresentadas mais detalhadamente as características deste coeficiente).

Na Figura 1, são elencados os países de acordo com o grau de persistência intergeracional de educação entre os pais e filhos nascidos na década de 1980. No site do Imds²⁸, é possível verificar a persistência intergeracional para os filhos nascidos nas décadas anteriores.



Figura 1 - Panorama da persistência intergeracional de educação no Brasil e no mundo para os filhos nascidos na década de 1980

Fonte: Elaboração própria com base no GDIM 2018 (World Bank).

Identifica-se, a partir da Figura 1 que a maior parte dos países apresenta o coeficiente de persistência intergeracional de 0,3 ou 0,4. **No Brasil, assim como em outros países da América Latina, como México, Peru, Bolívia, Panamá e Colômbia, o coeficiente de persistência intergeracional de educação é de 0,4, o qual pode ser considerado um grau intermediário de mobilidade.** O país da América Latina com menor persistência intergeracional é o Chile, igualando-se aos Estados Unidos, Japão, Rússia e grande parte dos países europeus (0,3).

Em alguns países, no entanto, principalmente entre os situados no Continente Africano, Leste Europeu e Sul da Ásia, o nível de escolaridade dos filhos é fortemente determinado pela escolaridade dos pais (coeficientes entre 0,5 e 0,7). Na Etiópia, Mali e Benin, na África, e na Guatemala, América Central, o coeficiente de persistência intergeracional é de 0,7, indicando um grau de mobilidade inferior ao dos demais países.

Coeficientes de persistência altos, quando comparados com o de outros países ou épocas anteriores, sugerem que há uma perda de talentos considerável em diferentes gerações. Essa realidade, que é a da maioria dos países do continente africano, é injusta para os indivíduos que são incapazes de realizar seu potencial e viverem em melhores condições financeiras e de qualidade de vida. E mais do que injusta, é prejudicial à produtividade econômica geral do país (MAJOR & MACHIN, 2020).

No Gráfico 25, são evidenciadas as variações no coeficiente de persistência intergeracional de educação, entre os filhos nascidos em diferentes décadas, dos 5 países que apresentaram as maiores alterações entre a década de 1940 e 1980. Apesar de elevado para os filhos que nasceram na década 1940, todos eles apresentaram consistente redução no coeficiente de persistência ao longo de 40 anos, ainda que a maioria deles tenha ainda elevado valor dessa estatística.

O Brasil está entre esses países, com nível de persistência intergeracional entre pais e filhos nascidos na década de 1940 de mais de 0,7 e entre os filhos nascidos na década de 1980 de cerca de 0,4. Essa diminuição no coeficiente mostra que a escolaridade de filhos nascidos

²⁸ Acesse o site do Imds através do link: www.imdsbrasil.org

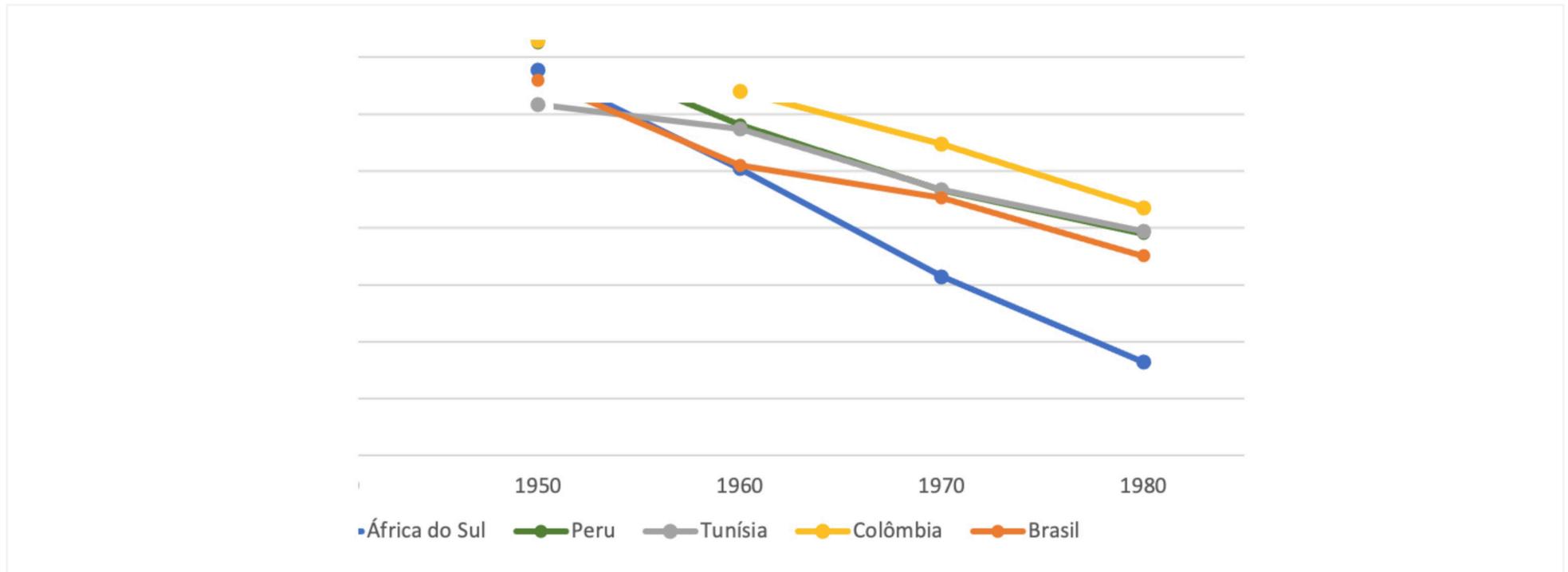


Gráfico 25 - Países com a maior variação no coeficiente de persistência intergeracional de educação entre as gerações nascidas na década de 1940 e 1980

Fonte: Elaboração própria com base no GDIM 2018 (World Bank).

em décadas mais recentes está menos atrelada à escolaridade dos pais, sugerindo, dessa forma, maior igualdade de oportunidades educacionais entre os indivíduos mais novos.

O país que apresentou maior variação no coeficiente de persistência intergeracional é a África do Sul, que apresentava um coeficiente de mais de 0,7 na geração dos filhos nascidos em 1940, e para a geração de filhos nascidos na década de 1980 é inferior a 0,2. Nota-se, ainda, que para os países apresentados no gráfico, houve uma queda contínua no coeficiente de persistência intergeracional a cada geração mais nova de filhos.

No Gráfico 26, é apresentada, de forma comparativa, a evolução da persistência intergeracional de educação, ao longo das gerações, nos cinco grandes países emergentes que compõem o BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – os quais, juntos, representam cerca de 42,0% da população mundial, 23,0% do PIB, 30,0% do território e 18,0% do comércio mundial (BRICS BRASIL, 2019)²⁹.

Destaca-se que na Índia, África do Sul e Brasil, houve uma diminuição na persistência intergeracional a cada geração mais nova

²⁹ <http://brics2019.itamaraty.gov.br/>

de filhos. Na Índia, contudo, a redução foi menor do que no Brasil e na África do Sul. Esta última, por sua vez, que para as gerações nascidas entre 1940 e 1960 apresentava resultados muito similares aos brasileiros, mantém o ritmo de redução da persistência intergeracional e se distancia do Brasil. Por outro lado, na China e na Rússia, que a persistência intergeracional era baixa, considerando os filhos nascidos na geração de 1940 (entre 0,2 e 0,3), na geração de filhos nascidos em 1980, a persistência intergeracional aumentou, principalmente na China.

Mais especificamente, em relação ao Brasil, houve uma redução na persistência intergeracional ao longo das gerações de 1940 e 1980,

mantendo-o em 3º lugar no ranking dos BRICS em termos de persistência intergeracional. A África do Sul é o país com maior redução ao longo das gerações de 1940 e 1980, passando de 0,7 a 0,2 a associação entre a escolaridade de pais e filhos, a menor dos anos 1980. Esse resultado, assim como os demais mostrados nessa síntese, indicam que apesar de haver avanços em termos de conquistas educacionais no Brasil entre os nascidos nos anos 1940 e 1980, o Brasil ainda está atrás de muitos países e ainda são necessários grandes esforços para tornar o país mais igualitário, em que a escolaridade do filho não seja determinada pela escolaridade do pai.

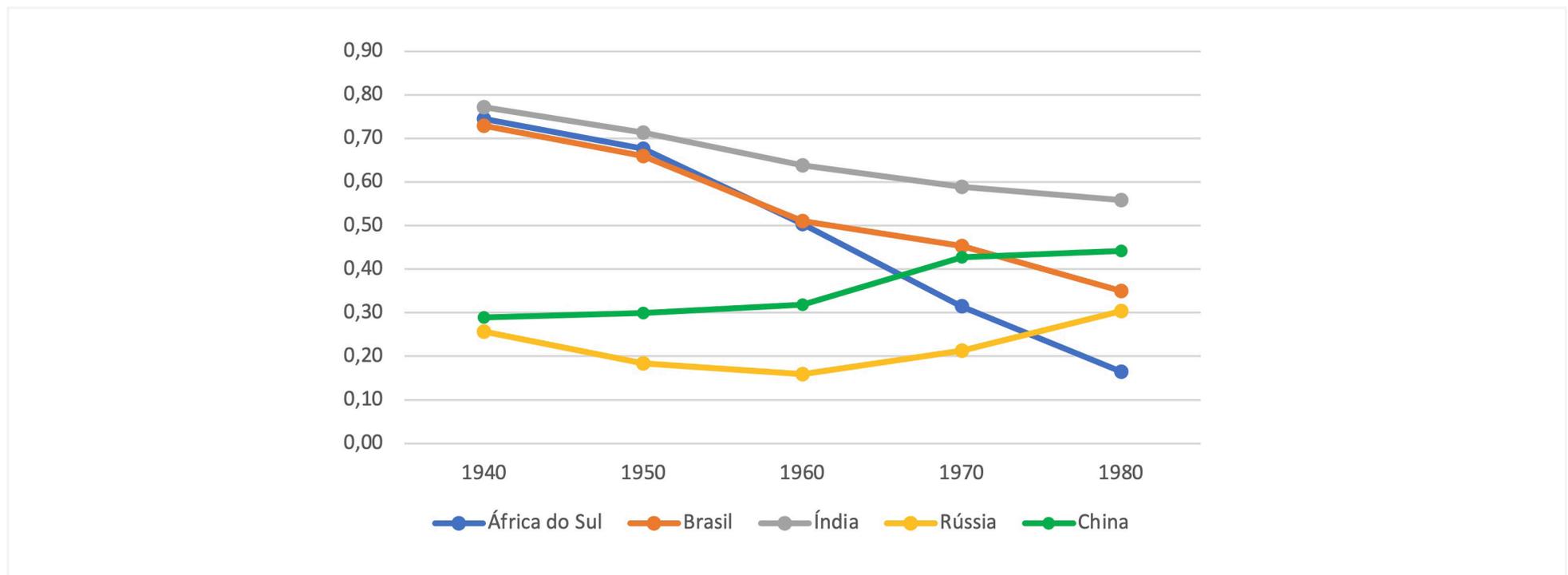


Gráfico 26 - Evolução da persistência intergeracional de educação nos BRICS

Fonte: Elaboração própria com base no GDIM 2018 (World Bank).

Referências

ALESINA, Alberto et al. Intergenerational mobility in Africa. **Econometrica**, v. 89, n. 1, p. 1-35, 2021.

AMIN, Vikesh; LUNDBORG, Petter; ROTH, Dan-Olof. The intergenerational transmission of schooling: Are mothers really less important than fathers?. **Economics of Education Review**, v. 47, p. 100-117, 2015.

AZAM, Mehtabul; BHATT, Vipul. Like father, like son? Intergenerational educational mobility in India. **Demography**, v. 52, n. 6, p. 1929-1959, 2015.

AZOMAHOU, Théophile T.; YITBAREK, Eleni. Intergenerational mobility in education: Is Africa different? **Contemporary Economic Policy**, v. 39, n. 3, p. 503-523, 2021.

BAUER, Philipp; RIPHAHN, Regina T. Education and its intergenerational transmission: country of origin-specific evidence for natives and immigrants from Switzerland. *Portuguese economic journal*, v. 5, n. 2, p. 89-110, 2006.

BECKER, Gary S. et al. A theory of intergenerational mobility. **Journal of Political Economy**, v. 126, n. S1, p. S7-S25, 2018.

BENAABDELAALI, Wail; HANCHANE, Said; KAMAL, Abdelhak. Educational inequality in the world, 1950–2010: Estimates from a new dataset. In: **Inequality, Mobility and Segregation: Essays in Honor of Jacques Silber**. Emerald Group Publishing Limited, 2012.

BERMAN, Yonatan. Understanding the mechanical relationship between inequality and intergenerational mobility. **Disponível em:** <<http://ssrn.com/abstract=2796563>>.

BLANDEN, Joanne et al. **Education and intergenerational mobility: Help or hindrance?**. London: Centre for Analysis of Social Exclusion, London School of Economics, 2014.

CHECCHI, Daniele; FIORIO, Carlo V.; LEONARDI, Marco. Intergenerational persistence of educational attainment in Italy. **Economics letters**, v. 118, n. 1, p. 229-232, 2013.

CHECCHI, Daniele; ICHINO, Andrea; RUSTICHINI, Aldo. More equal but less mobile?: Education financing and intergenerational mobility in Italy and in the US. **Journal of Public Economics**, v. 74, n. 3, p. 351-393, 1999.

CORAK, Miles. Income inequality, equality of opportunity, and intergenerational mobility. **Journal of Economic Perspectives**, v. 27, n. 3, p. 79-102, 2013.

DAOULI, Joan; DEMOUSSIS, Michael; GIANNAKOPOULOS, Nicholas. Mothers, fathers and daughters: Intergenerational transmission of education in Greece. **Economics of Education Review**, v. 29, n. 1, p. 83-93, 2010.

EMRAN, M. Shahe; SHILPI, Forhad. Estimating intergenerational mobility with incomplete data: Coresidency and truncation bias in rank-based relative and absolute mobility measures. *Measures. Policy Research Working Paper; No. 8414. World Bank, Washington, DC. © World Bank. Disponível em:* <<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/29716>>.

EMRAN, M. Shahe; SHILPI, Forhad. Gender, geography, and generations: Intergenerational educational mobility in post-reform India. **World Development**, v. 72, p. 362-380, 2015.

GDIM. **Global Database on Intergenerational Mobility**. Development Research Group, World Bank. Washington, D.C.: World Bank Group, 2018.

GERARD, François et al. Assortative Matching or Exclusionary Hiring? The Impact of Employment and Pay Policies on Racial Wage Differences in Brazil. **American Economic Review**, 2020.



GÜELL, Maia; RODRÍGUEZ MORA, José V.; TELMER, Christopher I. The informational content of surnames, the evolution of intergenerational mobility, and assortative mating. **The Review of Economic Studies**, v. 82, n. 2, p. 693-735, 2015.

HECKMAN, James; LANDERSØ, Rasmus. Lessons for Americans from Denmark about Inequality and Social Mobility. **Labour Economics**, p. 101999, 2021.

HEIDRICH, Stefanie. Intergenerational mobility in Sweden: a regional perspective. **Journal of Population Economics**, v. 30, n. 4, p. 1241-1280, 2017.

HEINECK, Guido; RIPHAHN, Regina T. Intergenerational transmission of educational attainment in Germany: the last five decades. **Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik**, v. 229, n. 1, p. 36-60, 2009.

INSTITUTO MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (IMDS). **Sinopse de Indicadores nº 1: Escolaridade dos pais e realizações dos filhos na vida adulta: análise dos dados brasileiros**. Rio de Janeiro, RJ, 2021. Disponível em: < https://imdsbrasil.org/doc/Imds_Sinopse%20de%20Indicadores01_Ago2021.pdf >.

INSTITUTO UNIBANCO. **Quem são os jovens fora da escola**. Boletim Aprendizagem em Foco nº 5, 2016. Disponível em: < https://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2016/01/Aprendizagem_em_foco-n.05.pdf >.

JÄNTTI, Markus; JENKINS, Stephen P. Income mobility. In: **Handbook of income distribution**. Elsevier, 2015. p. 807-935.

KALIL, Ariel et al. Father presence and the intergenerational transmission of educational attainment. **Journal of Human Resources**, v. 51, n. 4, p. 869-899, 2016.

KARLSON, K. and LANDERSØ, R. The making and unmaking of opportunity: educational mobility in 20th century-Denmark. **Technical Report** 14135, IZA Institute for Labor Economics, 2021.

KEARNEY, M. S.; LEVINE, P. B. Income inequality, social mobility, and the decision to drop out of high school. **Technical report**, National Bureau of Economic Research, 2014.

KRUEGER, 2012. The rise and consequences of inequality in the United States. Mimeo. Disponível em: < <https://cdn.americanprogress.org/wp-content/uploads/events/2012/01/pdf/krueger.pdf> >. Acesso em 20 abril 2021.

LAM, Kit-Chun; LIU, Pak-Wai. Intergenerational Educational Mobility in Hong Kong: Are Immigrants More Mobile than Natives?. **Pacific Economic Review**, v. 24, n. 1, p. 137-157, 2019.

LANDERSØ, Rasmus; HECKMAN, James J. The Scandinavian fantasy: The sources of intergenerational mobility in Denmark and the US. **The Scandinavian journal of economics**, v. 119, n. 1, p. 178-230, 2017.

LATIF, Ehsan. Trends in intergenerational educational mobility in Canada. **Australian Economic Review**, v. 52, n. 1, p. 61-75, 2019.

LEE, Hanol; LEE, Jong-Wha. Patterns and determinants of intergenerational educational mobility: Evidence across countries. **Pacific Economic Review**, v. 26, n. 1, p. 70-90, 2021.

LEONE, T. The geography of intergenerational mobility: Evidence of educational persistence and the "Great Gatsby Curve" in Brazil. **GIGA Working Paper**, 318, 2019.

LI, Zhi; ZHONG, Hai. The impact of higher education expansion on intergenerational mobility: Evidence from China. **Economics of Transition**, v. 25, n. 4, p. 575-591, 2017.

LINDAHL, Mikael et al. Long-term intergenerational persistence of human capital an empirical analysis of four generations. **Journal of Human Resources**, v. 50, n. 1, p. 1-33, 2015.



LLOYD, Marion. A decade of affirmative action in Brazil: Lessons for the global debate. **Mitigating inequality: Higher education research, policy, and practice in an era of massification and stratification** (Advances in Education in Diverse Communities, Vol. 11), Emerald Group Publishing Limited, Bingley, pp. 169-189, 2015.

MAJOR, Lee Elliot; MACHIN, Stephen. **What Do We Know and What Should We Do About Social Mobility?** SAGE, 2020.

MEDEIROS, Marcelo; Barbosa, Rogério J; CARVALHAES, Flavio. **Educação, desigualdade e redução da pobreza no Brasil**. Texto para discussão 2447, IPEA, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: < http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9100/1/td_2447.pdf >.

NARAYAN, AMBAR, ROY VAN DER WEIDE, COJOCARU, LAKNER, REDAELLI, MAHLER, RAMASUBBAIAH, THEWISSEN. **Fair Progress? Economic Mobility across Generations around the World**. Washington, DC: World Bank, 2018.

NIIMI, Yoko. Do borrowing constraints matter for intergenerational educational mobility? Evidence from Japan. **Journal of the Asia Pacific Economy**, v. 23, n. 4, p. 628-656, 2018.

OECD. **Education at a Glance 2014: OECD Indicators**, OECD Publishing, Paris, 2014. Disponível em: < <https://doi.org/10.1787/eag-2014-en> >.

OECD. **A Broken Social Elevator? How to Promote Social Mobility**, OECD Publishing, Paris, 2018. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1787/9789264301085-en> >.

OECD. Technical Report of the Survey of Adult Skills (PIAAC) (3rd Edition), OECD Publishing, Paris, 2019. Disponível em: < https://www.oecd.org/skills/piaac/publications/PIAAC_Technical_Report_2019.pdf >.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS: síntese de indicadores 2014 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 102 p. Disponível em: < https://imdsbrasil.org/doc/lmds_Sinopse%20de%20Indicadores01_Ago2021.pdf >.

ROTHWELL, Jonathan T.; MASSEY, Douglas S. Geographic Effects on Intergenerational Income Mobility. **Economic Geography**, v. 91, n. 1, p. 83-106, 2015.

SEN, Anindya; CLEMENTE, Anthony. Intergenerational correlations in educational attainment: Birth order and family size effects using Canadian data. **Economics of Education Review**, v. 29, n. 1, p. 147-155, 2010.

SOLON, Gary. A model of intergenerational mobility variation over time and place. **Generational income mobility in North America and Europe**, v. 2, p. 38-47, 2004.

URBINA, Daniela R. Intergenerational educational mobility during expansion reform: evidence from Mexico. **Population research and policy review**, v. 37, n. 3, p. 367-417, 2018.

VIEIRA, Renato Schwambach; ARENDS-KUENNING, Mary. Affirmative action in Brazilian universities: Effects on the enrollment of targeted groups. **Economics of Education Review**, v. 73, p. 101931, 2019.

WORLD BANK. **New country classifications by income level: 2018-2019**, 2018. Disponível em: <https://blogs.worldbank.org/opendata/new-country-classifications-income-level-2018-2019> >.

Apêndice

Tabela A1 - Países participantes e tamanhos de amostra no PIAAC

País	Amostra sem peso amostral	Amostra com peso amostral
Áustria	5.130	5.647.341
Bélgica	5.463	4.138.042
Canadá	27.285	23.381.067
República Tcheca	6.102	7.395.111
Alemanha	5.465	53.657.540
Dinamarca	7.328	3.629.087
Espanha	6.055	31.091.563
Estônia	7.632	896.163
Finlândia	5.464	3.496.909
França	6.993	40.049.569
Inglaterra	5.131	34.257.191
Irlanda do Norte	3.761	1.165.218
Irlanda	5.983	2.994.368
Itália	4.621	39.369.830
Japão	5.278	81.059.238
Coréia do Sul	6.667	34.602.008
Países Baixos	5.170	11.160.541
Noruega	5.128	3.282.755
Polônia	9.366	26.741.987
Rússia ¹	3.892	87.415.088
Eslováquia	5.723	3.870.993
Suécia	4.469	5.985.923
Estados Unidos	5.010	203.144.374

Fonte: OECD (2019, p. 470)

Nota: 1 A amostra da Federação Russa não inclui a população do município de Moscou. Os dados publicados, portanto, não representam toda a população residente na Rússia, mas sim a população da Rússia, excluindo a população residente na área municipal de Moscou.